



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**MAYARA DE CAMARGO FERNANDES**

**IMIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO EM CAMPINAS DO FINAL DO  
SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX**

**CAMPINAS  
2016**

MAYARA DE CAMARGO FERNANDES

IMIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO EM CAMPINAS DO FINAL DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO  
XX

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Demografia.

*Supervisor/Orientador:* Profa. Dra. Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA MAYARA DE CAMARGO FERNANDES, E ORIENTADO PELA PROFA. DRA. MARIA SILVIA CASAGRANDE BEOZZO BASSANEZI.



---

CAMPINAS

2016

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

F391i Fernandes, Mayara de Camargo, 1991-  
Imigração e ocupação em Campinas do final do século XIX ao início do século XX / Mayara de Camargo Fernandes. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ocupações - Classificação. 2. Imigração - Campinas (SP). 3. Estrangeiros - Campinas (SP) - Séc. XIX-XX. 4. Historical International Standard Classification of Occupation (HISCO). I. Bassanezi, Maria Silvia Casagrande Beozzo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Immigration and occupation in Campinas between the late XIX century and the first decades of XX century

**Palavras-chave em inglês:**

Occupations - Classification

Immigration - Campinas (SP)

Foreigners - Campinas (SP) - 19th-20th century

Historical International Standard Classification of Occupation (HISCO)

**Área de concentração:** Demografia

**Titulação:** Mestra em Demografia

**Banca examinadora:**

Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi [Orientador]

Ana Silvia Volpi Scott

Tarcísio Rodrigues Botelho

**Data de defesa:** 30-03-2016

**Programa de Pós-Graduação:** Demografia



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E DE CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30 de março de 2016, considerou a candidata MAYARA DE CAMARGO FERNANDES aprovada.

Profa. Dra. Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi

Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho

*A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.*

*Dedicado a Roque Bueno de Camargo (In memoriam)*

*E Maria do Carmo Camargo*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, ao Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” e a CAPES por todo apoio acadêmico e incentivo à pesquisa.

Também agradeço à minha orientadora Maria Silvia Bassanezi – para quem os agradecimentos são infindáveis – pela persistência e por sempre acreditar no meu trabalho. Aos professores do Programa de Pós-Graduação por todas as oportunidades e ao corpo de funcionários do NEPO por todo auxílio prestado nas mais diversas circunstâncias. E também à banca de qualificação, pelas considerações e contribuições valiosas.

Guardo carinho especial pelos amigos conquistados ao longo da Pós-Graduação e de toda minha permanência na Unicamp, em especial Giovana, Natália, Letícia e Adriana. Aos que foram compreensíveis e ajudaram para que este dia chegasse, aos profissionais que se tornaram amigos. Thelma, pela sabedoria e profissionalismo e por permitir a construção do meu autoconhecimento. E por fim, ao Bruno, por ter sido companheiro inseparável em todos os momentos.

## RESUMO

Este trabalho busca trazer novos elementos ao estudo da relação entre imigração e ocupação considerando a inserção de imigrantes internacionais – e sua importância – no mercado de trabalho de Campinas entre 1890 e 1920. Nesse período, Campinas é considerada um dos principais pólos econômicos e urbanos do estado de São Paulo, resultado do desenvolvimento da atividade cafeeira paulista durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Concomitante a isso, torna-se destino de uma parcela importante da população estrangeira que chega a São Paulo a partir da segunda metade do século XIX, principalmente durante o período que se caracterizou como de *imigração em massa* (1880-1930). Atraídos pelas oportunidades de trabalho, estrangeiros e seus descendentes desempenham importante papel no desenvolvimento econômico rural e urbano no município, o que pode ser visualizado através das ocupações desempenhadas por estes ao longo destes 30 anos. De modo especial, esta dissertação analisa as ocupações exercidas por um determinado segmento da população em idade economicamente ativa - homens e mulheres que se casaram em primeiras núpcias em Campinas entre 1890 e 1920- verificando a existência de padrões ou configurações específicas em relação à ocupação segundo a nacionalidade dos imigrantes, vis a vis aos nativos. Para tanto, utiliza como fonte básica de pesquisa as atas do registro civil de casamento (que contém entre suas muitas informações, a nacionalidade, a naturalidade e a ocupação dos noivos) e emprega o sistema de classificação de ocupações HISCO (*Historical International Standard Classification of Occupation*). Ao fazer uso dessa fonte e da HISCO, este trabalho também aponta as potencialidades, as dificuldades e as soluções adotadas para conseguir um melhor aproveitamento de ambas à análise empreendida, que incluem o ajuste da HISCO à classificação das ocupações no contexto de Campinas da época.

**Palavras – chave:** Ocupação; Imigração; Campinas; HISCO.

## ABSTRACT

This paper aims to bring new elements to the study of the relation between immigration and occupation, considering the insertion of international immigrants and their importance in the job market in Campinas between 1890 and 1920. At that period, Campinas is considered one of the major economic and urban centers in São Paulo State, a result of the development of Sao Paulo coffee activity during the second half of XIX century and the first decades of XX century. Simultaneously, it becomes the destination of an important portion of the foreign population arriving in São Paulo in the second half of the XIX century, mainly during the period that was characterized as the *mass immigration* (1880-1930). Attracted by occupations opportunities, immigrants and their descendants play an important role in the rural and urban economic development in the city, which can be viewed through the occupations performed by them on those 30 years. In a special way, this dissertation analysis the occupations played by a determined segment of the population with an economic active age – men and women who first got married in Campinas between 1890 and 1920 - checking the existence of standards or specific settings in relation to the occupation according to the nationality of the immigrants, vis-à-vis the natives. As the basic source of research, it is used the civil registration of marriage documents (which contains among a lot of pieces of information, nationality, place of birth and occupation of the bride and groom) and it uses the occupations classification system HISCO (*Historical International Standard Classification of Occupation*). Using this source and HISCO, this paper also points to the potentials, difficulties and solutions embraced to achieve a better use of both taken analysis which includes the adjustment of HISCO to the classification of occupations in the context of Campinas at that time.

**Key - words:** Occupation; Immigration; Campinas; HISCO.

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> - Imigrantes de 1º Estabelecimento entrados no Brasil e Estado de São Paulo (1885-1929).....	23
<b>TABELA 2</b> -População total e população estrangeira no Brasil 1872 a 1920.....	26
<b>TABELA 3</b> -População total e população estrangeira, Estado de São Paulo 1972-1934.....	26
<b>TABELA 4</b> -População total - Campinas 1854-1920.....	34
<b>TABELA 5</b> - Total de casamentos ocorridos em Campinas: 1890 a 1920 (Distritos de Santa Cruz e Conceição).....	64
<b>TABELA 6</b> - Estado Civil declarado pelos noivos no momento do Registro Civil de Casamento em Campinas (1890-1920).....	68
<b>TABELA 7</b> - Estado Civil declarado pelas noivas no momento do Registro Civil de Casamento em Campinas (1890-1920).....	68
<b>TABELA 8</b> - Trabalhadores residentes na Região Central de Campinas entre 1920 e 1921.....	75
<b>TABELA 9</b> - Nacionalidade dos cônjuges (1890-1920).....	85
<b>TABELA 10</b> - Origem dos cônjuges brasileiros por região, principais cidades e Unidades da Federação (1890-1920).....	87
<b>TABELA 11</b> -Origem dos cônjuges paulistas (exceto nascidos em Campinas e na capital do Estado) 1890-1920.....	88
<b>TABELA 12</b> -Local de residência dos cônjuges (1890-1920).....	89
<b>TABELA 13</b> -Local de residência dos cônjuges no município de Campinas (1890-1920).....	89
<b>TABELA 14</b> - Distribuição dos cônjuges por grupos de idade (1890-1920).....	90
<b>TABELA 15</b> -Alfabetização dos cônjuges (1890-1920).....	91
<b>TABELA 16</b> -Alfabetização dos cônjuges de acordo com as principais nacionalidades(1890-1920) .....	92
<b>TABELA 17</b> -Ocupações dos contraentes classificadas de acordo com HISCO Campinas (1890-1920).....	95
<b>TABELA 18</b> -Principais ocupações dos contraentes em cada grande grupoCampinas (1890-1920).....	96
<b>TABELA 19</b> -Estabelecimentos agrícolas de Campinas 1904.....	98
<b>TABELA 20</b> -Estrutura industrial em Campinas em 1920.....	107
<b>TABELA 21</b> -Ocupações das contraentes classificadas de acordo com a HISCO. Campinas (1890-1920).....	113
<b>TABELA 22</b> - ocupações das contraentes em cada grande grupoCampinas (1890-1920).....	114
<b>TABELA 23</b> -Principais nacionalidades dos noivos em cada grande grupo da HISCOCampinas (1890-1920).....	115
<b>TABELA 24</b> - Principais nacionalidades das noivas em cada grande grupo da HISCO - Campinas (1890-1920).....	116
<b>TABELA 25</b> - Noivos brasileiros de possíveis origens estrangeiras - Campinas 1890-1920...	118

<b>TABELA 26</b> -Ocupação e nacionalidade segundo local de residência dos contraentes - Distrito de Conceição, Campinas (1890-1920).....	119
<b>TABELA 27</b> - Ocupação e nacionalidade segundo local de residência dos contraentes - Distrito de Conceição, Campinas (1890-1920).....	121
<b>TABELA 28</b> -População rural e urbana em Campinas em 1918.....	123
<b>TABELA 29</b> - População segundo censo de 1920.....	123
<b>TABELA 30</b> -Distribuição da população em Campinas segundo nacionalidade e local de residência em 1934.....	124
<b>TABELA 31</b> - População estrangeira, rural e urbana - Campinas, 1934.....	124
<b>TABELA 32</b> - Alfabetização dos contraentes de acordo com ocupação - Campinas 1890 a 1920.....	125
<b>TABELA 33</b> -Alfabetização dos noivos considerando nacionalidade e ocupaçãoCampinas 1890-1920.....	127
<b>TABELA 34</b> -Nacionalidade dos noivos cuja ocupação não foi declarada no momento de seu casamento Campinas 1890-1920.....	130
<b>TABELA 35</b> -Principais nacionalidades entre profissionais técnicos e especializados e outros trabalhadores industriais.....	131
<b>TABELA 36</b> -Principais nacionalidades entre administradores e profissionais de gerência Campinas 1890-1920.....	131
<b>TABELA 37</b> -Principais nacionalidades entre trabalhadores dos serviços administrativos Campinas 1890-1920.....	131
<b>TABELA 38</b> - Principais nacionalidades entre trabalhadores dos serviços - Campinas 1890-1920.....	132
<b>TABELA 39</b> - Principais nacionalidades entre vendedores - Campinas 1890-1920.....	132
<b>TABELA 40</b> - Principais nacionalidades entre os trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros (Grupo 7 da HISCO) - Campinas 1890-1920.....	133
<b>TABELA 41</b> - Principais nacionalidades entre os trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros (Grupo 8 da HISCO) - Campinas 1890-1920.....	134
<b>TABELA 42</b> - Principais nacionalidades entre os trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros (Grupo 9 da HISCO) - Campinas 1890-1920.....	135
<b>TABELA 43</b> - Principais nacionalidades entre os trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e da pesca - Campinas 1890-1920.....	136

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> -Imigrantes de 1º Estabelecimento entrados no Brasil e no Estado de São Paulo (1885-1929).....	23
<b>GRÁFICO 2</b> -Imigrantes estrangeiros entrados em São Paulo, segundo principais nacionalidades para todo período (1878-1929).....	25
<b>GRÁFICO 3</b> -Distribuição anual dos casamentos registrados em Campinas entre 1890 e 1920.....	66
<b>GRÁFICO 4</b> - Principais nacionalidades dos noivos estrangeiros (1890-1920).....	85
<b>GRÁFICO 5</b> - Principais nacionalidades das noivas estrangeiras (1890-1920).....	86
<b>GRÁFICO 6</b> - Ocupação e nacionalidade segundo local de residência dos contraentes - Distrito de Conceição, Campinas (1890-1920).....	120
<b>GRÁFICO 7</b> - Ocupação e nacionalidade segundo local de residência dos contraentes - Distrito de Santa Cruz, Campinas (1890-1920).....	122

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> - Imagem de apresentação de um dos rolos de microfilme contendo Registros Cíveis de Casamento do Distrito de Conceição de Campinas entre 1890 e 1921.....	45
<b>FIGURA 2</b> – Índice de casamentos existente no início de cada livro de Registro Civil de Campinas entre 1890 e 1921.....	46
<b>FIGURA 3</b> – Parte de Registro Civil de Casamento ocorrido no Distrito de Conceição de Campinas em 1894.....	47
<b>FIGURA 4</b> – Planilha dos Registros Cíveis de Casamento de 1900 a 1920 nos Distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas (Primeira Parte).....	48
<b>FIGURA 5</b> – Planilha dos Registros Cíveis de Casamento de 1900 a 1920 nos Distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas (Segunda Parte).....	48
<b>FIGURA 6</b> – Planilha dos Registros Cíveis de Casamento de 1900 a 1920 nos Distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas (Terceira Parte).....	49
<b>FIGURA 7</b> – Planilha dos Registros Cíveis de Casamento de 1900 a 1920 nos Distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas (Quarta Parte).....	49
<b>FIGURA 8</b> – Planilha dos Registros Cíveis de Casamento de 1900 a 1920 nos Distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas (Quinta Parte).....	50
<b>FIGURA 9</b> – Termo de Casamento de Pedro Antonio Bertoni e Dona Rosina de Raphael (18 de outubro de 1906).....	53
<b>FIGURA 10</b> – Ato de Casamento de Durval de Paula Camargo e Maria do Carmo (26 de julho de 1913).....	56
<b>FIGURA 11</b> - Trecho de Registro Civil de Casamento com parte da leitura comprometida.....	58
<b>FIGURA 12</b> - Trecho de Registro Civil de Casamento com parte da leitura comprometida.....	58
<b>FIGURA 13</b> - Pirâmide etária por grupos de idade. Campinas (1890-1920)*.....	91
<b>FIGURA 14</b> - Lista de principais ferreiros, funileiros folheiros e caldeireiros em Campinas de acordo com Almanaque do ano de 1908.....	102
<b>FIGURA 15</b> - Lista de principais fábricas de cerveja e licores, massas, sabão e vinagre em Campinas de acordo com Almanaque de 1908.....	103
<b>FIGURA 16</b> - Propaganda da Companhia Mac Hardy no Almanaque de Campinas de 1908.....	104
<b>FIGURA 17</b> - Propagandas da Relojoaria e ourivesaria de Germano Zink e do Armazém de Secos e Molhados de Rossi e Borghi no Almanaque de Campinas de 1914.....	105

## **LISTA DE MAPAS**

<b>MAPA 1</b> -Estado de São Paulo (Divisão Político Administrativa em 2010) e Território de Campinas em 1920.....	32
<b>MAPA 2</b> - Campinas em 1878.....	60
<b>MAPA 3</b> - Cidade de Campinas em 1900.....	62
<b>MAPA 4</b> - Cidade de Campinas em 1929.....	63

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1</b> -Informações sobre os indivíduos envolvidos nos Atos Cíveis de Casamento nos Distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas (1875-1921).....	51
<b>QUADRO 2</b> – Quadro geral das profissões do Censo Demográfico de 1920.....	73
<b>QUADRO 3</b> - Grupos Principais da HISCO.....	78
<b>QUADRO 4</b> - Classificação em grandes grupos das ocupações dos noivos solteiros que se casaram em Campinas entre 1890 e 1920, baseada na HISCO.....	81

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>20</b>
<b>CENÁRIOS DE IMIGRAÇÃO E OPORTUNIDADES DE TRABALHO.....</b>	<b>20</b>
1. O complexo cafeeiro .....	20
1.2 A “Princesa do Oeste” .....	31
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>41</b>
<b>FONTE E METODOLOGIA DE TRABALHO.....</b>	<b>41</b>
2.1 O registro civil de casamento .....	41
2.2 O Banco de Dados: Eventos Vitais - Campinas 1875-1921.....	43
2.3 Soluções metodológicas .....	64
2.4 Ocupação – Classificação segundo o modelo da HISCO ( <i>Historical International Standard Classification of Occupation</i> ).....	71
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>83</b>
<b>IMIGRANTES E SUAS OCUPAÇÕES NA TERRA HOSPEDEIRA.....</b>	<b>83</b>
3.1 O perfil dos noivos: um segmento em idade economicamente ativa .....	83
3.2 Nacionalidade e ocupação .....	93
3.3 Permanências e mudanças entre 1890 e 1920 .....	129
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>144</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>153</b>

## INTRODUÇÃO

O principal objetivo dessa dissertação é agregar conhecimento à compreensão da relação entre *imigração e ocupação* e *imigração e mercado de trabalho*, tendo em vista o impacto da imigração internacional de massa na população, no mercado de trabalho (que se estrutura e diversifica cada vez mais a partir da entrada do elemento estrangeiro) e no desenvolvimento econômico do município de Campinas, nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Para isso, procurou-se identificar e analisar quais as ocupações exercidas por imigrantes – vis a vis a brasileiros – e a existência de padrões ou configurações específicas de ocupações de acordo com as diversas nacionalidades envolvidas, que trazem consigo determinantes e/ou implicações demográficas, econômicas e sociais decisivamente importantes.

Outro objetivo é mostrar as potencialidades, as dificuldades e as soluções adotadas no trabalho com a fonte privilegiada (registro de casamento civil) e com o emprego do sistema de classificação de ocupações HISCO (*Historical International Standard Classification of Occupation*), na pesquisa empreendida.

O interesse em pesquisar a variável *ocupação* deve-se ao fato da importância de seu conhecimento para a compreensão das transformações demográficas, econômicas e sociais pelas quais passaram as populações no decorrer do tempo. Além disso, são poucos os trabalhos, no que se refere às populações do passado brasileiro, que se debruçaram exclusivamente sobre esta temática e, portanto, ainda resta muito por dizer. No caso específico dessas populações do passado, sobre as quais esta dissertação está centrada, Botelho e Leeuwen (2010) já demonstraram sua importância ao afirmarem que “a ocupação é uma variável chave em muitos campos da história, indo desde os estudos de estratificação social, mobilidade e carreiras profissionais, passando pela demografia e pelos estudos de mercado de trabalho e de produção” (BOTELHO; LEEUWEN, 2010, p.8).

Mesmo ciente da dificuldade em se trabalhar com essa variável, que inclui, entre outras, variações na terminologia, no tempo e espaço, dificuldade de padronização, questões relativas a “não-ocupações” e “múltiplas ocupações” - encontradas nas diversas fontes históricas - vale o desafio de investir em seu estudo, como já fizeram alguns pesquisadores.

Na historiografia e nos estudos sobre demografia histórica, a relação entre imigração e ocupação tem sido abordada principalmente na tentativa de compreensão

dos processos de mobilidade social das sociedades em períodos recuados no tempo. Basicamente, a bibliografia das décadas de 1960 a 1990 desenvolveu, em grande parte, estudos relacionados à mobilidade social em sociedades cujo processo migratório teve grande peso e impacto (direto e indireto) sobre tamanho, estrutura e composição das populações e em momentos históricos de grandes transformações econômicas e sociais. Muitos desses trabalhos “contemplavam a noção de cadeia migratória e analisavam diferentes aspectos relacionados à migração” (CEVA, 2010, p.165 - tradução livre). Os modos de inserção do imigrante no mercado de trabalho local, as atividades econômicas e as categorias ocupacionais disponíveis nas fontes históricas serviram como subsídios importantes para ajudar a responder às questões sobre a problemática *migração – mobilidade social* (CEVA, 2010).

Apreendendo, portanto, a importância que deve ser dada ao estudo das ocupações na produção de novas reflexões acerca do comportamento das populações no passado e conhecendo o papel da imigração como componente demográfico (que alterou substantivamente o tamanho, estrutura e composição) da população brasileira no contexto da cafeicultura paulista (que introduziu a mão de obra livre imigrante no Brasil) optou-se, como já anunciado, por privilegiar a investigação das ocupações exercidas por homens e mulheres estrangeiros (vis a vis aos nacionais) em Campinas entre 1890 e 1920, procurando verificar a existência de diferenças no que tange à ocupação entre brasileiros e estrangeiros, entre estrangeiros de diferentes nacionalidades que adentraram o mercado de trabalho e as mudanças ocorridas no decorrer dos anos. E, dessa forma, subsidiar também novas pesquisas sobre como se estruturam os mercados de trabalho, as origens da desigualdade e a mobilidade social, as estruturas de classe e a divisão social do trabalho.

Em outros termos, a pesquisa realizada propôs-se responder e/ou providenciar a abertura de uma agenda de pesquisa que desse conta das seguintes questões: quais as ocupações e atividades exercidas pelos imigrantes e seus primeiros descendentes na cidade de Campinas entre o final do século XIX e o começo do século XX? Existiram padrões ou configurações específicas de ocupações de acordo com as diversas nacionalidades que adentraram e estabeleceram residência no município? As atividades diferenciavam-se daquelas desempenhadas pela população nativa ou pelos migrantes nacionais? As oportunidades oferecidas, tendo em vista o contexto socioeconômico rural e urbano em Campinas, foram atrativas à fixação do imigrante? A presença do imigrante contribuiu para diversificar as atividades econômicas e fomentar o

desenvolvimento econômico da cidade? É possível configurar as dimensões espaciais das atividades rurais e urbanas desempenhadas pelos imigrantes e pela população nativa? Onde residiam e quais suas atividades econômicas?

A escolha do município de Campinas como principal cenário para a reflexão acerca dessas questões se deu considerando a importância demográfica, econômica e social que a cidade assume no período de interesse deste estudo. Considerado município central na gestão do complexo cafeeiro durante parte da segunda metade do século XIX e primeiros anos do século XX, Campinas ocupou posição estratégica no sistema econômico conduzido pelo café, centralizando a produção agrícola e o transporte e sendo ponto de entroncamento das duas mais importantes ferrovias de São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1868) e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (a partir de 1872). Nos últimos decênios do século XIX, Campinas se consolidou como importante centro regional no Oeste Paulista, diversificou sua base produtiva (propiciada pelo acúmulo de capital resultante da atividade cafeeira), e assistiu a estes fatores impulsionarem diretamente o crescimento urbano e a modificação de sua estrutura social.

O desenvolvimento econômico conferiu ao município expressivo destaque como pólo de atração de imigrantes estrangeiros desde meados do século XIX, com a implantação do sistema de parceria pautada no uso mão de obra livre nas fazendas de café e, sobretudo, a partir de meados dos anos 1880, quando o governo brasileiro passou a investir fortemente em uma política imigratória visando atrair mão de obra para a cafeicultura em expansão no oeste paulista. Acompanhando o fluxo internacional que se dirigia ao estado de São Paulo no período, Campinas recebeu a partir de então um grande contingente de imigrantes: italianos (maioria), portugueses e espanhóis, e em menor número, imigrantes de outras nacionalidades.

Além da imigração internacional, nota-se também em menor escala - e para as quais faltam, muitas vezes, dados precisos - a vinda de migrantes de outras regiões do Brasil para o estado de São Paulo, e conseqüentemente para Campinas, para onde também se dirigiam migrantes de outros municípios paulistas. Assim como os estrangeiros, vinham em sua maioria motivada pelas oportunidades abertas por um mercado de trabalho em expansão, pela infraestrutura urbana crescente e pelas as possibilidades de acesso ou posse de terra nesta região.

A população de Campinas cresceu rapidamente entre as décadas finais do século XIX e primeiras décadas do século XX - aumentou quatro vezes seu tamanho entre

1872 e 1920 e entre 1900 e 1920 quase que dobrou o número de seus habitantes, o que torna visível os efeitos da imigração no volume populacional do município. O movimento imigratório desempenhou um papel importante no processo de urbanização e desenvolvimento econômico de Campinas. Fosse como mão de obra na lavoura do café, ou como pequeno proprietário de terra na produção de outros gêneros alimentícios; ou ainda em meio urbano, na instalação das primeiras indústrias e manufaturas, de estabelecimentos de comércio e serviços, a presença do imigrante foi fundamental para o desenvolvimento econômico e social dos modos de produção e vida que se desenvolveram no município a partir de então.

Além de todos esses fatores que justificam a escolha de Campinas como espaço privilegiado pela pesquisa, outro motivo contribuiu para que o trabalho fosse viável: a disponibilidade de informações sobre um segmento da população em idade economicamente ativa – composto pelos noivos e noivas que se casaram no civil em Campinas entre os anos de 1890 e 1920. Essas informações constam no banco de dados informatizado *Eventos Vitais: Campinas 1875-1921*, elaborado no âmbito de dois projetos desenvolvidos junto ao Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da Unicamp. Este banco traz nominalmente e com a cobertura contínua para mais de trinta anos, informações a respeito da nacionalidade, naturalidade, idade, ocupação, local de residência e pistas sobre a instrução dos noivos e noivas que se casaram no município nestes anos. O acesso à fonte, seu conhecimento e o conhecimento sobre as potencialidades que ela oferece conduziram ao desafio de enfrentá-las para a elaboração desta dissertação.

A escolha da variável *ocupação* como variável chave para entender a dinâmica de brasileiros e estrangeiros no mercado de trabalho em Campinas também impôs preocupações para que se encontrasse a melhor forma de classificação destes indivíduos de acordo com a natureza de suas atividades econômicas. Pensando nisso, optou se por adotar a HISCO (*Historical International Standard Classification of Occupation*) e seus princípios metodológicos para classificar as ocupações dos noivos e noivas que se casaram em Campinas entre 1890 e 1920. A HISCO permite que as informações de caráter econômico e ocupacionais sejam comparáveis ao longo do tempo, no espaço e entre distintas populações, tornando possível que se avance nos estudos sobre as estruturas demográficas, econômicas e sociais e suas transformações.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, intitulado: **Cenários de imigração e oportunidades de trabalho** traça um panorama dos aspectos

socioeconômicos, políticos e demográficos existentes e propiciados pela economia cafeeira no que ficou conhecido como complexo cafeeiro paulista, do qual Campinas fez parte. A seguir caracteriza o município de Campinas, enfatizando a importância da imigração internacional para o desenvolvimento econômico e urbanização desse município.

O segundo capítulo, **Fontes e metodologia de trabalho**, descreve e faz uma análise crítica da fonte utilizada e como foi trabalhada pela pesquisa, apontando para suas potencialidades e dificuldades na análise das ocupações e da imigração. Descreve a montagem e sistematização do banco de dados “Eventos Vitais: Campinas 1875-1921” e as soluções metodológicas para tratamento de suas variáveis – principalmente da variável ocupação. Por fim, mostra porque e como se apropriou do sistema de classificação HISCO (*Historical International Standard Classification of Occupation*), as vantagens e desvantagens oferecidas por esse sistema e as soluções adotadas para conseguir um melhor ajuste à classificação das ocupações no contexto de Campinas, entre a década final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

O último capítulo, **Imigrantes e suas ocupações na terra hospedeira**, traça e analisa o perfil dos noivos e noivas e a ocupação dos mesmos segundo a nacionalidade, cruzando também estas informações com outras variáveis. Essa análise é complementada também com informações disponíveis em outras fontes e por fim, procura-se mostrar as permanências e mudanças ocorridas no decorrer dos trinta anos analisados, no que diz respeito aos imigrantes e suas ocupações no município de Campinas – que apontam para transformações na constituição do mercado de trabalho local no decorrer do tempo.

Dessa forma, esta dissertação procura contribuir para o entendimento da relação entre imigração e ocupação e entre imigração e mercado de trabalho, e também subsidiar outros estudos que tangenciam essas temáticas e/ou que pretendem trabalhar com o registro civil de casamento e com a classificação ocupacional HISCO.

## CAPÍTULO 1

### CENÁRIOS DE IMIGRAÇÃO E OPORTUNIDADES DE TRABALHO

#### 1. O complexo cafeeiro

O complexo cafeeiro paulista, cuja formação marca expressivamente a história econômica do Estado de São Paulo – e principalmente, do Oeste Paulista – é o principal ponto de partida para a compreensão dos aspectos e cenários demográficos, econômicos e sociais existentes no Estado nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Como mostra uma ampla bibliografia - produzida desde os anos 1960, com grande intensidade nos anos 1970 e 1980 e da qual este trabalho se vale em parte<sup>1</sup> - a cafeicultura em expansão na segunda metade do século XIX e principalmente a partir dos anos 1870, condicionou e foi condicionada por transformações expressivas no tamanho, na estrutura e na composição da população, nas relações de trabalho e produção e por um alto ritmo na acumulação de capital – aspectos que colaborariam, posteriormente, para a implantação e diversificação da indústria no século XX (CANO, 1977; MELLO, 2009).

A expansão da atividade cafeeira esteve então articulada a diversas variáveis que colaboraram para a reestruturação dos moldes de vida, economia e trabalho no Estado de São Paulo e nos municípios que a partir das décadas finais do século XIX compuseram o complexo de produção do café primeiramente na região que ficou conhecida como Velho Oeste Paulista - no qual se inseriam Campinas - e depois o Oeste mais distante.

A produção cafeeira demandou, dentre outros elementos, a disponibilidade de terras, políticas econômicas, implantação e incremento do sistema de transporte e comunicações, expansão da agricultura para a produção de alimentos e matérias-primas necessários ao abastecimento do mercado interno, a ampliação deste mercado interno e o desenvolvimento de atividades relacionadas à criação de infraestrutura urbana e comércio. Também fizeram parte do processo de expansão da cafeicultura: o aumento e diversificação do comércio de exportação e importação, a expansão do sistema

---

<sup>1</sup>Entre os muitos autores estão: Cano (1977); Mello (2009); Vangelista (1991); Dean (1991); Holloway (1984; 1972); Semeghini (1991); Graham (1973); Levy (1974); Bassanezi (1995); Hall (1969) e Stolke (1986).

bancário, o surgimento das primeiras indústrias – de produção e montagem de máquinas e equipamentos utilizados para beneficiamento do café - e das primeiras manufaturas (ligadas à atividade cafeeira ou à produção de bens de consumo), e o componente imigratório, que principalmente no período entre 1880 e 1930, alterou significativamente o volume e a composição da população no Estado.

No começo da segunda metade do século XIX, a economia cafeeira em São Paulo contava com um cenário bastante comprometedor ao seu desenvolvimento capitalista, no que tange às relações de produção existentes. Até aquele momento, a economia colonial esteve intimamente ligada ao modelo de produção escravista, que decadente e em vias de extinção a partir de 1850 - com o fim do tráfico negreiro –vai se tornando cada vez mais insustentável ao novo modelo de produção ligado ao café que se desenvolve, sobre tudo no oeste paulista. Somados a esta problemática, estavam também a indisponibilidade e a dificuldade em adaptar a mão de obra livre nacional às relações de produção implementadas pela economia cafeeira, bem como, a utilizar o contingente de escravos existente no país - em torno de 1,5 milhões, segundo o Censo de 1872.

O pensamento corrente na elite cafeeira era de que não existia no Brasil neste período um excedente de mão de obra nacional (fosse ela escrava, antes de 1888, ou totalmente livre) capaz de se deslocar para suprir a demanda por trabalhadores, imposta pela expansão da atividade cafeeira. Esse fator, associado: às dificuldades e elevados custos para transporte inter-regional e recrutamento de trabalhadores nacionais, ao desinteresse dos fazendeiros em empregar brasileiros e ex-escravos; à dificuldade em atrair os pequenos agricultores brasileiros da agricultura de subsistência para fazerem um “trabalho de escravo”; à algumas questões políticas (que englobavam conflitos de interesses dos fazendeiros de açúcar no Nordeste e da exploração de borracha no Amazonas) e à crença de uma “necessidade eugênica, isto é, de doses crescentes de sangue branco”, no dizer de Vainer (1996, p. 44), dificultavam a priori o emprego dos nativos e ex-escravos na grande lavoura cafeeira. Por fim, com a acumulação de capital e tendo início a iniciativa governamental para subsidiar a vinda dos estrangeiros – tornando até mesmo o transporte marítimo mais barato e vantajoso – a mão de obra internacional passou a servir aos interesses do café (GRAHAM, 1973, p.59-60).

Diante das dificuldades para mobilização de mão de obra nacional, a atenção dos grandes fazendeiros e do governo brasileiro voltou-se para a atração de imigrantes internacionais, sobretudo europeus. No Brasil, as condições “favoráveis” por conta do

crescimento da econômica cafeeira, pelas reformas institucionais e políticas<sup>2</sup> e pelos incentivos e subsídios estaduais e federais à imigração, permitiram que a imigração de estrangeiros alcançasse níveis extremamente elevados entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX. Da perspectiva do continente Europeu, o rápido crescimento populacional no processo que ficou conhecido como Transição Demográfica<sup>3</sup> propiciou a formação de um excedente populacional que aliado às mudanças provocadas pela expansão do capitalismo e mudanças políticas em várias regiões da Europa, acabou por impulsionar a emigração de milhares de pessoas em busca de melhores condições de vida. Foi este o caso da Itália, que forneceu o maior contingente de imigrantes para a cafeicultura paulista. As conjunturas econômicas nos Estados Unidos e Argentina durante um recesso no final do século XIX ajudaram também a promover o Brasil como principal destino dos imigrantes europeus, principalmente italianos, nas décadas de 1880 e 1890.

Antes mesmo da abolição da escravidão, e durante este processo, o Brasil já vinha recebendo imigrantes europeus atraídos por uma política de ocupação e povoamento do território e pela necessidade de mão de obra para o café. A partir de meados dos anos 1880, a agressiva política imigratória aumentou amplamente a entrada de imigrantes no Brasil, sobretudo em terras paulistas, que concentraram mais da metade dos imigrantes entrados no país, como pode ser observado na Tabela 1 e Gráfico 1. Portanto, a grande maioria dos imigrantes que chegou ao país e a São Paulo entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX encaminhou-se diretamente às lavouras de café. Outras duas possibilidades consideradas pelos imigrantes eram: tornarem-se proprietários de terra independentes, organizando a estrutura de trabalho familiar para tal, ou estabelecerem-se como artesãos ou pequenos comerciantes na economia urbano-industrial nascente no final do século XIX e no começo do século XX.

---

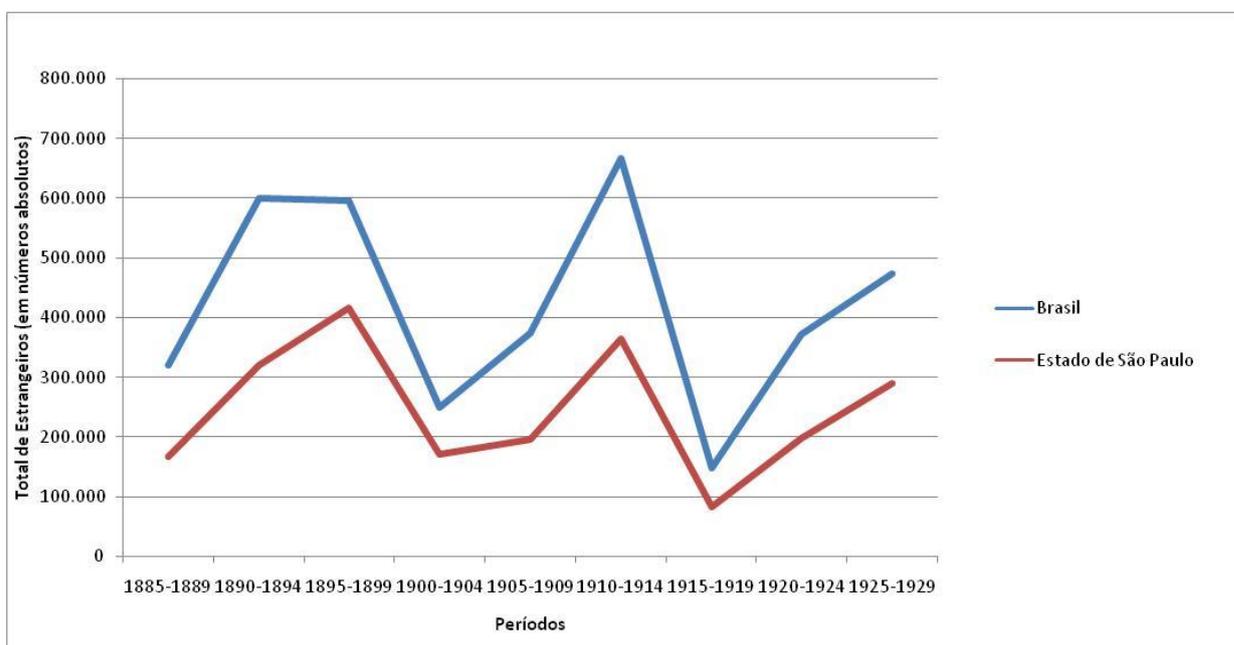
<sup>2</sup>Principalmente, da Abolição da escravidão, em 1888, da Proclamação da República, em 1889 e pelo regime descentralizado federalista, que permitiu, sobretudo a São Paulo, autonomia do desenvolvimento das políticas migratórias e de exportação do café.

<sup>3</sup> De modo bastante sintético, o processo de Transição Demográfica pode ser definido enquanto modelo que descreve as mudanças nos níveis e padrões de mortalidade, natalidade e fecundidade em determinada população. Elaborado por Warren Thompson (1929) e atualizado por Frank Notestein (1945), o modelo da Transição apresenta as transformações demográficas ocorridas na Europa entre os séculos XVIII e XIX, em que o declínio da mortalidade e os elevados padrões de natalidade e fecundidade colaboraram para a produção de um crescimento populacional bastante significativo, gerando este excedente populacional acima mencionado. O declínio da fecundidade (e conseqüentemente, do número absoluto de nascimentos), no momento posterior ao declínio da mortalidade contribuiu para conter o crescimento da população e para definir o teor das mudanças no regime demográfico em que antes, fecundidade e mortalidade eram elevadas (PATARRA, 1973).

**TABELA 1** - Imigrantes de 1º Estabelecimento entrados no Brasil e Estado de São Paulo (1885-1929)

Períodos	Total de estrangeiros Brasil	Total de estrangeiros Estado de São Paulo	% de estrangeiros no Estado de São Paulo em relação ao Brasil
1885-1889	319.541	167.664	52,5%
1890-1894	600.735	319.732	53,2%
1895-1899	597.592	415.253	69,5%
1900-1904	249.042	171.295	68,8%
1905-1909	373.365	196.539	52,6%
1910-1914	667.778	362.898	54,3%
1915-1919	147.675	83.684	56,7%
1920-1924	373.126	197.312	52,9%
1925-1929	473.521	289.941	61,2%
<b>Total</b>	<b>3.802.375</b>	<b>2.204.318</b>	<b>58,0%</b>

Fonte: Levy (1974, p.71 e 72).

**GRÁFICO 1** - Imigrantes de 1º Estabelecimento entrados no Brasil e no Estado de São Paulo (1885-1929)

Fonte: Levy (1974, p.71 e 72).

No período que vai de meados dos anos 1880 ao final dos anos 1920, o de maior intensidade nos fluxos migratórios, podem ser observados pelo menos três momentos da imigração internacional no Brasil e conseqüentemente, no Estado de São Paulo. O primeiro momento configurou-se pela grande expansão da cafeicultura no Oeste Paulista, aliada ao início das políticas oficiais de subsídio na Província/Estado de São Paulo e que marcou a entrada maciça de imigrantes, predominantemente italianos. Ele

vai até 1902, quando a Itália dificultou a imigração subsidiada para o Brasil e o café enfrentou sua primeira crise. O segundo momento englobou a recuperação da atividade cafeeira, com a política de valorização do café, em meados de 1906 e foi até o começo da Primeira Guerra Mundial em 1914. O fluxo imigratório continuou, mas não no mesmo patamar que no período anterior destacando-se então a imigração de portugueses e espanhóis. Após o término do conflito mundial, observou-se um momento de recuperação da lavoura cafeeira, do desenvolvimento de outros setores da economia e conseqüentemente, da retomada de fluxos migratórios marcados principalmente pela diversidade de nacionalidades, mas em escala muito menor que anteriormente. Este terceiro momento perdurou até o final da década de 1920, quando o Estado de São Paulo deixou de oferecer subsídio à imigração estrangeira e a crise de superprodução de café mais a mundial de 1929 traçaram novos rumos no que diz respeito movimento imigratório em direção ao Brasil(BASSANEZI, 1995, p.6).

Entre 1880 e 1902 chegaram ao Brasil mais de 1,7 milhões de imigrantes, dos quais 59% eram de origem italiana, seguidos pelos portugueses (19,5%) e espanhóis (11,2%). Entre 1906 e 1914 vieram outros mais de um milhão, a maioria desta vez, portugueses (38,6%), seguidos por espanhóis (21,4%) e italianos (18,7%). No período pós-guerra até o final da década de 1920, cerca de 900 mil estrangeiros entraram no país, assumindo certa importância imigrantes pertencentes a outras nacionalidades (25,1%)(LEVY, 1974, p.71 e 72).

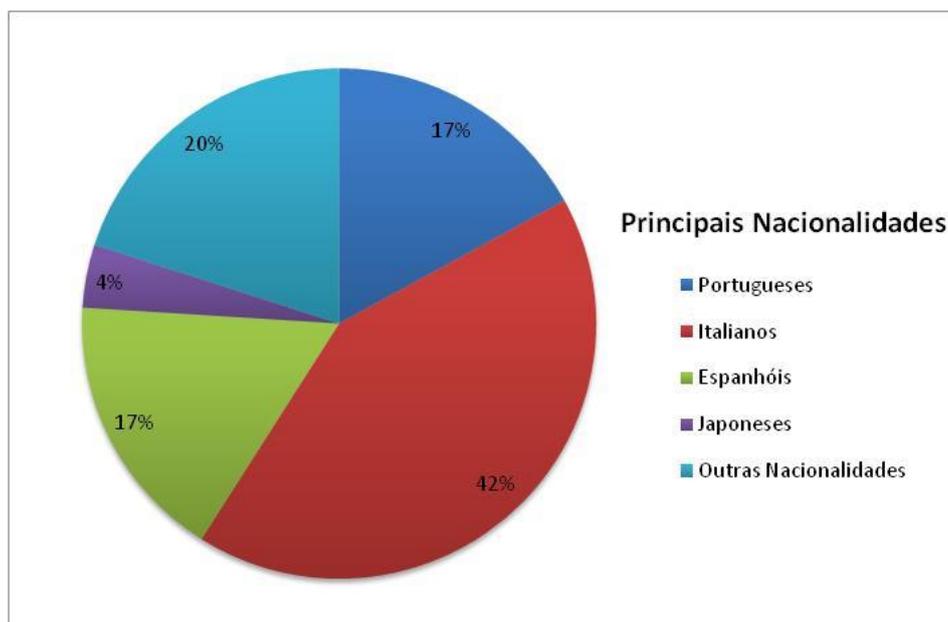
Como era de se esperar, a entrada de imigrantes no Estado de São Paulo seguiu a mesma tendência para o Brasil. Até o final dos anos 1920 chegaram ao Estado de São Paulo cerca de 2 milhões de imigrantes. Contudo, é preciso lembrar que nem todos se fixaram em terras paulistas. Muitos retornaram ao seu país de origem ou seguiram novos destinos no país ou além mar.

Os italianos dominaram a entrada de imigrantes no Estado de São Paulo até o início do século XX. Eles foram maioria (acima de 50%) durante toda década de 1880, 1890 e dos primeiros anos do século XX (entre 1900 e 1904), quando portugueses e espanhóis assumem a liderança nas entradas de imigrantes no Estado<sup>4</sup> (Anexo I).

---

<sup>4</sup>Os dados sobre imigração estrangeira para o Brasil dentro do período de imigração de massa apontam para a predominância da entrada de portugueses – pouco subsidiados, e mais vinculados às incipientes atividades urbanas e de infraestrutura -, italianos – principalmente entre as décadas de 1880 e 1890, subsidiados pela política migratória do Estado e instalando-se neste período, nas fazendas de café – e espanhóis – a terceira nacionalidade com maior volume de imigrantes para o período. Evidentemente, houve a diversificação destes grupos étnicos ao longo desses cinquenta anos, assumindo também importância a imigração de japoneses – a partir de 1908 - alemães – com maior intensidade de fluxo entre

**GRÁFICO 2** - Imigrantes estrangeiros entrados em São Paulo, segundo principais nacionalidades para todo período (1878-1929)



Fonte: Levy (1974, p. 83).

Os censos nacionais do final do século XIX e dos primeiros vinte anos do século XX apontam para o crescimento da população brasileira e o impacto direto e indireto do contingente imigratório nesse volume, como mostram os números da Tabela 2. Muito embora seja difícil quantificar as reais contribuições do elemento estrangeiro na estrutura e composição da população brasileira deste período pela falta de dados, pode-se facilmente inferir, por esses números, a importância maciça dos impactos diretos e indiretos da migração sobre este crescimento.

É preciso lembrar que nas estatísticas brasileiras, os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil eram considerados brasileiros em função da norma do *jus solis*, o que dificulta verificar com maior precisão o impacto indireto da imigração na população brasileira. Mas, sabendo-se que a maioria dos imigrantes aqui chegados estava em plena idade reprodutiva e que aqueles que vieram ainda crianças e sobreviveram com o passar do tempo também estavam capacitados para gerar filhos, não fica difícil afirmar que o efeito indireto foi muito importante.

---

1880 e 1939 principalmente, na região Sul do país - e outras nacionalidades – como poloneses e russos. Em São Paulo, como mostraram os dados, houve predomínio maciço de italianos (LEVY, 1974; BASSANEZI, 1995).

**TABELA 2-** População total e população estrangeira no Brasil  
1872 a 1920

Censos	População total	População estrangeira	% de estrangeiros no total da população
1872	10.112.061	388.459	3,8%
1890	14.333.915	351.545	2,5%
1900	17.439.434	1.074.511	6,2%
1920	30.635.605	1.565.961	5,1%

Fonte: (BASSANEZI, 1995, p. 11). Censos 1872; 1890; 1900 e 1920.

No Estado de São Paulo, a população passou de pouco mais de 800 mil em 1872 para mais de quatro milhões em 1920. Na virada do século XIX para o século XX a população estrangeira alcançou sua maior proporção na população total deste estado (Tabela 3). As taxas de crescimento, para o mesmo período, foram bastante elevadas: entre 1872 e 1890, a população cresceu em torno de 2,83% a.a e entre o período de 1890-1900 a taxa de crescimento populacional atingiu 5,11% a.a.

**TABELA 3** -População total e população estrangeira, Estado de São Paulo  
1872-1934

Censos	População total	População estrangeira	% de estrangeiros no total da população
1872	837.354	29.622	3,5%
1889	1221.380	36.825	3,0%
1890	1.384.753	75.030	5,4%
1900	2.279.608	478.417	21,0%
1920	4.592.188	829.851	18,1%
1934	6.433.327	931.191	14,5%

Fonte: (BASSANEZI, 1995; BASSANEZI, 2012). Censos 1872; 1890; 1900 e 1920.

Levy (1974) apontou a dificuldade em conhecer as reais contribuições – diretas e indiretas - do elemento estrangeiro na estrutura e composição da população brasileira pela falta de dados detalhados (por exemplo, de composição etária desta população), estatísticas precisas, e também pelos problemas de enumeração dos Censos. Também pouco se sabe sobre os aspectos de reemigração ou migração de retorno, a fim de determinar o contingente de população que, de fato permanece no Brasil no período entre os Censos. Por outro lado, os dados censitários existentes e as demais fontes a respeito da entrada dos imigrantes no país, como dados da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, os Boletins de Terras, Colonização e Imigração (HOLLOWAY, 1972) e a Revista de Imigração e Colonização (GRAHAM, 1973) podem ajudar a dimensionar os aspectos demográficos desta contribuição. De 1890 a 1920, a contribuição da

imigração estrangeira para o crescimento da população brasileira teria atingido até 11% (LEVY, 1974, p.68). No que diz respeito especificamente ao Estado de São Paulo, Nogueira (1964) estimou que a proporção do crescimento atribuível direta e indiretamente à imigração (estrangeira e nacional) nesse estado foi de 65,4% entre 1890 e 1900 e 61,6% até 1920. Além disso, “entre 1890 e 1940 a imigração estrangeira contribuiu direta e indiretamente em 59 por cento, e a nacional, em 12 para o incremento demográfico do Estado” (NOGUEIRA, 1964 *apud* BASSANEZI, 2012a, p.89).

Como parte de um processo mais amplo, a entrada do elemento estrangeiro no complexo cafeeiro paulista não correspondeu apenas à substituição da mão de obra escrava em vias de extinção desde 1850. O processo iniciado no século XIX, com a transformação do café no principal produto de exportação brasileira e com a formação de relações de produção voltadas à égide de um sistema capitalista, insere a entrada do imigrante internacional também num processo de formação da própria sociedade nacional deste período, sob o signo de uma estrutura capitalista (BALAN, 1973, p. 7).

Muito embora a escravidão tenha levado ainda algum tempo (ou fases) para desaparecer por completo, como propõe Cano (1977)<sup>5</sup>, a experiência do emprego da mão de obra imigrante na economia paulista, num primeiro momento através de regimes diferentes ao regime assalariado, com os sistemas de parceria<sup>6</sup> e principalmente de colonato<sup>7</sup>, revelou-se bastante eficaz às atividades econômicas desde o final dos anos 1870.

---

<sup>5</sup> Wilson Cano (1977) divide a formação do Complexo Cafeeiro Paulista e sua consolidação enquanto sistema em quatro momentos, orientados pelo desenvolvimento e transformação das relações de produção em relações capitalistas de produção. Num primeiro momento, em que a produção de café ainda esteve pautada sobre o emprego da mão de obra escrava; num segundo momento, em que houve a coexistência entre relações de produção – muito embora, predominasse o escravismo, alguns setores da indústria cafeeira já passam a operar com o trabalho assalariado ou formas que diferem desta predominante (como o emprego das parcerias nas fazendas). Num terceiro momento, em que houve, com o importante papel da imigração estrangeira, crescente predominância do trabalho assalariado, e por fim, num quarto momento, em que a escravidão é extinta – por tornar-se insustentável ao sistema em que as condições eram cada vez mais favoráveis ao trabalho livre e onde as altas margens de lucro, a produtividade e a disponibilidade de terras alteravam profundamente o cerne da atividade cafeeira.

<sup>6</sup> O sistema de parceria foi uma das primeiras tentativas de implementação da mão de obra livre estrangeira no Brasil, constituindo no endividamento do trabalhador com os custos relativos à viagem – subsidiada pelos fazendeiros – alimentação e moradia, estes últimos, oferecidos nas fazendas. O trabalhador não recebia nenhuma espécie de renda monetária, e mesmo com a possibilidade de cultivo de culturas alimentares, parte deste rendimento era retornado aos fazendeiros, dificultando quaisquer tentativas de acumulação de capital.

<sup>7</sup> O sistema de colonato, principalmente a partir de 1880, formalizava a relação entre o trabalhador e o fazendeiro através do “contrato do colono”. Além do pagamento contratual anual (estabelecido pelo cuidado dos cafeeiros durante o ciclo anual da produção) e do pagamento pela colheita do café (por tarefa, geralmente a cada alqueire trabalhado), o colono contava também com importantes rendas a

A vinda dos imigrantes estrangeiros foi um elemento que, além de solucionar o problema da disponibilidade de mão de obra ao café e servir aos interesses da elite cafeeira sob outras formas, ajudou no processo de transformação das relações de produção escravistas às relações de produção tipicamente capitalistas - pautadas no trabalho assalariado - e também, a alterar a composição da população e os modos de vida, economia e trabalho no país e principalmente em São Paulo. Do ponto de vista socioeconômico e cultural, os imigrantes também passaram a compor uma nova e alargada camada social com poder aquisitivo, aumentando a demanda para o mercado de bens de consumo e proporcionando maior disponibilidade de pessoas e também mão de obra para a expansão urbano-industrial a partir do começo do século XX – tanto pelo movimento de fuga de imigrantes do café para outras atividades urbanas, quanto pela entrada direta de imigrantes não destinados à atividade cafeeira, que ocorre principalmente a partir dos anos de 1900, dado o desenvolvimento das atividades urbano-industriais e da própria expansão da agricultura paulista diversificada.

Retomando a estrutura propiciada pelo café para seu próprio desenvolvimento, e também, para a urbanização e industrialização do Estado - a partir principalmente dos escritos de Cano (1977) - começa-se por salientar a expansão da rede ferroviária no estado de São Paulo. As ferrovias contribuíram diretamente para o transporte do café ao porto de Santos, para tornar terras economicamente acessíveis e para favorecer diretamente a velocidade e a quantidade no transporte de produtos, bens e pessoas<sup>8</sup>. A expansão ferroviária, portanto, colaborou para rebaixar os custos e aumentar a rapidez com o transporte do café, além de propiciar o deslocamento com maior rapidez e quantidade, dos imigrantes internacionais que chegavam ao Brasil – e principalmente a São Paulo – para suprir a necessidade de mão de obra na lavoura a partir da década de 1880. Já no começo do século XX (entre 1907 e 1910), com a industrialização em

---

princípio não monetárias: como moradia (nas fazendas), alimentação e áreas destinadas pelo fazendeiro aos colonos para a plantação de culturas alimentares e criação de pequenos animais. A provisão de terras constitui um dos elementos mais importantes deste regime de trabalho, pois na medida em que permitia ao colono plantar alimentos para subsistência de sua unidade familiar, permitia também acumulação de capital, na medida em que se gastava menos com bens de consumo e em que era permitida a venda de algum excedente produzido por ele nestas terras (HOLLOWAY, 1972). “Na perspectiva do imigrante, foram os subsídios e as possibilidades de poupar e ter acesso à terra que tornaram o mercado brasileiro atraente” (BASSANEZI, 1995, p. 4).

<sup>8</sup>Duas das principais ferrovias paulistas do período expandiram-se para as cidades do oeste do Estado antes da década de 1870, alcançando Campinas entre 1868 e 1872, Itu em 1873, Mogi Mirim e Amparo em 1875, Rio Claro em 1876, Casa Branca em 1878 e Ribeirão Preto em 1883 (CANO, 1977, p.34). As Companhias Paulista (que chegou à Campinas em 1868) e Mogiana (a partir de 1872) constituíam-se como propriedades nacionais privadas, e receberam em sua maioria, investimentos dos próprios fazendeiros do café.

curso, as ferrovias representavam no Estado cerca de 71% do valor bruto da produção industrial, considerando as atividades relacionadas à produção e manutenção (com reparo, forja e fornecimento de peças), e empregando cerca de 18.501 trabalhadores.

Com relação à agricultura, a implantação do regime de colonato nas lavouras ajudou a favorecer a diversidade na oferta de alimentos, principalmente num momento em que o elevado crescimento populacional impôs maior pressão para importação de alimentos e bens de consumo a fim de abastecer o crescente mercado interno. Na medida em que o complexo cafeeiro se desenvolve, atraindo pessoas e proporcionando maior infra-estrutura de ocupação e urbanização, o sistema exige o fortalecimento de uma agricultura mais independente da atividade nuclear – e que se desenvolve com força após 1900. Essa agricultura foi favorecida do ponto de vista político, pelo protecionismo a partir de 1905<sup>9</sup>, pela crise do café entre 1897 e 1910 e pela fuga de imigrantes da cafeicultura: dos quais muitos se tornam pequenos produtores locais. Desta forma, a expansão da agricultura paulista na produção de outras culturas não ocorreu apenas em função das crises cafeeiras, mas foi criando certa independência tendo em vista suprir a demanda com alimentos e matérias-primas, da própria expansão urbana. O desenvolvimento das atividades e dos meio-urbanos industriais atraiu população para estes espaços, inclusive imigrantes estrangeiros que deixaram a zona rural e foram para a zona urbana fomentar outras atividades econômicas relacionadas a este meio. A maior concentração populacional conseqüentemente, aumentou a própria demanda por alimentos.

Como pode ser visto, o café induziu crescentemente o surgimento de outras atividades em seu entorno, fosse para diminuir os custos da produção e do transporte ou para abastecer o mercado de bens e pessoas criado nas cidades do complexo cafeeiro. O fato da produção de café ter se orientado dentro da lógica capitalista de produção também exigiu o desenvolvimento de uma infraestrutura tipicamente urbana: em que estivessem disponíveis aos cafeicultores, uma estrutura de “conexões econômicas, financeiras e de serviços” composta pelos setores do comércio, bancos, casas de câmbio, armazéns, oficinas, comunicações, transportes, energia elétrica e industrial, e em que se fosse capaz de diminuir os custos com importação e manutenção do maquinário usado na cultura e no beneficiamento do café. E também, com a importação e produção de bens de consumo duráveis e não duráveis (CANO, 1977).

---

<sup>9</sup> Lei 1452, de 30/12/1905.

Embora estivesse subordinado ao excedente econômico oriundo da atividade do café, o desenvolvimento urbano-industrial no Oeste Paulista alcançou dimensões diversificadas. Desde a indústria manufatureira, a princípio, atuante em três segmentos: fabricação de máquinas e implementos para a atividade agrícola e de beneficiamento do café (diminuindo os custos e aumentando a produtividade e a lucratividade), produção de sacaria de juta (para embalagem e armazenamento do café) e a produção de bens de consumo corrente. Todos os três setores colaboraram ampliando as oportunidades de investimento do excedente de capital, como também, para o aquecimento do mercado de trabalho, exigindo a aplicação e emprego de mão de obra cada vez mais diversificada.

Em 1907, a produção de bens de consumo do setor têxtil representou cerca de 30% do valor da produção industrial paulista. No setor de produção de alimentos e bebidas, houve também importante crescimento entre os primeiros anos do Censo Industrial (em 1907) e o final da década de 1920, assim como no restante da produção industrial: nos setores metalúrgico, químico e demais bens de consumo, quando o governo Federal adotou medidas relacionadas à isenção de impostos para consumo e importação de máquinas e equipamentos, tarifas subsidiadas para o transporte de matérias primas e bens de capital, utilização de matérias primas nacionais, dentre outras medidas. Mesmo com a Primeira Grande Guerra, em 1914, as taxas médias anuais de crescimento industrial em São Paulo foram significativamente maiores em relação ao crescimento no resto do país e passando, de uma participação da indústria paulista no total da indústria brasileira de 15,9% em 1907 para 30,7% em 1914 e 33,5% em 1920 (CANO, 1977).

Mesmo com a concentração da produção industrial em determinados setores e empresas de grande porte, principalmente nos setores algodoeiros, têxtil, e nas indústrias alimentares e metalúrgicas, as características do processo histórico da formação industrial em São Paulo criaram condições para a convivência, por um longo tempo, entre formas artesanais e formas mecanizadas de produção, além de empresas de médio e pequeno porte – beneficiadas com o aumento e acesso à infraestrutura urbana e ao setor de transportes.

Sob estas condições demográficas, econômicas e sociais existentes nos municípios que originalmente compuseram o complexo cafeeiro no Velho Oeste Paulista é que podemos contextualizar a relação entre imigração e ocupação em Campinas entre 1890 e 1920. O imigrante foi capaz de se adaptar qualitativamente e quantitativamente às condições do mercado de trabalho no Estado de São Paulo,

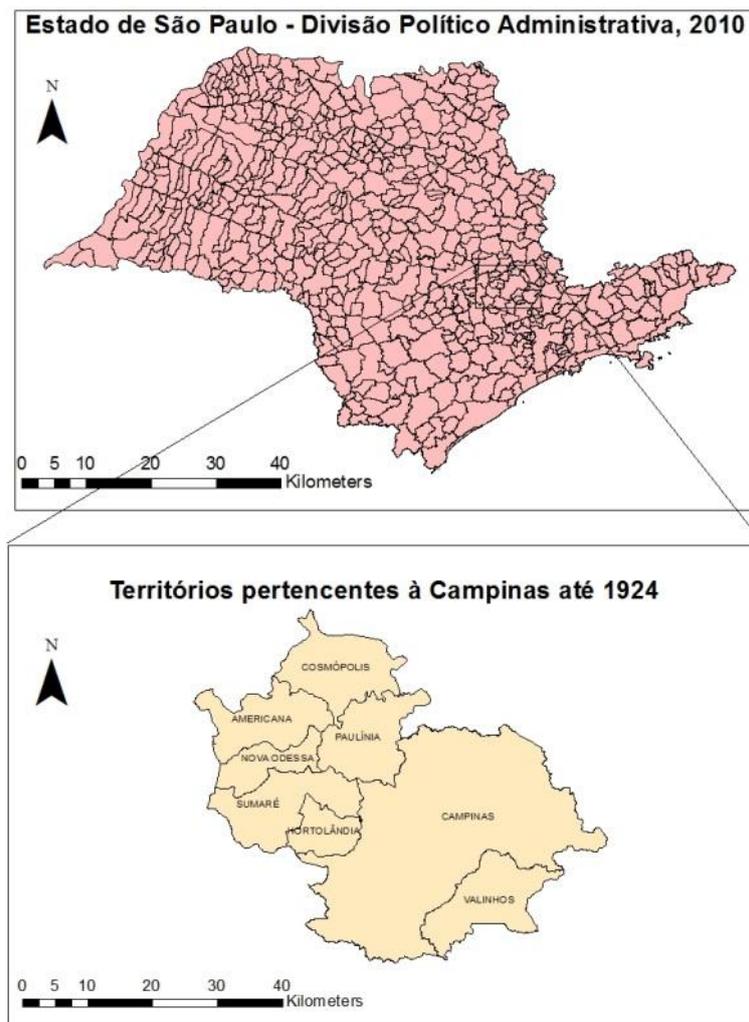
epicentro das transformações econômicas brasileiras a partir das décadas finais do século.

### **1.2 A “Princesa do Oeste”**

As origens de Campinas foram traçadas ao longo do século XVIII, como passagem daqueles que se destinavam à exploração de ouro no sertão de Goiás. Em 1797 o povoado foi elevado à categoria de vila e em 1842 passou a ter status de cidade.

Até o início dos anos 1920, quando começaram os desmembramentos e a formação de novos municípios no seu entorno, seu território correspondia aos territórios dos atuais municípios de: Campinas, Valinhos, Americana, Cosmópolis, Sumaré, Nova Odessa, Hortolândia e Paulínia (Mapa 1).

**MAPA 1** -Estado de São Paulo (Divisão Político Administrativa em 2010) e Território de Campinas em 1920<sup>10</sup>



**Fonte:** IBGE (2011). Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010.

O primeiro marco econômico importante para Campinas deu-se com a produção de cana de açúcar – que vigorou do final do século XVIII até a primeira metade do século XIX. Embora tenha sido um ciclo econômico não muito longo, a produção de açúcar teve papel decisivo e importante para o povoamento, crescimento populacional, para a formação dos primeiros núcleos de produção e troca ligados ao setor agrícola, e para o comércio de escravos. Foi essencial também para introduzir “a

<sup>10</sup>De acordo com a divisão político administrativa dos municípios do Estado de São Paulo em 2010, foi possível remeter aos territórios pertencentes à Campinas do final do século XIX aos primeiros anos do século XX. Ao longo, principalmente do século XX, foram sendo criados os distritos e atuais municípios que circundam a região de Campinas. Valinhos tornou-se distrito em 1896, município em 1953; Americana – distrito em 1904, município em 1924; Cosmópolis – distrito em 1906 e município em 1944; Sumaré – distrito com o nome de Rebouças em 1909, que em 1944 passou a se chamar Sumaré e município em 1953; Paulínia – distrito em 1944 e município em 1964; Nova Odessa - distrito de Americana em 1938, município em 1959; Hortolândia – distrito de Sumaré em 1953, município em 1991.

diversificação, embora incipiente, das atividades econômicas no município, apontando para o surgimento de uma importante rede urbana dentro do Estado de São Paulo” (BAENINGER, 1992, p. 25). Ao longo da primeira metade do século XIX, Campinas teve as maiores taxas de crescimento anual estimadas no Estado, chegando a 4,27% a.a período de 1836 a 1854 e 4,05%a.a entre os anos de 1854 e 1874, crescimento em muito condicionado pelo aumento do fluxo de escravos – o que basicamente sustentou a produção nos latifúndios açucareiros.

Campinas passou então a ocupar posição economicamente estratégica tanto no contexto da produção e dos ciclos econômicos que se desenvolveriam no Estado de São Paulo, quanto ao fluxo de produtos, insumos, bens e pessoas entre a capital e o interior do Estado, para o que muito contribuiu a sua localização geográfica privilegiada a 95 km da capital.

Na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento da lavoura cafeeira colaborou para a consolidação efetiva da liderança econômica do município de Campinas dentro da Província (Estado) de São Paulo. A economia cafeeira condicionou de maneira bastante rápida a estruturação de um segmento urbano capaz de dar efetivo suporte aos grandes latifúndios: no que diz respeito, principalmente ao escoamento da produção de café. E nesse sentido, entre 1868 e 1872 chegam a Campinas as principais ferrovias, responsáveis por interligar interior e Capital do Estado ao porto de Santos. Assim, as atividades econômicas na cidade ao longo desse período foram aquecidas por diversos fatores: pela intensificação dos fluxos migratórios a partir de meados dos anos 1850, sobretudo com a imigração em grande escala a partir dos anos 1880; pela expansão das ferrovias da Companhia Paulista em 1868 e da Companhia Mogiana em 1872 e pela disseminação de processos mais modernos de cultura e beneficiamento de café. Com isso, Campinas assumiu decisivamente: “o papel central na gestão do complexo cafeeiro capitalista” (SEMEGHINI, 1991, p. 12).

Em 1854, a população na cidade de Campinas foi estimada em 14.201 habitantes, e era composta por 5.725 indivíduos livres, 327 estrangeiros e 8.149 escravos (57,6% da população total). Em 1872, a população da cidade havia mais que dobrado e a população escrava chega a 43% da população total. Em 1886 por sua vez, a população de Campinas chegou a 41.253 habitantes – quase o mesmo volume da população na capital do Estado nesse mesmo ano. A epidemia de febre amarela na cidade, principalmente no ano de 1889 e durante parte da década de 1890, causou muitos óbitos e fez com que parte da população emigrasse de Campinas para as cidades

vizinhas, refletindo nos resultados do Recenseamento de 1890<sup>11</sup>, em que foram contados 33.921 indivíduos residentes na cidade. Mesmo com os vários surtos de febre amarela na década de 1890, a população de Campinas em 1900 chegou a 67 mil habitantes, e em 1920, ultrapassou os 100 mil (Tabela 4).

**TABELA 4** -População total - Campinas 1854-1920

Ano	População Total
1854	14.201
1872	31.397
1886	41.253
1890	33.921
1900	67.694
1920	115.602

**Fontes:**Bassanezi e Francisco (2002). Levantamentos Regionais de População: 1854, 1886 e Recenseamentos Nacionais: 1872, 1890, 1900 e 1920.

Quando comparamos o crescimento da população na cidade de Campinas e no Estado de São Paulo a partir dos levantamentos censitários de 1872, 1890, 1900 e 1920 – mesmo lidando com a problemática de subnumeração destes Censos – observa-se que as taxas de crescimento anual apresentam tendências semelhantes: basicamente, elevado crescimento entre o primeiro e o segundo períodos (de 1872 a 1890 e de 1890 a 1900) e próxima aos 3% a.a entre os censos de 1900 e 1920 (sendo acima de 3% a.a para todo o Estado São Paulo e abaixo de 3% a.a em Campinas). Entre 1900 e 1918, a taxa de crescimento populacional na cidade de Campinas chegou a 2,48% a.a, e entre os anos de 1918 e 1920<sup>12</sup>, 4,83% a.a. (BAENINGER, 1992).

A partir da década de 1850, algumas fazendas de café – e seus fazendeiros – começaram a promover de maneira autônoma no interior de São Paulo a vinda e fixação dos primeiros imigrantes europeus para a lavoura, através do sistema de parceria. Embora os anos de 1850 e 1860 ainda não sejam o grande momento da imigração internacional, é possível observar que a grande lavoura passa a se estruturar em torno da promoção do trabalho livre no Brasil. Neste período também foi possível mensurar além da imigração internacional, o deslocamento de trabalhadores livres nacionais para a região da capital agrícola da província – em Campinas, as estimativas do Almanaque para a Província de São Paulo (1873) indicam a entrada de cerca de 9 mil trabalhadores livres no município ao longo da década de 1860.

<sup>11</sup> Mesmo adotando as referidas estatísticas, é importante frisar que os resultados apresentados pelo Recenseamento de 1890 podem estar subnumerados, já que o levantamento populacional deste ano enfrentou diversos problemas na sua realização e publicação.

<sup>12</sup> Em 1918 a Prefeitura de Campinas realizou um recenseamento e em 1920, é feito Recenseamento Nacional da República.

Porém, a entrada de estrangeiros em Campinas assume importância a partir da década de 1880. No ano de 1881, chegam à cidade, encaminhados pela Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, 2.927 imigrantes. Entre os anos de 1882 e 1900, são enviados para as lavouras de café do município cerca de 10.631, dos quais 75% eram italianos; 11,3% portugueses; 7,9% espanhóis, 3,9 alemães e 1,8% de outras nacionalidades. Destes 10 mil estrangeiros, 2.544 chegam ao município entre os anos de 1882 e 1886, e os demais (cerca de 8 mil imigrantes), entre 1887 e 1900 (BAENINGER, 1992).

Por fim, na primeira década do século XX, Campinas recebeu 6.643 imigrantes estrangeiros saídos da Hospedaria em direção à Campinas e também trabalhadores nacionais, somando-se 11.792 até 1920, ano em que a população estrangeira no município representou cerca de 20% da sua população total: 23.516 imigrantes, numa população de 115 mil pessoas (BAENINGER, 1992). Essas estimativas de entrada de imigrantes estrangeiros em Campinas referem-se aos imigrantes que passaram pela Hospedaria de Imigrantes em São Paulo. É necessário também considerar que houve um contingente de estrangeiros que, vindos diretamente à Campinas e de forma não subsidiada pelo Estado, não passaram ou não foram devidamente contabilizados pela Hospedaria, não constando nestas estatísticas. Também devemos considerar que muitos estrangeiros tenham sido direcionados para outros municípios do complexo cafeeiro do Oeste Paulista e depois, tenham emigrado para Campinas, ou da mesma forma, tenham saído de Campinas para outras cidades do complexo ao longo deste período.

A atividade cafeeira contribuiu desde o início para o crescimento e para a diversificação do núcleo urbano da cidade, remodelando em diversos aspectos, as atividades econômicas ligadas à atividade nuclear, à implantação e diferenciação de um número cada vez maior de atividades industriais, comerciais e financeiras e à formação de um segmento médio bastante interessante: composto por pequenos agricultores (responsáveis pelo abastecimento do mercado interno), comerciantes, profissionais liberais e trabalhadores urbanos. No que tange à estrutura urbana e de comércio, surge em Campinas em 1861 o primeiro prédio do mercado urbano da cidade (que começou a ser construído na realidade em 1859), na tentativa de centralizar o comércio de gêneros alimentícios num só local e tentar solucionar os problemas do abastecimento urbano. Essa estrutura perdurou até as décadas de 1870 e 1880, quando a expansão aguda da atividade cafeeira impôs novas demandas econômicas aliadas ao liberalismo comercial. Diversos episódios, envolvendo as rotinas e a estrutura organizacional do mercado, apontavam também, mesmo antes da década de 1880, para a presença de estrangeiros

em Campinas, atuando como pequenos agricultores (como o caso dos alemães no Bairro do Friburgo), e como comerciantes (de nacionalidade portuguesa) (MARTINS, 2010, p.89).

Em 1860, Campinas possuía: "70 lojas de fazendas e ferragens, 126 armazéns de secos e molhados e pelo menos outros 25 estabelecimentos diversos. Havia ainda, 20 armazéns de gêneros de fora, 3 casas de comissões de importação e 3 hotéis" (ZALUAR, 1977, p.51 *apud* SEMEGHINI, 1991, p. 27). Além de pelo menos, 2 fábricas de cerveja, uma fábrica de velas, uma fábrica de chapéu, 3 fábricas de licores e mais de 60 estabelecimentos de artes e ofícios diversos. Também foram introduzidos na grande lavoura, já neste período, os primeiros engenhos mecânicos para aperfeiçoar o cultivo e o beneficiamento da produção, o que, ao lado das estradas de ferro, colaboraram para dinamizar os setores urbanos e industriais – vinculados à cultura de beneficiamento do café.

Na década de 1870 foi possível identificar, segundo Semeghini (1991), a emergência de um complexo capitalista. Se em 1872, a cidade já contava com: "42 capitalistas, 129 proprietários, 284 fazendeiros, 22 lavradores de algodão, 15 lavradores de açúcar, 43 lojas de fazenda, 17 lojas de ferragens, 21 armazéns de secos e molhados, 136 armazéns de gêneros da terra, 8 casas de importação, 8 depósitos de açúcar, 2 depósitos de cal, 1 depósito de farinha e 6 depósitos de sal" (PUPO, 1969 *apud* BAENINGER, 1992, p. 29), nos anos seguintes, grande parte do capital excedente das atividades relacionadas ao café seria drenado e redirecionado para a diversificação das atividades urbanas já existentes, para outros segmentos urbanos importantes e principalmente, para a formação e a consolidação do setor industrial na cidade.

Camillo (1998), ao sistematizar as informações disponíveis a respeito das empresas e pequenas indústrias fundadas em Campinas entre 1852 e 1887, e investigar as nacionalidades e origens sociais dos proprietários destas manufaturas, indicou que muitas indústrias na cidade já neste período teriam sido fundadas por estrangeiros. A primeira fábrica de Campinas (fundada em 1852), uma manufatura de velas e cera, tinha proprietário português. A primeira marcenaria da cidade, fundada um ano após a fábrica de velas, era propriedade de alemães, provenientes de famílias de marceneiros e carpinteiros na Alemanha e que, ao longo das décadas de 1870 e 1880 também abriram na cidade uma casa de comissões, um depósito de gêneros alimentícios e uma companhia de seguros. As manufaturas dos Irmãos Bierrenbach (brasileiros, porém, filhos de alemães), que englobavam uma fábrica de chapéus (extinta em 1879), uma

fundição e uma fábrica de carros e troles (fundada entre 1869 e 1870 e extinta em 1885), teriam introduzido o trabalho assalariado em Campinas, importado o primeiro equipamento a vapor e fabricado as primeiras máquinas destinadas ao beneficiamento do café (CAMILLO, 1998, p.30).

Merecem destaque ainda nas indústrias existentes na cidade antes de 1880, a Lidgerwood Manufacturing & Co., fundada em 1864 para importação de máquinas para a lavoura e beneficiamento, mas que a partir de 1884 passa a produzir este tipo de maquinário e também, peças e materiais usados nas estradas de ferro. De proprietários norte-americanos, a Cia Lidgerwood possuía 85 funcionários em 1886 (embora, em visita à indústria neste mesmo ano, o Imperador D. Pedro tenha relatado a presença de pelo menos, 190 trabalhadores), e no começo do século XX, tinha espaço suficiente para comportar em média, 300 operários (CAMILLO, 1998, p.53).

Também existiram em Campinas neste período, de propriedade estrangeira ou mista: mais duas fábricas de chapéus, de proprietários alemães e brasileiros, e cujo proprietário de uma delas havia trabalhado para os Irmãos Bierrenbach até montar seu próprio estabelecimento. Juntas, empregaram 47 operários (de nacionalidades italiana, portuguesa, alemã e brasileira) até 1886. Pelo menos três cervejarias artesanais, fundadas entre 1870 e 1880, de propriedade italiana (diferentes proprietários), uma fábrica de massas (fundada em 1881 e extinta em 1892) e algumas fundições e fábricas de carros e troles. E por fim, a Cia Mac Hardy (manufatureira, importadora e fundição de ferro e bronze, fundada em 1875 e extinta em 1983), de proprietários escoceses, ingleses e brasileiros, fundada por um ex-mecânico vindo da Escócia para trabalhar na Cia Lidgerwood, e a Pastifício Selmi (fundada em Campinas em 1887, de proprietários italianos e brasileiros) (CAMILLO, 1998).

A partir da década de 1880, a realidade do complexo cafeeiro começou a tomar outras proporções. A expansão das atividades, aliada à implantação ferroviária, à disseminação de processos mais modernos de cultura e beneficiamento do café e à viabilização da imigração em grande escala promoveu a emergência de um complexo capitalista orientado pelas grandes empresas do café.

Essas transformações nas relações de produção no complexo impuseram também, novas lógicas de organização e disseminação de processos urbanos e industriais nas cidades que compunham o complexo cafeeiro neste período. Em Campinas, o capital excedente das atividades do café passou a ser drenado a outros ramos e setores de atividades – favorecendo a expansão do núcleo urbano na cidade e

também, de infraestrutura. São fundadas a partir da década de 1880, novas companhias, abrangendo diversos setores de atividades: em 1881, estrutura-se a Cia Campineira de Carris de Ferro (cujas primeiras atividades começam ainda no final dos anos de 1870) - criando as linhas de bondes de tração animal; entre 1887 e 1890, organiza-se a Cia de Serviços de Água e Esgotos; em 1884, são fundadas a Cia Telefônica Campineira e a Estação da Estrada de Ferro; e ainda no final dos anos 1870, a Companhia Campineira de Iluminação a Gás (LAPA, 1996, p. 34). Também crescem o número de bancos e casas comissárias - condicionados principalmente pelo dinamismo da base agrícola regional, pela ampliação do mercado para bens de consumo e pela implantação ferroviária.

O Almanaque de Campinas em 1886, contabilizou para aquele ano pelo menos 41 estabelecimentos industriais na cidade, cujas atividades variavam da fabricação de bens de consumo à indústria ligada ao beneficiamento do café. Também havia pelo menos 2 caldeirarias, 4 fábricas de cerveja, 3 fábricas de chapéus, 8 estabelecimentos ligados a fabricação e manutenção de carros e carroças, 3 fundições, 5 indústrias ligadas à montagem e fabricação de máquinas agrícolas, 1 fábrica de licor, 1 fábrica de vinagre, 3 olarias, 1 fábrica de sabão, velas, óleos vegetais, 2 fábricas de massas, 3 de móveis e marcenarias, 1 de fiação e tecelagem, 1 de moagem de trigo, 1 de refinação de açúcar e 2 fábricas de calçados. Com a ferrovia, também ganham destaques as oficinas destinadas à manutenção das linhas férreas e dos trens.

Com relação às atividades urbanas, o Almanaque daquele ano também levantou a existência, de pelo menos 3 bancos e casas de desconto, 65 indivíduos capitalistas, 10 comissários e compradores de café, pelo menos 40 depósitos de bens de consumo e estabelecimentos atacadistas, 7 estabelecimentos de artigos importados, 7 sociedades anônimas, 177 armazéns de secos e molhados, 22 fazendas e armazinhos, 8 ferragens, 4 joalherias, 5 agências comerciais e leilões, cerca de 17 hotéis e restaurantes e pelo menos, 579 estabelecimentos comerciais diversos. Com a vinda e instalação dos imigrantes europeus na cidade, também se organizam as primeiras sociedades de imigrantes, que passam a manter clubes, colégios e hospitais na cidade. Em 1886, eram pelo menos 2 colégios, 5 casas de saúde, 17 sociedades diversas e também 2 teatros e 3 jornais<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> A Monografia Histórica do Município de Campinas (IBGE, 1952) também apontou a existência, além dos estabelecimentos levantados pelo Almanaque de 1886, de pelo menos 579 estabelecimentos comerciais diversos.

Desse modo, é possível entender que o setor industrial em Campinas tenha sido estimulado principalmente, por três fatores: “o dinamismo da base agrícola regional então em acelerado processo de transformação e expansão, a ampliação concomitante do mercado para bens de consumo e a implantação ferroviária” (SEMEGHINI, 1991, p. 43). A esses três, é possível incorporar também o estímulo advindo da presença do elemento estrangeiro na cidade: a imigração européia para Campinas propiciou, além de mão de obra para a lavoura, a presença de estrangeiros com algum conhecimento ou mesmo domínio das atividades manufatureiras – de acordo com as profissões que exerciam em seus locais de origem.

As duas últimas décadas do século XIX foram decisivas, portanto, para a configuração de um cenário econômico e urbano bastante promissor para a cidade que assumiu o posto de capital agrícola da província entre as décadas de 1870 e 1880. Cada vez mais, e com mais intensidade, o excedente do capital oriundo do café foi aplicado e redirecionado para atividades que contemplavam os meios urbanos e industriais – fossem nas atividades mais ligadas à melhora na cultura e beneficiamento do café, ou no transporte dos produtos da lavoura dentro e fora da cidade, ou ainda, no abastecimento do mercado interno, chegando a superar a concorrência estrangeira (SEMEGHINI, 1991, p.44). De modo que, mesmo com a estabilização da produção de café a partir da segunda metade da década de 1880 e com a epidemia de febre amarela afetando Campinas entre 1889 e 1897, o cenário econômico urbano e social já estava bastante consolidado e promissor no século que se inicia.

A partir de 1900, a produção de café no Estado de São Paulo estabilizou-se e manteve-se constante entre as duas primeiras décadas do século XX. A agricultura, de modo geral, passou a ser mais mecanizada devido à instalação de indústrias agrícolas de cultura e beneficiamento na própria cidade de Campinas. As culturas também se diversificaram favorecendo o aumento do cultivo de alimentos e matérias primas e a agropecuária, tanto no intuito de abastecimento do mercado interno como também para o comércio de gêneros alimentícios distintos entre as diversas regiões. Merecem destaque, no Estado de São Paulo como um todo, o cultivo de arroz, do milho, da cana de açúcar, do algodão, de cereais e a pecuária. Em termos de estrutura fundiária, aumentam as pequenas e médias propriedades – redimensionando os grandes latifúndios de café – e muitas delas são inclusive, de proprietários estrangeiros.

A imigração, já descrita em números, desempenhou papel fundamental no crescimento e dinâmica populacional e no preenchimento dos espaços internos, tanto

nas áreas rurais como urbanas. Embora no século XX tenha perdido a hegemonia na produção de café, Campinas continuou a ser o principal centro e pólo atrativo do interior do Estado de São Paulo: por conta da importância das ferrovias e seus efeitos intra-urbanos, em termos de indústria, comércio e serviços.

A indústria na cidade continuou com o crescimento exponencial. A estrutura industrial em Campinas no ano de 1920 contava com pelo menos 91 estabelecimentos industriais de distintos portes, empregando em torno de 2.865 operários. Deste total, ampliaram-se consideravelmente, desde o começo do século XX até a década de 1920, os ramos têxteis e as indústrias rurais, que envolviam o beneficiamento e transformação de culturas como algodão, café, cana, arroz, milho e açúcar. O setor da indústria pesada, ligado ao metal, apresentou relativa diminuição neste período, principalmente nas indústrias fundadas durante as décadas de 1860 e 1870 (como a Cia Lidgerwood e a Cia Mac Hardy). No entanto, as demais empresas e pequenas manufaturas, mesmo com quadro de funcionários reduzido, foram as que mais se destacaram no período, principalmente porque eram bastante diversificadas na produção de bens e consumo e na transformação de matérias primas como couro e madeira (SEMEGHINI, 1991, p. 77-78). Também se destacavam as companhias férreas e as pequenas oficinas e indústrias ligadas aos serviços prestados por elas. A Companhia Mogiana teria sido, em 1920, a maior empregadora de Campinas, contando com quadro de funcionários composto por trabalhadores brasileiros e estrangeiros.

Tantas transformações nas feições econômicas e urbanas da cidade só fizeram sentido na medida em que condicionaram, e foram condicionadas também, por mudanças significativas na estrutura social e nas relações de produção que se desenvolviam na cidade. Impulsionada pela expansão da cultura cafeeira, a imigração teve papel central na formação, estrutura e características da população de Campinas a partir da segunda metade do século XIX e também foi importante na constituição de um mercado de trabalho assalariado no Brasil, no desenvolvimento e na diversificação dos setores da produção agrícola, urbano, de comércio e serviços. O desenvolvimento econômico e urbano de Campinas neste período, aliado a presença do elemento estrangeiro, pode ser dimensionado a partir das análises quantitativas e qualitativas dos dados sobre imigração e população que seguem nos capítulos posteriores desta dissertação. Procura-se, através das ocupações exercidas por brasileiros e estrangeiros na economia de Campinas do final do século XIX e começo do século XX, acrescentar novos ingredientes sobre estas características da população e economia campineira.

## CAPÍTULO 2

### FONTE E METODOLOGIA DE TRABALHO

Para a análise da relação entre imigração e ocupação na cidade de Campinas no período de imigração de massa no Brasil, optou-se por utilizar como fonte principal de estudo os registros civis de casamento arrolados nos cartórios dos distritos de Santa Cruz e Conceição do município de Campinas entre 1890 e 1920. E adotar, para a classificação das ocupações, a *Historical International Standard Classification of Occupation* (HISCO) - ambos muito pouco explorados pelos historiadores demógrafos brasileiros que trabalham com a temática desta dissertação. O registro civil de casamento tem o mérito de trazer, entre outras informações, aquelas relativas à nacionalidade, ocupação e local de residência dos noivos no momento da união e por sua abrangência temporal, possibilitar uma análise longitudinal, que ajuda na compreensão dos processos demográficos e socioeconômicos e na apreensão das mudanças e permanências, com riqueza de detalhes. O mérito da ferramenta analítica HISCO, por sua vez, prende-se ao fato de permitir análises comparativas no tempo e no espaço (em termos nacionais e internacionais).

Este capítulo tem o objetivo de apresentar aquela fonte e a HISCO, mostrando suas potencialidades para o estudo pretendido, as dificuldades encontradas no seu uso e as soluções metodológicas adotadas. Com isso, espera-se também contribuir para facilitar a árdua tarefa enfrentada por outros pesquisadores ao iniciar novo projeto e, quiçá, inspirar novas pesquisas.

#### **2.1 O registro civil de casamento**

O registro civil de casamento compõe o que se costumou identificar como *registros dos eventos vitais*. Esses registros, tanto paroquiais (batizado, casamento e óbito, elaborados e conservados pela Igreja e que antecederam a institucionalização do registro civil pelo Estado)<sup>14</sup> como os civis de responsabilidade do Registro Civil de Pessoas Naturais têm se constituído como importante fonte de pesquisas relacionadas

---

<sup>14</sup> No Brasil, a história dos registros vitais começa não diferente de outras populações católicas ou reformistas. Desde a colonização até a Proclamação da República, as Igrejas foram os principais órgãos responsáveis pelos registros destes eventos, rubricados registros paroquiais. Mesmo tendo o registro civil surgido na primeira metade do século XIX, os esforços para sua regulamentação e principalmente pela sua aceitação perduraram até Proclamação da República, quando ocorreu a separação da Igreja e do Estado e o Decreto Federal 181 de 24.01.1890 tornou legal apenas o casamento civil no país. Mesmo assim, ainda demorou um tempo para que os registros civis substituíssem por completo os registros paroquiais em muitos locais do país (BASSANEZI, 2012a).

não só ao comportamento demográfico, mas também socioeconômico e cultural das populações do passado e do presente. Eles são importantes para o estudo das sociedades e populações porque incluem todos os setores da sociedade: homens e mulheres, ricos e pobres, brancos, negros e índios, filhos legítimos e ilegítimos, crianças expostas ou enjeitadas, escravos e libertos (antes de 1888, no Brasil), muitos deles migrantes (BASSANEZI, 2012a).

Tais registros discriminam nominalmente as principais pessoas envolvidas no *evento* (nascimento, casamento ou óbito) e suas características, tais como: idade, sexo, estado civil, ocupação, nacionalidade, naturalidade, local de residência e em alguns casos, legitimidade e grau de instrução. Nota-se que embora seja um levantamento de descrição de um evento específico, em que o indivíduo principal é sempre um – salvo no ato de casamento, em que são dois – os registros vitais oferecem também algumas informações sobre os sujeitos que participam indiretamente deste evento. No registro de nascimento, encontram-se também informações sobre os pais da criança, algumas vezes dos avós, e também dos padrinhos escolhidos. No casamento, informações sobre os pais, padrinhos e testemunhas. No óbito, dados dos pais e do cônjuge (quando o falecido era casado ou viúvo), de quem declarou o óbito e do médico que atestou a morte. Nos três tipos de registro tem o nome de quem oficiou o ato: pároco, juiz de paz ou escrivão.

O potencial dos registros paroquiais, com objetivos de caráter mais demográfico, foi originalmente explorado por Henry (1977), que criou técnicas de coleta e análise específicas das informações neles contidas – levantamento anônimo, levantamento nominativo e a reconstituição de família - a fim de que se pudesse conhecer a dinâmica demográfica das populações para um tempo em que ainda não havia o registro civil.

Igualmente, os registros civis de óbito, nascimento e casamento servem aos estudiosos da população e da sociedade, mas ainda são pouco trabalhados pelos historiadores demógrafos. Como os paroquiais, fornecem elementos para obtenção de medidas de fecundidade, nupcialidade, mortalidade, natalidade e migração, auxiliam na observação do crescimento da população, na formação de famílias, no estudo dos ciclos de vida individual e familiar e podem ser utilizados inclusive em estudos diversos, como, por exemplo, sobre mobilidade social, relações sociais, de poder, mentalidades e outros mais de caráter socioeconômico e cultural.

Para o caso específico deste estudo e do período que ele contempla – que vai da década de 1890 aos anos de 1920 – estes registros são fontes importantes e porque não dizer, *essenciais*, pois preenchem a ausência e/ou lacunas de informações de

recenseamentos e de estatísticas específicas (entrada de imigrantes no município, por exemplo) que são ou seriam de interesse para a análise da relação entre imigração e ocupação.

Vale ressaltar que recenseamentos nacionais realizados entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX foram descontínuos, produziram resultados esparsos e com consideráveis lacunas no que diz respeito a informações importantes não consideradas e/ou não publicadas e à abrangência da população. Os Censos de 1890 e 1900, por exemplo, tiveram diversos problemas na sua elaboração e execução. O de 1890 enfrentou alterações diversas nas unidades territoriais e administrativas e contou com a caducidade das divisões eclesiásticas. Além disso, ambos estes recenseamentos tiveram publicadas apenas suas sinopses estatísticas – entre 1898 e 1900 as sinopses referentes ao levantamento de 1890, e em 1905 relativas ao Censo de 1900 – que apresentam, inclusive, problemas de cobertura. Em 1910, a instabilidade política na República Brasileira inviabilizou a realização do recenseamento previsto para esse ano, deixando para 1920 a efetivação do terceiro recenseamento do período republicano (BASSANEZI, 2009; BOTELHO, 2010).

Esta dissertação também se vale dos almanaques e estatísticas disponíveis – a fim de produzir reflexões mais detalhadas e completas, como: *as estatísticas agrícolas e zootécnicas de Campinas dos anos de 1904 e 1905; os almanaques históricos e estatísticos de Campinas dos anos de 1886, 1908 e 1914; o recenseamento de 1918 de Campinas e os recenseamentos nacionais dos anos de 1920 e 1934.*

## **2.2 O Banco de Dados: Eventos Vitais - Campinas 1875-1921**

As informações sobre os brasileiros e estrangeiros que se casaram em Campinas entre 1890 e 1920 e analisadas nesta dissertação encontram-se no **Banco de Dados: Eventos Vitais - Campinas 1875-1921**, que sistematiza as informações contidas nas atas de nascimento, casamento e óbito - registradas nos Cartórios dos distritos de Conceição e Santa Cruz da cidade de Campinas nesse período. Este banco foi iniciado no âmbito do Projeto Temático FAPESP “Observatório das migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo” entre os anos de 2009 e 2013<sup>15</sup> e continuado pelo projeto “População em Tempos de Mudanças. Campinas 1875-1920”

---

<sup>15</sup> Projeto coordenado pela Profa. Dra. Rosana Baeninger. No âmbito deste projeto, a elaboração desse banco ficou a cargo de alunos bolsistas do projeto sob a supervisão, orientação e coordenação da Profa. Dra. Maria Silvia C.B. Bassanezi.

(Chamada Universal –MCTI/CNPq no.14/2013)<sup>16</sup>, ambos desenvolvidos junto ao Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Inicialmente, foram digitalizados todos os registros de nascimento, casamento e óbito microfilmados pela Sociedade Genealógica de UTAH e disponíveis em rolos de microfilme para consulta no Centro de Memória da Unicamp (CMU).Esses rolos de microfilmes estão classificados em ordem cronológica de acordo com o número do livro onde se encontram os registros vitais e o cartório onde se encontram os documentos originais (Figura 1).

Os livros de casamento, além do registro de cada casamento ocorrido, contêm também um índice em ordem alfabética a partir do nome do noivo, que indica a página em que se encontra referido registro (Figura 2). À margem de alguns registros encontram-se também anotações realizadas postumamente, como por exemplo, sobre o falecimento de um ou de ambos os cônjuges e também sobre a separação ou divórcio do casal em questão (Figura 9).

---

<sup>16</sup> Projeto coordenado pela Profa. Dra. Maria Silvia C.B.Bassanezi.

**FIGURA 1** – Imagem de apresentação de um dos rolos de microfilme contendo Registros Cíveis de Casamento do Distrito de Conceição de Campinas entre 1890 e 1921

 <p>FILMADO PELA SOCIEDADE GENEALÓGICA DE UTAH EM:</p> <p><b>REGISTRO CIVIL DO 1º SUBDISTRITO</b></p>	LOCALIDADE QUE ABRANJE O REGISTRO
	<b>CAMPINAS</b>
	TÍTULO DO REGISTRO
	<b>MATRIMÓNIOS</b>
	<b>04</b>
FOTÓGRAFO	RÉDUÇÃO
<b>WILSON DE OLIVEIRA</b>	<b>15</b>
DATA DE FILMAGEM	EXPOSIÇÃO
<b>25 JAN 84</b>	<b>64+8</b>
NÚMERO DA EMULSÃO	NÚMERO DA MÁQUINA
<b>AHU-5460-305-4</b>	<b>MOD.E.2842</b>
NÚMERO DO PROJETO	NÚMERO DO ROLO
<b>BRZC-2.024-90</b>	<b>21</b>

**Fonte:** Sociedade Genealógica de UTAH. Acervo do Centro de Memórias da Unicamp, Registro Civil de Casamento de Campinas.

FIGURA 2 – Índice de casamentos existente no início de cada livro de Registro Civil de Campinas entre 1890 e 1921

Angelo Vena	e D. Libera Moffa	1v <sup>a</sup>	A
Afonso Giralddi	Laura Ferrari	2	B
Augusto Mesquita	Antonietta Pimenta	20	C
Alberto Farias	Maria Oppumamo	23v <sup>a</sup>	D
Arlindo Benjamin de Oliveira	Escolastica Gama	31v <sup>a</sup>	E
Aquilin o Graça	Anna	34	F
Aprigio do Amaral Guimarães	Vicencia T. Bueno	50	F
Alberto Correa	Anna da Conceição Fiedade	59	F
Alvio Hermsen	Antonia Kopúschlorio	74	F
Amador Alimo de Moraes	Laurinda Moraes	79	F
Agostinho Balthasar Prado	Maria das Neves	83v <sup>a</sup>	G
Amitista Wenceslau	Ipoldare Angeka	85v <sup>a</sup>	H
Augusto Simões de Paula Castro	Anélia Tereza Barros	95v <sup>a</sup>	I
Augusto Iney	Antonia M. Olssen	100	J
Augusto Palorsa	Flanni Laura	113	J
Alberto Bickouzer	Panunto Santa	114v	J
Arlindo Rodrigues Prado	Antonia F. de Almeida	130	J
Alfredo Antonio dos Santos	Emilia Francisco Gonçalves J.	146	J
Alfredo Theophilo Alvin	Flora Nogueira	157v	J
Arthur de Mattos	Elvira da Conceição Correa	189	J
Adolpho Mendes	Barbosa Cezar	192	J
Adão Castelo Branco	Vicencia dos Santos	197	K
Anibal Grangnani	Mateoni Marfisa	6	L

Fonte: Sociedade Genealógica de UTAH. Acervo do Centro de Memórias da Unicamp, Registro Civil de Casamento de Campinas.



**FIGURA 4 – Planilha dos Registros Civis de Casamento de 1900 a 1920 nos Distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas (Primeira Parte)**

	Local	Ano	Noivo	sobrenoivo	Nacnoivo	Natnoivo	Ocupnoivo	
1	Conceição	1890	horacio egdydio de souza aranha	aranha	Brasil - 1	Campinas (SP)	AGRICULTOR	
2	Conceição	1890	jose pariz	pariz	Itália - 5	.	NEGOCIANTE	
3	Conceição	1890	severino de souza	souza	Brasil - 1	Mogimirim (Mogy...	NÃO DECLARADA	não
4	Conceição	1890	ricardo jose de cavalho	cavalho	Brasil - 1	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA	não
5	Conceição	1890	antonio alves pereira de almeida junior	almeida	Brasil - 1	Itu (SP)	EMPREGADO NA COMPANHIA (CIA) MOGIANA	
6	Conceição	1890	joao da matta rebello	rebello	Portugal - 2	.	NEGOCIANTE	
7	Conceição	1890	theotonio elias de paula	paula	Brasil - 1	Campinas (SP)	LAVRADOR	
8	Conceição	1890	osorio de almeida leite	leite	Brasil - 1	Tietê (SP)	NEGOCIANTE	
9	Conceição	1890	antonio rubino pedroso	pedroso	Brasil - 1	Piracicaba (SP)	NÃO DECLARADA	não
10	Conceição	1890	fabio belluomini	belluomini	Itália - 5	.	NEGOCIANTE	
11	Conceição	1890	amancio antonio salgado	salgado	Brasil - 1	Amparo (SP)	NÃO DECLARADA	não
12	Conceição	1890	jose antonio de oliveira	oliveira	Brasil - 1	Campinas (SP)	ADMINISTRADORADM. AGRICULA	
13	Conceição	1890	germano jacob	jacob	Brasil - 1	Campinas (SP)	NEGOCIANTE	
14	Conceição	1890	salvador da rocha camargo	camargo	Brasil - 1	Campinas (SP)	LAVRADOR	
15	Conceição	1890	francisco de lima prado	prado	Brasil - 1	Campinas (SP)	PEDREIRO	
16	Conceição	1890	gabriel bonas	bonas	Brasil - 1	Curitiba (PR)	NÃO DECLARADA	não
17	Conceição	1890	antonio da costa ramos	ramos	Portugal - 2	.	MAQUINISTA	
18	Conceição	1890	francisco carlos alberto schwulins	schwulins	Prússia	.	CARNICEIRO	
19	Conceição	1890	manuel rodrigues	rodrigues	Portugal - 2	.	MAQUINISTA	
20	Conceição	1890	delfino dorato	dorato	Itália - 5	.	NÃO DECLARADA	não
21	Conceição	1890	manuel ferreira	ferreira	Portugal - 2	.	TRABALHADOR	
22	Conceição	1890	frederico reinhork teske hermann	hermann	Não Declarada	NÃO DECLARADA	COLONO/COLONO AGRICULA	
23	Conceição	1890	livert christiano fahl	fahl	Alemanha - 4	.	TRABALHADOR	
24	Conceição	1890	francisco de paula gomes	gomes	Brasil - 1	Sorocaba (SP)	CARPINTEIRO	

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015).Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

**FIGURA 5 – Planilha dos Registros Civis de Casamento de 1900 a 1920 nos Distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas (Segunda Parte)**

	HISCO	Resnoivo	Idadenoi	Ecnoivo	Noiva	sobrenoiva	Nacnoiva	Natnoiva	Ocupn
1	61110	Campinas (SP)	23	solteiro	anna mathilde nogueira, dona	nogueira	Brasil - 1	Campinas (SP)	NÃO DECLARADA
2	41020	Campinas (SP)	23	solteiro	luiza bambanat	bambanat	Itália - 5	.	NÃO DECLARADA
3	não declar...	Campinas (SP)	20	solteiro	claudia	.	Itália - 5	.	NÃO DECLARADA
4	não declar...	Campinas (SP)	26	solteiro	ursulina soares	soares	Brasil - 1	Campinas (SP)	NÃO DECLARADA
5	36000	Campinas (SP)	29	solteiro	albertina pinto de almeida, dona	almeida	Brasil - 1	Itu (SP)	NÃO DECLARADA
6	41020	Santos (SP)	52	Não declarado	elisabette ganipel	ganipel	França - 6	.	NÃO DECLARADA
7	61110	Campinas (SP)	24	solteiro	alda brandina de camargo penteado, dona	penteado	Brasil - 1	Campinas (SP)	NÃO DECLARADA
8	41020	São Carlos (SP)...	21	solteiro	maria das dores de camargo penteado, do...	penteado	Brasil - 1	Campinas (SP)	NÃO DECLARADA
9	não declar...	NÃO DECLAR...	20	Não declarado	evangelina guatimosim	guatimosim	Não Declarada	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA
10	41020	Campinas (SP)	29	viúvo	mania tognetti	tognetti	Itália - 5	.	NÃO DECLARADA
11	não declar...	Campinas (SP)	19	solteiro	america maria da silva, dona	silva	Brasil - 1	São Paulo, capital (SP)	NÃO DECLARADA
12	21230	NÃO DECLAR...	26	Não declarado	brasilia maria de oliveira, dona	oliveira	Brasil - 1	Campinas (SP)	NÃO DECLARADA
13	41020	Campinas (SP)	29	solteiro	angelina leite de oliveira, dona	oliveira	Brasil - 1	Campinas (SP)	NÃO DECLARADA
14	61110	Campinas (SP)	53	Não declarado	maria bueno de godoy, dona	godoy	Não Declarada	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA
15	95140	Campinas (SP)	25	Não declarado	anna dias de oliveira, dona	oliveira	Brasil - 1	Água Choca, Freguesia	NÃO DECLARADA
16	não declar...	Campinas (SP)	25	solteiro	pilar martines	martines	Espanha - 3	.	NÃO DECLARADA
17	84970	NÃO DECLAR...	21	solteiro	virginia de almeida ramos, dona	ramos	Brasil - 1	Campinas (SP)	NÃO DECLARADA
18	77320	Campinas (SP)	32	solteiro	elisa ranter	ranter	Alemanha - 4	.	NÃO DECLARADA
19	84970	NÃO DECLAR...	Não d...	solteiro	euphrosina de almeida ramos, dona	ramos	Brasil - 1	Campinas (SP)	NÃO DECLARADA
20	não declar...	NÃO DECLAR...	25	Não declarado	marjeta rozatto	rozatto	Itália - 5	.	NÃO DECLARADA
21	99900	Campinas (SP)	26	solteiro	jane payne	payne	Brasil - 1	.	NÃO DECLARADA
22	6	Bairro de Camp...	20	solteiro	bertha guilhermina mathilda teske	teske	ILEGIVEL - 9	.	NÃO DECLARADA
23	99900	Bairro do Ribeirão	27	Não declarado	luisa magdalena quitzan, dona	quitzan	Não Declarada	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA
24	81000	NÃO DECLAR...	41	Não declarado	fernanda do espirito santo	santo	Brasil - 1	Sorocaba (SP)	NÃO DECLARADA

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015).Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

**FIGURA 6 – Planilha dos Registros Cíveis de Casamento de 1900 a 1920 nos Distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas (Terceira Parte)**

	Ocupação	Residência	Idade noiva	Estado civil noivo	Instrução	Legitimidade	Pai noivo	Mãe noivo	Mãe noiva
1	NÃO DECLARADA	Campinas (SP)	16	solte...	Noivo e ...	Ambo...	martim egydio de souza aranha (fal)		talvina do amaral souza aranha, dona
2	NÃO DECLARADA	Campinas (SP)	13	solte...	Noivos ...	Ambo...	domingos pariz		theresina brazil
3	NÃO DECLARADA	Campinas (SP)	18	solte...	Noivos ...	Ambo...	elias roque de souza		maria roque de souza
4	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA	15	solte...	Noivos ...	Ambo...	candido ferreira		manoella maria da conceição
5	NÃO DECLARADA	Campinas (SP)	18	solte...	Noivo e ...	Ambo...	antonio alves pereira de almeida		gertrudes eufrosina pinto de almeida, dona
6	NÃO DECLARADA	Santos (SP)	39	Não ...	Noivo e ...	Ambo...	joao da matta rebello		guilhermina theodora da silva rebello, dona
7	NÃO DECLARADA	Campinas (SP)	20	solte...	Noivo e ...	Ambo...	elias antonio da silva paula		ludovina maria da silva paula, dona
8	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA	18	solte...	Noivo e ...	Ambo...	francisco candido de almeida leite		isabel leite de almeida, dona
9	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA	24	Não ...	Noivo e ...	Ambo...	francisco pedrozo de souza barros		manuela euprosina de oliveira, dona
10	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA	24	Não ...	Noivo e ...	Apena...			
11	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA	14	solte...	Noivo e ...	Ambo...	joao antonio salgado		francisca de paula camargo
12	NÃO DECLARADA	Campinas (SP)	0	Não ...	Apenas...	Ambo...	joaquim antonio de oliveira		maximiana maria jacintha
13	NÃO DECLARADA	Campinas (SP)	17	solte...	Noivo e ...	Ambo...	daniel jacob		maria jacob, dona
14	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA	0	Não ...	Apenas...	Ambo...	theodoro ferraz leite de cavalho (fal)		anna rocha ferraz de cavalho, dona (fal)
15	NÃO DECLARADA	Campinas (SP)	22	Não ...	Noivo e ...	Ambo...	jose lima do prado (fal)		sebastiana maria de lima, dona
16	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA	0	Não ...	Apenas...	Ambo...	joyene bonas (esp)		antonia verani (esp)
17	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA	19	solte...	Noivo e ...	Ambo...	joaquim da costa ramos		custodia dos santos
18	NÃO DECLARADA	Campinas (SP)	22	viúva	Noivo e ...	Ambo...	eduardo schwulins		luiza falkenberg
19	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA	21	solte...	Noivo e ...	Ambo...	joao rodrigues torres		rosa de cavalho, dona (fal)
20	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA	19	Não ...	Noivo e ...	Ambo...	domenico dorato		prachede dorato
21	NÃO DECLARADA	Campinas (SP)	22	solte...	Noivo e ...	Ambo...	jose ferreira		rita de jesus
22	NÃO DECLARADA	Bairro de Campo Grande	22	solte...	Noivo e ...	Ambo...	hermann teske		emilia garde
23	NÃO DECLARADA	Bairro do Ribeirão	0	Não ...	Noivo e ...	Ambo...	joao frederico fahl		maria sofia becker
24	NÃO DECLARADA	NÃO DECLARADA	0	Não ...	Apenas...	Ambo...	manuel francisco de abreu		rita maria da conceição

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

**FIGURA 7 – Planilha dos Registros Cíveis de Casamento de 1900 a 1920 nos Distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas (Quarta Parte)**

	no	respvo	pai noivo	mãe noiva	datacas	hora	tipouni	númeroas	parem
1	.	NÃO DECL...	joaquim candido nogueira (fal)	joaquina amelia de oliveira nogueira, dona	NÃO DE...	25.01.1890 21,00	Não d...	5	Não d...
2	.	NÃO DECL...	silvio bambanat	bartana lot	NÃO DE...	28.01.1890 11,00	Não d...	1	Não d...
3	.	NÃO DECL...	pedro baldo	maria pelegrini	NÃO DE...	28.01.1890 17,00	Não d...	1	Não d...
4	.	NÃO DECL...	jose soares	anna soares	NÃO DE...	28.01.1890 11,00	Não d...	1	Não d...
5	.	NÃO DECL...	joaquim pinto de Moraes	ritta freire pinto de Moraes, dona	NÃO DE...	28.01.1890 20,00	Não d...	3	Não d...
6	.	NÃO DECL...	antonio ganipel	melanie pajibat(?)	NÃO DE...	29.01.1890 15,00	Não d...	5	Não d...
7	.	NÃO DECL...	manoel ignacio de camargo (fal)	floriana olymphia leite penteado, dona	NÃO DE...	02.02.1890 20,00	Não d...	3	Não d...
8	.	NÃO DECL...	manoel ignacio de camargo (fal)	floriana olymphia leite penteado, dona	NÃO DE...	02.02.1890 20,00	Não d...	3	Não d...
9	.	NÃO DECL...	antonio augusto guatimosim	gertrudes bernardina guatimosim	NÃO DE...	02.02.1890 20,00	Comum	4	Não d...
10	.	.	caetano tognetti	angela tognetti	NÃO DE...	02.02.1890 17,00	Não d...	3	Não d...
11	.	.	.	anna maria da silva	NÃO DE...	04.02.1890 17,00	Não d...	4	Não d...
12	.	NÃO DECL...	joao nunes de oliveira	gertrudes maria francisca	NÃO DE...	15.02.1890 9,00	Não d...	5	Não d...
13	.	NÃO DECL...	isaias leite de oliveira	francisca de araujo oliveira, dona	NÃO DE...	15.02.1890 20,00	Não d...	3	Não d...
14	.	.	antonio de tal (fal)	rosa bueno de Moraes, dona (fal)	NÃO DE...	18.02.1890 16,00	Não d...	4	Não d...
15	.	.	antonio galvao de lima (fal)	joanna dias de oliveira (fal)	NÃO DE...	18.02.1890 17,30	Não d...	3	Não d...
16	.	NÃO DECL...	romao martines (esp)	luiza perez (esp)	Amparo (...)	18.02.1890 17,00	Não d...	5	Não d...
17	.	NÃO DECL...	jose anacleto ramos	elisaria maria de almeida, dona	NÃO DE...	20.02.1890 17,00	Não d...	5	Não d...
18	.	NÃO DECL...	melchior hemmerick	christina (ale)	NÃO DE...	24.03.1890 14,00	Não d...	5	Não d...
19	.	NÃO DECL...	jose anacleto ramos	elisaria maria de almeida, dona	NÃO DE...	12.04.1890 17,00	Não d...	5	Não d...
20	.	NÃO DECL...	antonio rozatto	angela ferrari	NÃO DE...	13.04.1890 8,00	Não d...	5	Não d...
21	.	São Carlos (...)	jorge payne	emilia payne	NÃO DE...	15.04.1890 15,00	Não d...	5	Não d...
22	.	.	germano teske	emilia braschmann	NÃO DE...	16.04.1890 13,00	Não d...	5	Não d...
23	.	.	frederico guilherme quitzan	catharina sophia sumann	NÃO DE...	16.04.1890 13,00	Não d...	5	Não d...
24	.	NÃO DECL...	jose de mattos	benedicta maria do espirito santo	NÃO DE...	18.04.1890 0,00	Comum	5	Não d...

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

**FIGURA 8** – Planilha dos Registros Civis de Casamento de 1900 a 1920 nos Distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas (Quinta Parte)

	is	parentes	observaç
1	Não de...	casamento segundo o regime do Estado	
2	Não de...	o solicitador joaquim de pontes foi o declarante do casamento; casamento segundo o regime catolico	
3	Não de...	domingos dos santos correa assina a rogo dos contraentes mas sua assinatura nao consta; o casamento foi pelo regime do estado	
4	Não de...	joao domingos dos santos correa assina a rogo dos contraentes mas sua assinatura nao consta; as testemunhas sao do casamento religioso; casamento segundo o regime catolico	
5	Não de...	as testemunhas sao do casamento religioso; casamento segundo o regime do Estado	
6	Não de...	as testemunhas sao do casamento religioso; casamento segundo o regime da igreja	
7	Não de...	as testemunhas sao do casamento religioso; casamento segundo o regime do Estado	
8	Não de...	casamento segundo o regime catolico	
9	Não de...		
10	Não de...	a contraente faleceu no distrito de bela vista, sao paulo; casamento segundo o regime do Estado	
11	Não de...	casamento segundo o regime catolico	
12	Não de...	antonio jose piatra assina a rogo do contraente; casamento segundo o regime catolico	
13	Não de...	casamento segundo o regime do Estado	
14	Não de...	casamento segundo o regime da religiao do Estado	
15	Não de...	casamento segundo o regime do Estado	
16	Não de...	jose verissimo da silva assina a rogo da contraente; casamento segundo o regime do Estado	
17	Não de...	casamento segundo o regime do Estado	
18	Não de...	casamento segundo o regime da igreja	
19	Não de...	casamento segundo o regime do Estado	
20	Não de...	casamento segundo o regime catolico	
21	Não de...	casamento segundo o regime da igreja	
22	Não de...	casamento segundo o regime da igreja	
23	Não de...	casamento segundo o regime da igreja	
24	Não de...	maria fernandes de oliveira assina a rogo da contraente	

**Fonte:** Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

No que diz respeito aos casamentos, o banco de dados informatizado contém cerca de 70 variáveis relativas aos contraentes, aos pais dos mesmos, ao cônjuge anterior (em caso de recasamento após a viuvez), às testemunhas e ainda algumas observações. A maioria das variáveis aparece em todos os registros, enquanto algumas em períodos ou situações específicas (como as informações sobre o casamento religioso, que são restritas aos poucos registros datados do período anterior à separação entre o Estado e a Igreja). A data de nascimento dos noivos também aparece em poucos registros, mas a idade dos contraentes no momento do casamento é registrada constantemente. A nacionalidade dos pais do noivo e das testemunhas também constam muito pouco nesses registros.

No banco de dados, algumas variáveis foram transcritas por extenso (como nome e sobrenome dos contraentes, dos pais e das testemunhas) e outras (como nacionalidade, naturalidade, ocupação e estado civil) catalogadas de acordo com um manual de códigos também elaborado previamente (Figuras 4, 5, 6 e 7). O Quadro 1 a seguir e as figuras anteriores permitem ao leitor uma visão de algumas das diversas variáveis disponíveis nos registros sobre as pessoas envolvidas nos diferentes eventos e também a dimensão do trabalho hercúleo realizado no que diz respeito à coleta e organização das informações.

**QUADRO 1** -Informações sobre os indivíduos envolvidos nos Atos Cíveis de Casamento nos Distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas (1875-1921)

Dados sobre o ato de casamento	Dados sobre o noivo	Dados sobre a noiva	Dados sobre a primeira testemunha	Dados sobre a segunda testemunha	Pais do noivo	Pais da noiva
Livro	Nome e Sobrenome	Nome e Sobrenome	Nome	Nome	Nome e Sobrenome	Nome e Sobrenome
Página	Data de Nascimento	Data de Nascimento	Nacionalidade (junto ao nome)	Nacionalidade (junto ao nome)	Nacionalidade (em alguns casos)	Nacionalidade (em alguns casos)
Número do casamento	Idade	Idade	Idade	Idade	Idade	Idade
Data do Registro de Casamento	Nacionalidade	Nacionalidade	Ocupação	Ocupação	Data de Falecimento	Data de Falecimento
Local do Registro de Casamento	Naturalidade (quando brasileiro e em alguns casos, quando estrangeiro)	Naturalidade (quando brasileiro, e em alguns casos, quando estrangeiro)	Local de Residência	Local de Residência	Local de Residência	Local de Residência
Data do Casamento Religioso	Estado Civil	Estado Civil			Religião	Religião
Local do Casamento Religioso	Ocupação	Ocupação				
Hora	Local de Residência	Local de Residência				
Tipo de União	Religião	Religião				
Número de Assinaturas	Legitimidade	Legitimidade				
Documentos apresentados	Grau de Instrução Assinatura	Grau de Instrução				
	Sobre Primeira Cônjuge (nome e data de falecimento, quando o caso)	Sobre o Primeiro Cônjuge (nome e data de falecimento, quando o caso)				
	Data de Falecimento	Data de Falecimento				

**Fonte:** Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

**Nota:** A instrução aqui é dada pela assinatura dos noivos ou pela assinatura “a rogo”, quando os noivos não sabiam ler ou escrever.

As Figuras 9 e 10 trazem cada uma, um registro de casamento (e sua transcrição) arrolado em cada um dos distritos de Campinas contemplados por este trabalho. Como se pode verificar eles descrevem respectivamente: o casamento entre um marceneiro brasileiro e uma jovem italiana, ambos com 16 anos de idade e cujos pais da contraente, no momento do casamento, residiam na Itália – tendo sido o consentimento à união dado pelo pai do noivo (Figura 9); e o casamento entre dois brasileiros, com igual idade de 24 anos. Ele, nascido em Campinas, trabalhava como operário, enquanto a contraente era nascida em Pindamonhangaba (São Paulo), e filha de pais desconhecidos (Figura 10).

FIGURA 9 – Termo de Casamento de Pedro Antonio Bertoni e Dona Rosina de Raphael (18 de outubro de 1906)<sup>17</sup>

<p>N.º 134. Termo de casamento de Pedro Antonio Bertoni e D. Rosina de Raphael. Desde dez dias de Outubro de mil novecentos e seis neste primeiro distrito de Paz da Comarca de Campinas em a Sala do cartorio a sua Juizal Ozorio numero cento e vinte, as doze horas e meia da tarde, abri presente o meu respeitissimo Juiz de Casamentos, Sr. Sadao Alberto Augusto do Nascimento seu magis official do Registro Civil de seu cargo, officante nomeado, as tres testemunhas officantes nomeadas e abary assignadas, nelle deu-se em matrimonio pelo regimen com união perante o mesmo Juiz Pedro Antonio Bertoni e</p>	<p><i>Anotação.</i> Rosina de Rafael Bertoni, faleceu no dia 24 de Abril de 1946, tendo sido o obito registrado no 2º subdistrito desta cidade de Campinas, em 28 de maio de 1946. Oficial magis official</p>
--	---

<sup>17</sup> Merece destaque neste registro a anotação póstuma de 28 de maio de 1946, referente ao falecimento da Senhora Rosina De Rafael Bertoni, em 24 de abril de 1946. Óbito registrado no 2º subdistrito de Campinas.

D. Rosina de  
 Raphael, ambas  
 solteiras, residentes  
 neste districto, ella  
 brasileira natural de  
 Campinas com de  
 zereis annos de eda  
 de, marceiros, filho  
 legitimo de Paschoal  
 Bertoni e D. Ouzela  
 Bertoni, residentes nesta  
 mesma cidade, e ella  
 italiana, natural  
 da provincia de  
 Campos. Datto, com  
 dez e seis annos de  
 idade, filha legitima  
 de Raphael de Raphael  
 e de P. Girolamo d'  
 Agostino, actualmente  
 na Italia, sendo o  
 casamento elado  
 por Paschoal Bertoni  
 com promessas por

Ante. E para constar  
 faço este termo que  
 lido vai por todos  
 assinado e pelas  
 testemunhas: Donato Meo  
 com trinta e quatro  
 annos de idade, nego-  
 ciante, residente neste  
 municipio e Rocco  
 Pauliello com trinta  
 e sete annos de idade,  
 negociante, residente  
 em Campinas, em  
 Juvenio Jeupá de  
 Souza Pontes, offi-  
 cial, o escrevi.  
 Alberto Augusto do Nascimento  
 Pedro Antonio Bertoni  
 Rosina di Raphael  
 Donato Meo  
 Rocco Pauliello  
 Paschoal Bertoni  
 Official Juvenio Jeupá  
 de Souza Pontes, official

**Fonte:** Sociedade Genealógica de UTAH. Acervo do Centro de Memórias da Unicamp, Registro Civil de Casamento de Campinas (1906).

“Número 134. Termo de Casamento de Pedro Antonio Bertoni e Dona Rosina de Raphael. Aos dezoito dias de outubro de mil novecentos seis neste primeiro distrito de paz da Conceição de Campinas em sala do cartório à rua General Ozório número cento e vinte, às doze horas e meia da tarde, aí presentes o meritíssimo juiz de casamentos, o cidadão Alberto Augusto do Nascimento comigo o official do Registro Civil de seu cargo, adiante nomeadas as testemunhas, adiante nomeadas e abaixo assinadas, receberam-se em matrimonio pelo regime comum, perante o mesmo juiz, Pedro Antonio Bertoni e Dona Rosina de Raphael, ambos solteiros residentes neste distrito; ele brasileiro, natural de Campinas com dezesseis annos de idade, marceneiro, filho legítimo de Paschoal Bertoni e Dona Angela Bertoni, residentes nesta cidade; e ela italiana, natural da provincia de Campo-Basso, com dezesseis annos de idade, filha legítima de Raphael de Raphael e de D. Giovannine d’Agostino, atualmente na Itália, sendo o consentimento dado por Paschoal Bertoni com procuração bastante. E para constar faço este termo que lido vai por todos assinado, e pelas testemunhas: Donato Meoconi, trinta e quatro annos de idade, negociante, residente neste município e Rocco Pauliello, com trinta e sete annos de idade, negociante, residente em Campinas. Eu Juvenio Jeupá de Souza Pontes, official, o escrevi”.

**Fonte:** Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

FIGURA 10 – Ato de Casamento de Durval de Paula Camargo e Maria do Carmo  
(26 de julho de 1913).

124 Manuel Carlos de Toledo Leite  
 Nº 1 Ato de casamento de Durval  
 da Rocha deigo Durval de Paula  
 Camargo e Maria do Carmo.  
 Em vinte e seis dias do mês  
 de julho de mil novecentos e treze  
 nesta Cidade de Campinas, dis-  
 trito de Santa Cruz, as treze e  
 meia horas da tarde, em sala  
 do Rectorio de paz e para Sa-  
 cramento nupcial quinze, Jim  
 rante o Maritalino Luiz de Sa-  
 cramento Victor Ferrer de Alencar  
 Soares, Promotor e promotor intimo  
 de seu cargo adiante promea-  
 do, e ratificados as exigencias  
 legais ao acto realisaram-se  
 em matrimonio os contrahe-  
 ntos Durval de Paula Camargo  
 e D. Maria do Carmo, a qual  
 natural de Campinas, opora-  
 do e esta natural de Pinda-  
 monhangaba, ambos brasileiros,  
 solteiros com iguaes idades  
 de vinte e quatro annos, com  
 dos filhos legitimos: o primeiro  
 do de Jose Benedicto de Paula

de Torquata de Paula, e segunda  
 de pais desconhecidos, e residentes  
 no distrito da Conceição  
 desta Cidade - Foram Testemu-  
 nhas por parte do Noivo: Benedi-  
 cto de Vasconcellos, com vinte e um  
 annos de idade, casado, empregado  
 no commercio, e por parte da Noiva  
 Matheus Pinto, com trinta annos  
 de idade, negociante casado, em  
 bom credito nesta Cidade. Em  
 firmeza do que Eu Manoel Carlos  
 de Toledo Leite, escrivão e official da  
 comarca, lavrei este acto que vai por todos as-  
 signado, depois de lido e achado  
 conforme -

Servil'irshrubovoy  
 Durval de Paula Camargo  
 Maria do Carmo  
 Benedicto de Vasconcellos  
 Matheus Pinto  
 Zilda Romeiro Pinto  
 Georgina Romeiro Pinto  
 Manoel Carlos de Toledo Leite

**Fonte:** Sociedade Genealógica de UTAH. Acervo do Centro de Memórias da Unicamp, Registro Civil de Casamento de Campinas (1913).

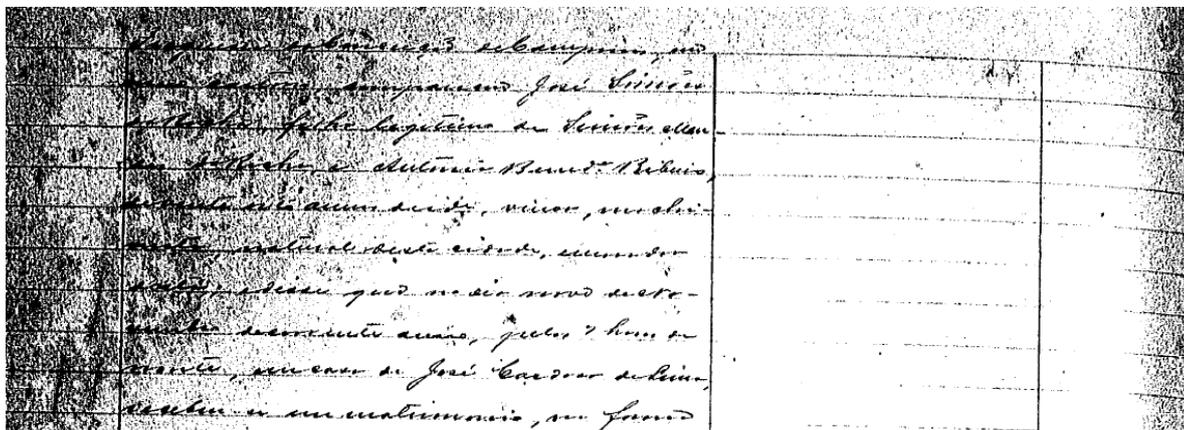
“Número 124. Ato do casamento de Durval de Paula Camargo e Maria do Carmo. Aos vinte e seis dias do mês de julho de mil novecentos e treze nesta cidade de Campinas, distrito de Santa Cruz, às três e meia horas da tarde, em sala do cartório de paz à rua Sacramento número quinze, perante o Meritíssimo Juiz de Casamentos Doutor Sirlênio de Abreu Soares, comigo escrivão interino de seu cargo adiante nomeado, e satisfeitas as exigências legais do ato receberam-se em matrimonio os contraentes Durval de Paula Camargo e D. Maria do Carmo, aquele natural de Campinas, operário, e esta natural de Pindamonhangaba, ambos brasileiros, solteiros, com iguais idades de vinte e quatro anos, sendo filhos legítimos: o primeiro de José Benedicto de Paula, e de Torquata de Paula e a segunda, de pais desconhecidos, e residentes no distrito de Conceição desta cidade. Foram testemunhas por parte do noivo: Benedicto de Vasconcellos, com vinte e um anos de idade, casado, empregado no comércio, e por parte da noiva: Matheus Pinto, com trinta anos de idade, negociante, casado, ambos residentes nesta cidade. Em firmeza do que Eu, Manoel Carlos de Toledo Leite, escrivão e official, lavrei este ato que vai por todos assinados depois de lido e achado conforme”.

**Fonte:** Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Mesmo sendo visíveis as potencialidades destes registros em termos de detalhamento e quantidade de informações obtidas, eles como fontes de pesquisa também possuem algumas limitações, principalmente quando se tratam de registros em

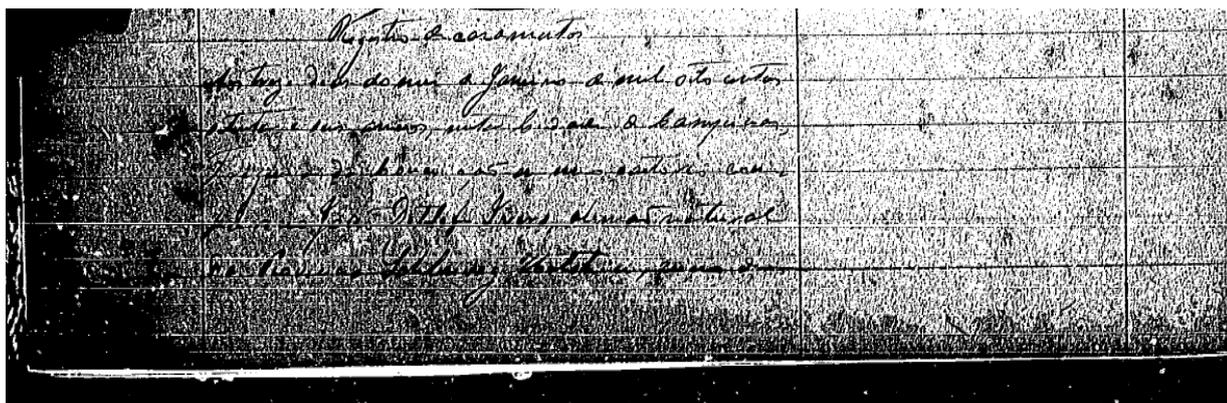
períodos mais recuados no tempo – o que necessariamente leva o pesquisador a ter de propor soluções metodológicas diversas para resolução de alguns problemas. Muitas vezes não há uniformidade nas informações registradas devido aos padrões diferenciados de cada um dos cartórios – neste caso, dos cartórios de Santa Cruz e Conceição de Campinas – ou até mesmo dos escrivães responsáveis pelos registros, podendo faltar em algumas situações dados importantes como: naturalidade, local de residência ou ocupação dos cônjuges. Na leitura dos registros é visível inclusive, maior ou menor empenho dos escrivães em alguns registros em detrimento a outros – principalmente, quando se tratam de casamentos de personalidades ou filhos de personalidades importantes da cidade. No processo de leitura do documento e digitação dos dados o pesquisador ainda enfrenta documentos com letra ilegível e/ou deteriorados pela ação do tempo e pela má conservação (Figuras 11 e 12).

**FIGURA 11** - Trecho de Registro Civil de Casamento com parte da leitura comprometida



Fonte: Sociedade Genealógica de UTAH. Acervo do Centro de Memórias da Unicamp, Registro Civil de Casamento de Campinas.

**FIGURA 12** - Trecho de Registro Civil de Casamento com parte da leitura comprometida



Fonte: Sociedade Genealógica de UTAH. Acervo do Centro de Memórias da Unicamp, Registro Civil de Casamento de Campinas.

Felizmente, foram pouquíssimos os registros civis de casamento dos distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas que não puderam ser recuperados integralmente, e a qualidade dos documentos propiciou a leitura e coleta de ampla maioria das informações. Por conta disso, também foi possível evitar muitos dos percalços que costumam fazer parte da primeira fase decisiva para o sucesso de um trabalho pautado sobre esse tipo de fonte seriada: que é justamente, encontrar os documentos da forma contínua como estão e com a qualidade que apresentam. Por último, porém não menos importante, é necessário ter em mente que em um longo período, desdobramentos territoriais criam novos distritos e municípios, o que pode interferir no acesso às informações. No caso de Campinas durante o período analisado, foram criados os distritos de Valinhos e do Arraial de Souza (1896), Vila Americana (1904) Cosmópolis (1906) e Rebouças (atual Sumaré, em 1909). Embora contasse com novos distritos, Campinas não sofreu desdobramento territorial que gerasse um novo município no período. Contudo, é importante ressaltar que neste trabalho as informações analisadas são aquelas relativas apenas aos cartórios dos distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas. Estes distritos concentravam a grande maioria da população do município no período estudado e, conseqüentemente, a maioria dos casamentos legais celebrados em Campinas no mesmo período. Na virada do século XIX para o século XX e nos primeiros anos desse último, esses cartórios juntos respondiam por 75% do total de casamentos realizados.

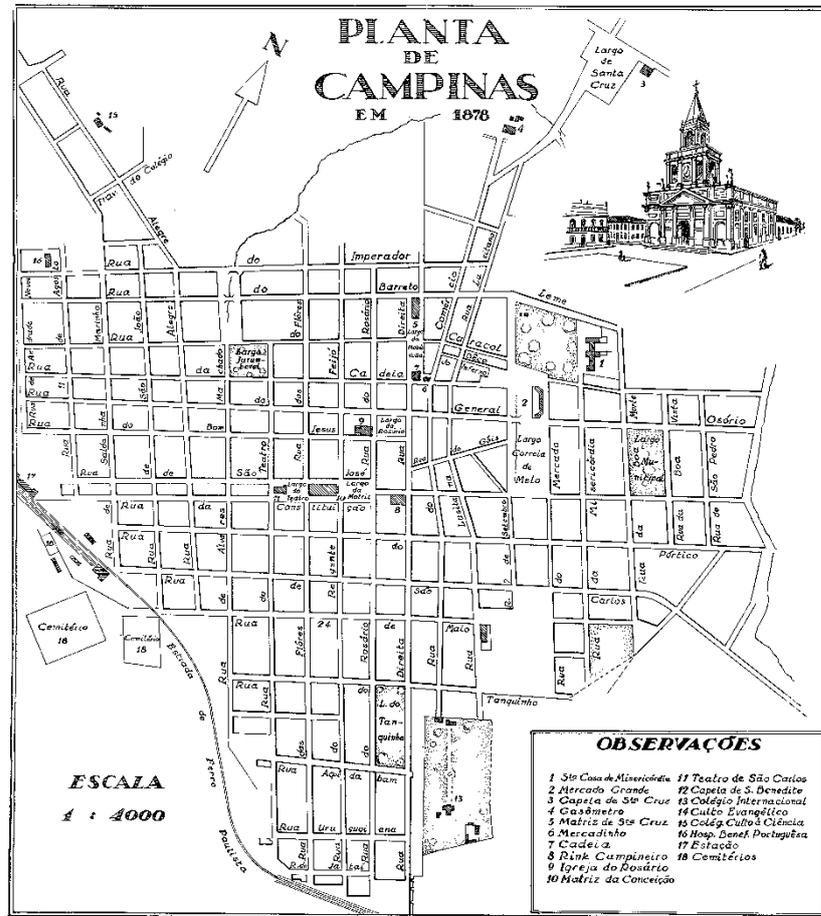
À medida que a população crescia e se espalhava por outras áreas do município, novos cartórios foram sendo criados e essa porcentagem diminuiu. Contudo, em 1920 os cartórios dos distritos de Santa Cruz e Conceição ainda celebravam mais da metade dos casamentos do município (60%). Portanto, esta amostra é representativa para os objetivos deste trabalho e da população campineira em idade ativa.

Antes de prosseguir na análise da fonte, julga-se importante caracterizar espacialmente, grosso modo, os Distritos de Santa Cruz e Conceição através de algumas plantas de Campinas elaboradas na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX.

De maneira geral, a historiografia sobre a configuração territorial de Campinas e a abrangência de seus distritos aponta que, de sua fundação até 1870, a cidade possuía apenas a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição – portanto, única circunscrição religiosa, civil e jurídica. Um mapa do final da década de 1870, elaborado pelo engenheiro Luiz Pucci e refeita pelo Dr. Júlio Mariano Junior dá uma ideia das

dimensões desta paróquia do seu perímetro urbano, de caráter bastante regular na época (Mapa 2):

MAPA 2 - Campinas em 1878



185 — Mapa de Campinas imperial de 1878. Breve trabalho elaborado pelo cartógrafo campineiro, Dr. João Mariano Junior, do Departamento Jurídico da Prefeitura Campineira, com base em original da época. É um trabalho expeditivo que muito tem valor: a obra de Orlando Basso Junior, "REFLEXÃO DA VELHA CAMPINAS", mostraria nos campeonatos de luz o que foi a Campinas de ontem.

Fonte: Planta de Campinas (1876).Acervo do Centro de Memórias da Unicamp.

A partir da década de 1870 foi criada, no contexto intra-municipal, a Freguesia e Paróquia de Nossa Senhora de Santa Cruz, que originou, a partir da Proclamação da República, o distrito de Santa Cruz. O mesmo ocorre com a paróquia Nossa Senhora da Conceição, configurando-se como o distrito de Conceição. O território do distrito de Santa Cruz correspondia aos Bairros de Santa Cruz, Taquaral, Guanabara, Castelo, Barão Geraldo, Amarais e Rebouças (atual Sumaré)<sup>18</sup>. Ao de Conceição coube a

<sup>18</sup> A historiografia sobre Campinas aponta, na realidade, como sendo circunscrição do Distrito de Conceição a partir de 1870 apenas os bairros do Bosque e Cambuí e de Santa Cruz a região do Castelo, Barão Geraldo, Amarais e Rebouças, não havendo menção explícita sobre o anexo dos demais territórios. No entanto, de posse de informações complementares, como descrições da expansão do perímetro urbano de Campinas, Siqueira (2009) promove uma interessante aproximação sobre os demais territórios indexados ao distrito de Santa Cruz, que com o passar do tempo passa a ser o distrito sede de Campinas. Faltam, contudo, informações contundentes ou relatos sobre a reorganização de áreas rurais que passam a

circunscrição referente aos bairros do Bosque e Cambuí (TOLEDO, 1995 *apud* SIQUEIRA, 2009). A região do Quilombo (que hoje corresponde aproximadamente aos territórios de Hortolândia, Sumaré e Nova Odessa), que até 1870 também pertencia à Conceição, a partir da criação da Paróquia de Santa Cruz passou a pertencer a esta, assim como a região da Vila Americana (atual Americana) e de Campos das Palmeiras (Atual Cosmópolis) (SIQUEIRA, 2009). De modo geral, portanto, os Distritos de Santa Cruz e Conceição dão conta, ambos, do perímetro urbano campineiro: ao distrito de Conceição correspondendo às áreas próximas ao centro (de sua formação) (GABRIEL, 1995), e ao distrito de Santa Cruz, ao centro urbano que se desenvolve principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Dois outros mapas elaborados posteriormente, em 1900 e 1929, destacam o avanço do perímetro urbano da cidade – não detalhando a disposição de sítios, chácaras e fazendas que sem dúvida, se posicionavam em seu entorno (Mapas 3 e 4). Esses mapas ajudam inclusive a visualizar o crescimento e adensamento da área urbana do município no período. O primeiro deles foi desenhado expressamente para o livro “Campinas em 1900”, organizado por Leopoldo Amaral e permite ao leitor observar em destaque as estradas de ferro das Companhias Mogiana e Paulista e o ramal férreo Campineiro – assim como suas intervenções para o delineamento da área urbana – além de algumas das principais ruas da cidade e da localização de alguns bairros (como Bairro do Guanabara, Taquaral, Cambuí e Arraial dos Souzas).

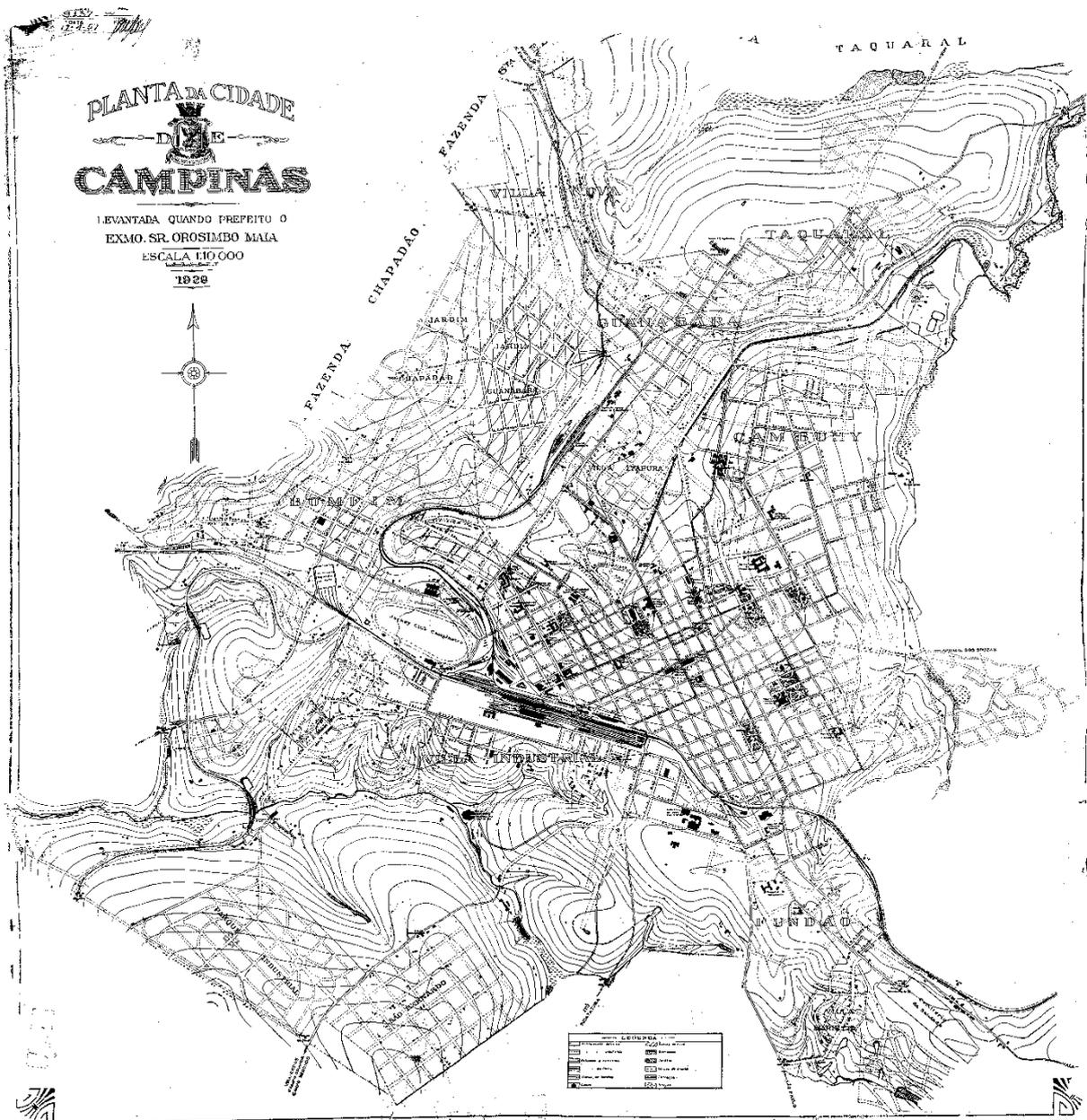
---

pertencer ao Distrito de Santa Cruz a partir de sua criação (SIQUEIRA, 2009, p. 149). Vale lembrar que, a partir de 1896 começam a surgir novos distritos na cidade, como Valinhos e Souzas.



suburbanos da cidade e demonstram um crescimento urbano importante. Todavia, não se pode ignorar que eles também abrangiam parcelas importantes da zona rural do município nesse período, o que infelizmente foi difícil espacializar.

MAPA 4 -Cidade de Campinas em 1929



Fonte: Planta de Campinas (1929).Acervo do Centro de Memórias da Unicamp.

### 2.3 Soluções metodológicas

Retornando aos registros de casamento no período que seguiu ao Decreto Federal 181 de 24.01.1890 - que tornou o casamento civil como o único legal perante a República – entre 1890 até 1920 os cartórios de Conceição e Santa Cruz de Campinas registraram 11.218 casamentos (Tabela 5 e Gráfico 3).

**TABELA 5 - Total de casamentos ocorridos em Campinas: 1890 a 1920 (Distritos de Santa Cruz e Conceição)**

Ano do Casamento	Local do Registro de Casamento				Total
	Conceição	% em relação ao Total	Santa Cruz	% em relação ao Total	
1890	33	14,5%	195	85,5%	228
1891	23	9,4%	221	90,6%	244
1892	180	52,8%	161	47,2%	341
1893	277	58,2%	199	41,8%	476
1894	210	54,0%	179	46,0%	389
1895	235	55,3%	190	44,7%	425
1896	262	57,5%	194	42,5%	456
1897	267	64,3%	148	35,7%	415
1898	227	61,4%	143	38,6%	370
1899	191	58,2%	137	41,8%	328
1900	147	50,7%	143	49,3%	290
1901	166	51,9%	154	48,1%	320
1902	193	56,6%	148	43,4%	341
1903	163	55,1%	133	44,9%	296
1904	151	50,2%	150	49,8%	301
1905	150	49,0%	156	51,0%	306
1906	189	56,8%	144	43,2%	333
1907	187	56,2%	146	43,8%	333
1908	182	51,3%	173	48,7%	355
1909	169	52,6%	152	47,4%	321
1910	198	53,8%	170	46,2%	368
1911	204	53,0%	181	47,0%	385
1912	214	49,0%	223	51,0%	437
1913	247	51,4%	234	48,6%	481
1914	177	50,9%	171	49,1%	348
1915	197	52,0%	182	48,0%	379
1916	183	53,5%	159	46,5%	342
1917	228	57,7%	167	42,3%	395
1918	209	54,0%	178	46,0%	387
1919	226	57,2%	169	42,8%	395
1920	250	57,7%	183	42,3%	433
<b>Total</b>	<b>5.935</b>	<b>52,9%</b>	<b>5.283</b>	<b>47,1%</b>	<b>11.218</b>

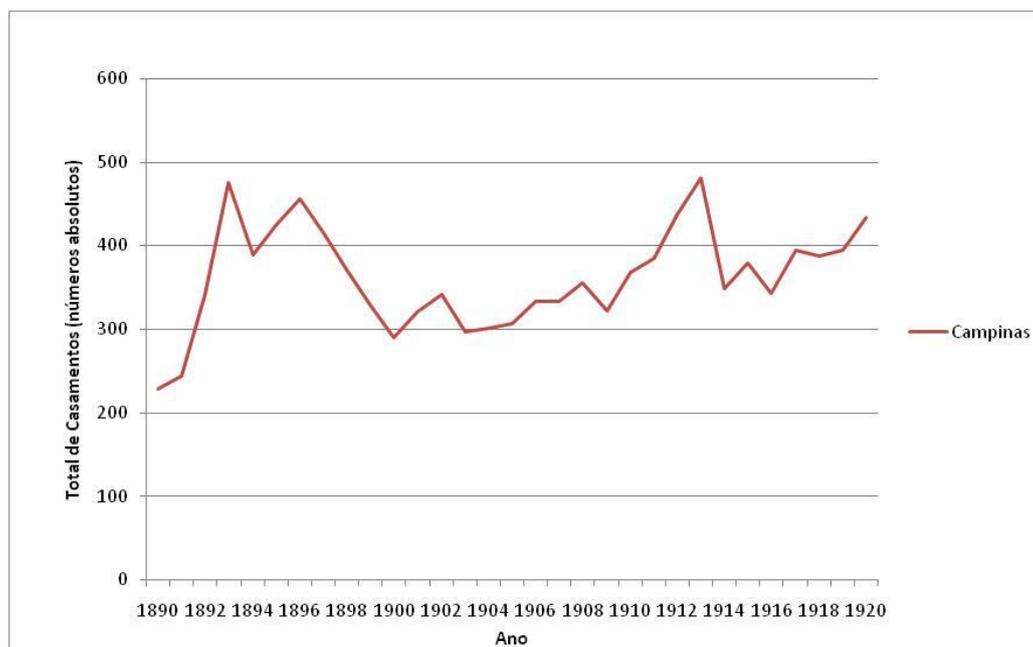
Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de dados Eventos vitais: Campinas 1875 -1921.

De pronto chama a atenção os poucos casamentos registrados no Distrito de Conceição entre os anos de 1890 e 1891. É possível, dentre outras hipóteses, que alguns livros de registros deste período tenham se perdido e não tenham sido microfilmados ou ainda tenham sido registrados em algum outro livro em meio aos registros de

nascimento ou de óbito. Também se pode aventar que a Igreja nessa região, que abrigava o principal templo católico da cidade, continuasse centrando as uniões conjugais nesse período próximo à separação entre Igreja e Estado. Estas são algumas hipóteses explicativas, uma vez que até o momento não foi possível identificar o motivo de poucos registros civis de casamento nesses dois anos, e da discrepância quando comparamos a quantidade de registros disponíveis nos mesmos anos para o distrito de Santa Cruz.

Contudo, para a análise aqui empreendida, a opção foi trabalhar conjuntamente as informações relativas aos casamentos realizados em ambos os cartórios, no período escolhido. Durante a década de 1890, foram registrados nesses dois distritos cerca de 3 mil casamentos. O número dos casamentos no período (Gráfico 3) demonstra que, mesmo os surtos epidêmicos de febre amarela que ocorreram na década não inviabilizaram os casamentos formais na cidade. Aqui é preciso lembrar ainda que: nesses anos em que se seguiu à abolição da escravidão, muitos ex-escravos e outras pessoas formalizaram suas uniões conjugais. E também foram os anos de maior entrada de imigrantes no estado de São Paulo. Entre estes, sobretudo, havia uma parcela importante de solteiros aptos a se casarem na nova terra.

A partir dos anos finais de 1890, o volume de casamentos realizados nos Cartórios de Santa Cruz e Conceição diminuiu em relação aos anos anteriores, provavelmente consequência da criação de novos cartórios, da crise econômica vigente, da epidemia de febre amarela que fez muitas vítimas em 1896/97 ou ainda porque decresceu o número de pessoas interessadas em legalizar uma antiga união consensual, como havia ocorrido no ano anterior (Gráfico 3). Nos anos iniciais do século XX o número de casamentos subiu lentamente, com algumas oscilações, até por volta de 1910, quando passou a aumentar de forma mais acelerada. Nesses anos, entrou um contingente maior de imigrantes no estado de São Paulo e conseqüentemente em Campinas, onde o processo de urbanização continuava avançando e a fragmentação das grandes fazendas propiciava o aumento de pequenas propriedades, ampliando o mercado de trabalho e a inserção de imigrantes estabelecidos há mais tempo no país, dos recém-chegados e também de nacionais. Durante a I Guerra Mundial o mercado de casamento encolheu um pouco, mas voltou a crescer em seguida, acompanhando o desenvolvimento do município. Nesse momento, imigrantes que chegaram ao Brasil ainda criança e os filhos de imigrantes nascidos no Brasil em décadas anteriores estavam adentrando no mercado de casamento local cada vez mais.

**GRÁFICO 3** -Distribuição anual dos casamentos registrados em Campinas entre 1890 e 1920

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Destes pouco mais de 11 mil registros foram selecionadas as variáveis que poderiam ajudar na compreensão e caracterização da relação entre imigração e ocupação na cidade de Campinas dentro do período mencionado. Assim, a princípio foram privilegiadas informações como: o ano do registro de casamento, local do registro (se em Conceição ou Santa Cruz), nacionalidade, naturalidade, ocupação, idade, estado civil, local de residência e grau de alfabetização dos contraentes. O processo de tratamento de cada uma destas variáveis, que será descrito a seguir, foi feito considerando complementar sempre que possível informações inconsistentes ou *missings* destas informações – retornando aos microfilmes dos registros para corrigir o banco, ou procurando solucionar o problema a partir de informações complementares sobre os indivíduos (analisando conjuntamente outros campos do registro ou outras variáveis, ou ainda, aquelas informações que não poderiam ser quantificadas, mas apenas qualificadas – para as quais foi reservado o campo “observações”). Do mesmo modo, procurou-se agrupar as informações disponíveis em um mesmo nível de detalhamento, para tornar possível a análise comparativa, e ainda, dentro do universo de 11.218 registros, selecionar aqueles que correspondiam aos casamentos em primeiras núpcias tanto dos noivos como das noivas, a fim de evitar duplicidade na contagem das informações.

Selecionados os registros civis de casamento ocorridos entre os anos de 1890 e 1920 nos distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas e as respectivas variáveis

que ajudariam a responder a série das questões propostas e que motivaram esta pesquisa, foi necessário desenvolver um minucioso trabalho de análise da fonte e das variáveis que a compõem. Este trabalho possibilitou evitar algumas inconsistências inerentes à própria fonte e que poderiam por sua vez, influenciar nos resultados, distorcendo as respostas dadas às perguntas inicialmente propostas. Essa análise constatou que:

1. Embora também houvesse para as testemunhas na grande maioria das vezes as informações sobre nacionalidade, naturalidade, ocupação, idade e local de residência, a seleção destas informações exigiria atenção e disponibilidade de tempo redobrado. O fato de muitas vezes um mesmo indivíduo servir como testemunha de um ato de casamento por dois ou até três registros seguidos - em se tratando de personalidades campineiras ou com alto poder aquisitivo, até mais vezes - exigiria um trabalho de seleção *nominal*, buscando através do nome e sobrenome, as testemunhas que se repetiam nos registros civis ao longo de trinta anos – a fim de evitar a duplicidade das informações sobre estes indivíduos.
2. Ao apreciar inicialmente, os 11.218 registros de casamento consideraram-se todos aqueles que se casaram em Campinas independentemente do estado civil declarado no momento do casamento. Em estudos relativos à nupcialidade e fecundidade – quando as fontes de dados são, geralmente, registros civis de casamento – é muito comum que para evitar a duplicidade de indivíduos na contagem adotem-se como amostra apenas àqueles que se casam em primeiras núpcias e cujo estado civil declarado no ato do casamento é o de solteiro. Esse critério evita que indivíduos que se casem novamente – por motivos de divórcio e viuvez do primeiro casamento – e suas características sejam contados em duplicidade. Embora este trabalho não se trate de um estudo sobre nupcialidade, também se considerou necessário atentar este fato ao selecionar informações não duplicadas.

Dos 11.218 casamentos ocorridos entre 1890 e 1920, identificou-se que 91% dos noivos estavam se casando em primeiras núpcias e dentre as noivas, 92,7%(Tabelas 6 e 7), o que torna a amostra bastante representativa.

**TABELA 6** - Estado Civil declarado pelos noivos no momento do Registro Civil de Casamento em Campinas (1890-1920)

ESTADO CIVIL	Noivos	Percentual em relação ao total
Não declarado	86	0,8%
Solteiro	10.204	91,0%
Viúvo	928	8,3%
<b>Total</b>	<b>11.218</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de dados Eventos vitais: Campinas 1875 -1921.

**TABELA 7** - Estado Civil declarado pelas noivas no momento do Registro Civil de Casamento em Campinas (1890-1920)

Estado Civil	Noivas	Percentual em relação ao total
Não declarado	110	0,9%
Solteira	10.393	92,7%
Viúva	715	6,4%
<b>Total</b>	<b>11.218</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de dados Eventos vitais: Campinas 1875 -1921.

- Em todo o processo de digitação, montagem e sistematização do banco observou-se que havia um tratamento diferenciado nos registros entre homens e mulheres. As informações sobre os noivos eram mais completas que para as mulheres. Por exemplo, para as noivas faltavam muitas vezes, informações relativas à nacionalidade, naturalidade e ocupação.
- Como se pode observar pelos registros civis anteriormente transcritos, o que esta documentação oferece é, na realidade, a **data** em que o ato civil casamento foi efetivamente registrado no Cartório Civil. Como o que interessava efetivamente a este trabalho era o ano em que o casamento foi realizado – para facilitar a sistematização e análise dos resultados – extraiu-se das datas detalhadas apenas o ano do registro civil de casamento, possuindo esta informação ano a ano e em períodos decenais.
- A variável “local do registro” ou “local do casamento” conta com uma informação bastante simplificada: ou o casamento foi registrado no Cartório de Santa Cruz, ou no Cartório de Conceição. Foram poucos os casos em que os casamentos foram realizados fora dos cartórios – em fazendas ou em casas particulares – para o período de 1890 a 1920, constando além do local de registro, o local de realização do casamento. Para os registros em que havia também as informações relativas aos casamentos religiosos, as informações

sobre os locais de realização do casamento eram mais frequentes, e embora não sejam utilizadas neste trabalho, foram conservadas.

6. Com relação à **nacionalidade**, optou-se por sempre trabalhar os estrangeiros discriminando a nacionalidade a partir de seu país de origem vis a vis os brasileiros. E como os registros apresentam também a informação nesta forma, não foi uma tarefa complexa. Em alguns poucos registros também apareceram além da nacionalidade dos estrangeiros, o local ou província onde estes eram nascidos. Para os brasileiros, apareceram os Estados e municípios de origem. Nestes casos, foi adotado um campo por extenso para o preenchimento destas informações. Em alguns casos, a nacionalidade também correspondia não ao país de origem, mas a um grupo de países ou etnia a que pertenciam os contraentes, como por exemplo, no caso em que a nacionalidade vinha descrita como *africana* – provável referência aos ex-escravos que, após libertos, contraíram núpcias em Campinas, ou *européia* – o que apareceu salvo em um ou dois casos, pois a grande maioria dos imigrantes europeus foi especificada de acordo com o país de origem. Ao todo, consideramos um sistema de classificação de pelo menos 93 nacionalidades, sendo as primeiras as mais recorrentes ou como aponta a historiografia, as principais origens dos imigrantes recebidos no Brasil ao longo do período considerado. Aqueles cuja nacionalidade não foi declarada no momento do casamento ou que a informação estava ilegível no registro civil foram agrupados no conjunto “não declarada”. Para a apresentação dos resultados, optou-se por discriminar as nacionalidades mais numerosas dos noivos e noivas solteiros que se casaram em Campinas entre 1890 e 1920 agrupando os outros em “demais nacionalidades” e destinando o campo “não declarada” para aqueles cujas nacionalidades não foram declaradas ou registradas pelos escrivães ou estavam ilegíveis no registro civil de casamento.
7. A variável **naturalidade** foi elemento tratado com bastante atenção principalmente, para os indivíduos brasileiros. Como levantado anteriormente, foram poucos os casos em que a naturalidade de estrangeiros foi descrita com precisão, o que dificultou um pouco o sistema de classificação neste nível de detalhamento. No entanto, para os brasileiros nascidos em Campinas e para aqueles que migraram para a cidade e lá contraíram núpcias havia um grande leque de informações, o que permitiu também classificá-los segundo seu local de nascimento.

Foi possível, na maioria dos casos, identificar a cidade de origem dos indivíduos e nos casos em que não foi possível, os mesmos foram agrupados segundo as Unidades da Federação. Para facilitar a leitura e análise destas

informações, os resultados foram apresentados considerando as UFs de origem, e no caso dos contraentes nascidos no Estado de São Paulo, abre-se o leque de análise considerando as principais cidades paulistas de origem destes indivíduos.

Também foram considerados os casos de brasileiros que não tiveram a naturalidade declarada no momento do casamento, os quais foram agrupados na categoria de naturalidade “não declarada”. Para a exposição dos resultados, portanto, apresentam-se os locais de nascimento segundo Região e UF de origem com exceção daqueles nascidos em Campinas (SP) e São Paulo – Capital (SP) que aparecem em grupos próprios, assim como aqueles cuja naturalidade não foi declarada. Num segundo momento, apresenta-se também a naturalidade específica daqueles nascidos no Estado de São Paulo e que contraíram as primeiras núpcias no município de Campinas.

8. Com relação à **idade** declarada pelos noivos e noivas no momento do casamento, o trato e as correções foram bem simples. As idades geralmente eram declaradas, salvo às exceções em que não foram declaradas ou em que eram declarados os nubentes como sendo “maiores de 21 anos”. Deste modo, optou-se por agrupar as idades de acordo com os grupos etários quinquenais de 10 a 14 anos (quando aparecem os primeiros dados) a 65 anos ou mais, com a intersecção do grupo formado por aqueles maiores de 21 anos. Também se destinou um grupo específico para aqueles cuja idade não foi declarada, que somaram 49 indivíduos entre os homens e 853 entre as mulheres.
9. Quanto ao **local de residência** dos contraentes, foi preciso maior cuidado e detalhamento na padronização e apresentação dos resultados. A maioria dos indivíduos que pertencem à amostra residiam de fato na cidade de Campinas. Em muitos casos, as informações sobre o local de residência foram colhidas em um nível bastante rico de detalhamento – informando o bairro, ou fazenda/sítio/chácara, ou ainda, a rua ou o número da casa em que residiam os noivos e noivas no momento de seu casamento. As informações muito detalhadas, porém, estão restritas a uma pequena parcela do banco – os locais de residência em que consta o endereço completo (nome da rua, número da casa e bairro), por exemplo, aparecem apenas em alguns registros de casamento dos anos de 1920 e 1921.

A fim de manter o maior grau de detalhamento possível – tornando as informações comparáveis ao longo de todo o período – optou-se pela apresentação dos resultados desta variável em duas etapas: num primeiro momento, indicando como locais de residência a Cidade de Campinas, São Paulo Capital e demais localidades; num segundo momento, detalhando os locais de residência daqueles residentes em Campinas.

10. O registro de casamento não traz informação específica sobre **instrução**. Contudo, muitos registros contêm as assinaturas dos contraentes e testemunhas participantes do casamento, e a partir destas assinaturas foi possível presumir se os contraentes eram alfabetizados ou não. Quando não alfabetizados, era norma que algum ator participante do casamento assinasse “a rogo” destes. Deste modo, as possibilidades de classificação eram: tanto o noivo quanto a noiva assinaram o registro civil de casamento, o que torna possível inferir que ambos eram alfabetizados; apenas o noivo assinou o registro, e algum participante assinou a rogo da contraente, o que permite deduzir que apenas o noivo era alfabetizado; nenhum dos contraentes assina pelo registro de casamento, precisando de assinaturas a rogo pelos dois, o que significa que muito provavelmente, ambos não eram alfabetizados; apenas a noiva assina o registro, o que permite inferir que apenas a nubente era alfabetizada; por fim, não constam declarações ou nenhum tipo de informação que permita as inferências anteriores (por algum motivo, as assinaturas e demais informações referentes a elas foram suprimidas). Na análise desta variável, especificamente, optou-se por analisar apenas os registros de casamento em que ambos (o contraente e a contraente) eram solteiros. Portanto, ao analisar as informações a respeito do grau de instrução, trabalhou-se com 9.770 registros. Também é importante ressaltar que não foram analisados os critérios de grafia ou qualidade das assinaturas.

#### **2.4 Ocupação – Classificação segundo o modelo da HISCO (*Historical International Standard Classification of Occupation*)**

A variável sobre ocupação recebeu atenção e um item especial nesse trabalho, tanto do ponto de vista daquilo que representa para a pesquisa – centrada na análise sobre a relação entre imigração e ocupação na cidade de Campinas entre 1890 e 1920 –

quanto do ponto de vista do papel dessa variável (disponível em diversos tipos de fontes históricas) em estudos demográficos sobre mercado de trabalho, produção e sobre estratificação e mobilidade social, no presente e no passado.

Como observado por Dubert e Muñoz Abeledo (2014, p. 52) trabalhar com essas variáveis não é tarefa fácil devido à diversidade de denominações e ofícios, às várias nomenclaturas para uma mesma ocupação, à dificuldade em procurar sinônimos contemporâneos para atividades econômicas desenvolvidas no passado, às diferenças entre profissões e ocupações – conceitos que não tem o mesmo sentido, nem as mesmas implicações em nível laboral ou social - e, no caso específico desta pesquisa, a necessidade de organizar essas informações de modo que mostrem as características da população (imigrante e nacional) que se deseja analisar. Tais fatores impõem às pesquisas, e impuseram a este trabalho, a necessidade de classificação e organização destas ocupações de acordo com uma metodologia pré-definida.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, em um primeiro momento, utilizou-se o Censo Nacional de 1920 para classificar as ocupações dos noivos solteiros que se casaram e residiam em Campinas (nos distritos de Santa Cruz e Conceição) durante o ano de 1920 e parte de 1921. Estas informações também foram georreferenciadas e alguns resultados deste trabalho foram levados para o V Simpósio Nacional de História da População ABEP/UEG, em 2013<sup>19</sup>. De modo geral, a utilização do Censo Nacional de 1920 para classificação das ocupações encontradas nestes registros civis de casamento foi bastante satisfatória: esta classificação, baseada no Quadro Geral das Profissões publicado pelo Censo de 1920 (Quadro 2) trazia pelo menos 46 grupos de ocupações de acordo com a natureza das atividades econômicas exercidas pelos indivíduos, por sua vez, classificados em classes, subdivisões e divisões.

---

<sup>19</sup> Os resultados deste trabalho deram origem a um artigo intitulado: Georreferenciamento aplicado à Cartografia Histórica: Distribuição Espacial dos Trabalhadores Urbanos na Região Central de Campinas nos anos de 1920 e 1921. Este trabalho foi apresentado no V Simpósio Nacional de História da População, ABEP/UEG, realizado em Caldas Novas/GO – Brasil, de 02 a 05 de dezembro de 2013.

**QUADRO 2 –** Quadro geral das profissões do Censo Demográfico de 1920

Divisão	Subdivisão	Classe	Grupo
Produção de Matéria Prima	Exploração do Solo e Subsolo	Exploração do Solo	1. Agricultura, etc.
		Extração de Minerais	2. Criação 3. Caça e Pesca 4. Pedreiras 5. Minas, Salinas, etc. 6. Têxteis
Transformação e emprego da matéria prima	Indústrias	Natureza da Matéria Prima	7. Couros, peles, etc. 8. Madeiras 9. Metalurgia 10. Cerâmica
		Aplicação da Matéria Prima	11. Produtos químicos e análogos 12. Alimentação 13. Vestuário e toilette 14. Mobiliário 15. Edificação 16. Aparelhos de transporte 17. Produção e transmissão de forças físicas 18. Relacionado às ciências, letras e artes e de luxo
		Outras Indústrias	19. Outras indústrias
		Marítimos e fluviais	20. Marítimos e fluviais
		Terrestres e aéreos	21. Terrestres e aéreos
		Correios, telégrafos e telefones	22. Correios, telégrafos e telefones
		Titulos, moedas, corretagens, comissões	23. Titulos, moedas, corretagens, comissões
		Matéria prima, objetos e alimentação	24. Matéria prima, objetos e alimentação
		Outros comércios	25. Outros comércios
		Administração e profissionais liberais	Força Pública
Armada	28. Oficiais 29. Praças		
Polícia	30. Oficiais 31. Praças		
Administração	Bombeiros		32. Oficiais 33. Praças
	Pública		34. Federal 35. Estadual 36. Municipal
	Particular		37. Particular
Profissionais Liberais	Religiosas		38. Religiosas
	Judiciárias		39. Judiciárias
	Médicas		40. Médicas
	Magistério		41. Magistério
Diversas	Pessoas que vivem de suas rendas	Ciências, letras e artes	42. Ciências, letras e artes
		Pessoas que vivem de suas rendas	43. Pessoas que vivem de suas rendas
		Serviço doméstico	44. Serviço doméstico
		Profissões mal definidas, ignoradas e outras	45. Mal definidas, ignoradas e outras
		Sem profissão	46. Sem profissão

**Fonte:** Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística – *Recenseamento do Brasil* – realizado em 1 de setembro de 1920. Volume IV, 3ª parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.

Evidentemente, algumas considerações foram feitas para viabilizar melhores resultados, tentando privilegiar, sobretudo, a natureza das atividades desempenhadas pelos indivíduos. Por conta disso, optou-se por reunir todas as profissões encontradas na amostra – de 323 indivíduos – até a categoria de subdivisão proposta pelo Censo. Assim, as profissões relacionadas à exploração do solo (como agricultores, lavradores), e à extração de minerais foram agrupadas como atividades de “Exploração do Solo e do Subsolo”. Do mesmo modo, os trabalhadores relacionados à “Indústria” foram todos aqueles envolvidos com atividades de transformação e aplicação das matérias primas (seja nos setores têxteis, de couro e pele, madeira, metalurgia e cerâmica, ou ainda, alimentação, vestuário, mobiliário, edificação, aparelhos de transporte, produção e transmissão de forças físicas e relativos às ciências, letras, artes e de luxo). Nessa categoria foram alocados trabalhadores como carpinteiros, marceneiros, folheiros

(profissional metalúrgico), marmoristas, metalúrgicos e pedreiros. Aqueles que apareciam, por sua vez, como operários, não puderam ser realocados na categoria “Indústria” tendo em vista o fato de que não foi especificada, nos registros civis, a natureza das atividades desempenhadas por eles. O Censo de 1920 orientou que as profissões como operário, empregado, trabalhador e comércio fossem agrupadas como “Profissões Mal definidas, ignoradas e outras”.

Nas subdivisões de “Transporte” e “Comércio”, foram agrupados respectivamente, os trabalhadores relacionados aos transportes marítimos e fluviais, terrestres e aéreos, trabalhadores das empresas de correio, telégrafo e telefones e àqueles relacionados ao comércio de títulos, moedas, corretagem e comissão, comércio de material, objetos e alimentação, e outras profissões comerciais. Em “Força Pública”, foram alocados todos os oficiais e praças do exército, polícia, força armada e bombeiros. Em “Administração”, àqueles relacionados às atividades no setor público e particular; e em “Profissionais Liberais”, os profissionais das áreas religiosas, judiciárias, médicas, magistério, e ciências, letras e artes (como médicos, dentistas, farmacêuticos, escreventes, advogados, professores – particulares e públicos – e artistas).

Por fim, havia os profissionais que “Vivem de suas rendas”, de “Serviços Domésticos” e as já mencionadas “Profissões mal definidas, ignoradas e outras”. Este exercício produziu, para os registros considerados naquele espaço de tempo, alguns resultados importantes: dentre os homens, foi vista a predominância no desenvolvimento de atividades relacionadas à Indústria, Comércio e Transportes. Também foi significativamente numerosa, dentro da amostra, a categoria das “Profissões mal definidas, ignoradas, e outras” – e que correspondiam basicamente às profissões cuja declaração genérica nos registros civis de casamento impediu o agrupamento em outra categoria mais específica. Por conhecer os dados que estavam sendo trabalhados, sabia-se que essa categoria estava composta principalmente por homens cujas profissões declaradas no ato de casamento eram as de operários ou empregados. Por fim, seguiram-se dentre os mais numerosos, os profissionais relacionados à administração e os profissionais liberais.

Com relação às mulheres, a grande maioria das que se casaram no distrito de Conceição entre os anos de 1920 e 1921 e que puderam ter seu local de residência identificado não declararam a profissão que desempenhavam na cidade. A maioria daquelas que declarou a profissão, por sua vez, estava ligada à categoria dos Serviços

Domésticos. Embora elas pudessem ser agrupadas nesta categoria, os registros civis de casamento não permitiram inferir se estas atuavam como empregadas domésticas de terceiros, ou se dedicavam tão somente, ao serviço do lar. Em terceiro lugar, por fim, aparecem as profissionais liberais – que pudemos constatar se tratavam de professoras (públicas e particulares) e apenas um caso de bacharela. As duas mulheres ligadas à indústria, em contrapartida, estavam vinculadas às profissões do setor têxtil – declaradas nos registros civis de casamento como costureiras. Os dados deste exercício foram disponibilizados de acordo com a Tabela 8:

**TABELA 8** -Trabalhadores residentes na Região Central de Campinas entre 1920 e 1921

<b>Categorias em nível de subdivisões do Censo Demográfico de 1920</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Exploração do Solo e Subsolo	4	0
Indústrias	42	2
Transportes	19	0
Comércio	40	0
Força Pública	2	0
Administração	17	0
Profissionais Liberais	10	13
Pessoas que vivem de suas rendas	0	0
Serviços Domésticos	0	17
Profissões mal definidas, ignoradas e outras	23	0
Profissões não declaradas <sup>20</sup>	0	134
<b>Total</b>	<b>157</b>	<b>166</b>

**Fonte:**Bassanezi (Coord.) (2015).Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

A aplicação do Quadro Geral das Profissões do Censo de 1920 colaborou para produção de resultados bastante satisfatórios e junto às demais informações georreferenciadas que competiram àquele trabalho, mostrou-se um sistema de classificação de ocupações bastante abrangente – possibilitando que a natureza econômica das atividades fosse mantida mesmo após a categorização destas. Contudo, quando o que se pretende observar engloba as relações entre fluxos migratórios, desenvolvimento urbano e mudanças no mercado de trabalho reconhecendo a transformação demográfica, econômica e social por qual passa a população campineira entre o final do século XIX e os primeiros vinte anos do século XX, alguns fatores sobre a classificação das profissões baseadas nos censos brasileiros chamam a atenção.

<sup>20</sup> A categoria “*Profissões não declaradas*” foi adicionada segundo nosso critério tendo em vista o alto grau de profissões não declaradas para as mulheres da amostra. Vale lembrar que essa categoria difere da categoria “*sem profissão*”, e por isso, decidiu-se por apresentá-la desta forma.

No que diz respeito ao final do século XIX, os censos de 1890 e 1900, respectivamente, não trazem informações relativas às ocupações desempenhadas pelos indivíduos recenseados. E muito embora os recenseamentos atuais, principalmente a partir de 1980, tenham dado mais atenção ao quesito ocupação tanto na coleta quanto na divulgação das informações, a classificação de ocupações: “manteve-se pouco comparável tanto entre os censos quanto com outros censos nacionais” (BOTELHO, 2010, p. 94).

Por conta disso, pensou-se que seria mais interessante e pertinente optar por uma categorização que melhor abrangesse os trinta e um anos da análise em que não pesassem informações temporais específicas – como pode ter sido na organização apresentada pela classificação do Censo de 1920 – e já que não há parâmetros de comparação nos censos anteriores. A dificuldade esteve, sobretudo, em encontrar justamente uma classificação que desse conta: da diversidade de denominações e ofícios, do tratamento das ocupações genéricas e das ocupações declaradas que confundem a atividade de produção e comercialização.

Ponderando estes elementos e descobrindo posteriormente que existem incansáveis esforços de demógrafos e historiadores na elaboração de um sistema de classificação internacional e histórico de ocupações, a partir de diversas fontes documentais essenciais à demografia histórica, optou-se por adotar a HISCO (*Historical International Standard Classification of Occupation*) para classificar as ocupações declaradas pelos contraentes no momento de seu casamento entre o final do século XIX e o começo do século XX no município de Campinas.

Como foi dito, contou-se com o fato de que nas fontes históricas, estas informações podem não ser tão precisas quanto se deseja e ainda, que podem ser muitas as variações no que diz respeito à terminologia e descrição das ocupações e das tarefas profissionais exercidas dentro de uma população específica. Soma-se a isto, no caso de observação da relação entre ocupação e imigração em uma cidade como Campinas, a presença de trabalhadores nacionais e estrangeiros, desempenhando tarefas ora similares, ora distintas. Desse modo, a HISCO surgiu como uma interessante tentativa de superação destes problemas de padronização, muito embora se tenha descoberto ao longo do processo de classificação as diversas potencialidades e encontrado algumas limitações deste sistema de categorização.

A HISCO foi desenvolvida por pesquisadores holandeses e ingleses associados ao *International Institute of Social History* (Amsterdã, Holanda) com base na ISCO 68

(*International Standard Classification of Occupation*), sistema de classificação desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1968. Para a elaboração da HISCO os pesquisadores partiram de numa extensa base de dados – de 1690 a 1970 (predominantemente, com dados do século XIX) – obtidos de registros paroquiais e civis de pelo menos, oito países europeus.

Houve extensa preocupação com as problemáticas relativas às ocupações com nomenclatura genéricas ou específicas, perda de declaração, múltiplas ocupações e não-ocupações. O objetivo inicial dos pesquisadores era, portanto, criar um sistema de classificação que permitisse realizar comparações em termos internacionais e históricos, e durante todo processo de montagem e sistematização, considerou-se que não se perdessem as principais informações relativas à natureza das ocupações. Assim, identificaram e descreveram através da HISCO 1.975 categorias ocupacionais distintas, divididas em 298 grupos unitários, 76 grupos secundários e 10 grupos principais (LEEUVEN; MAAS, 2014, p. 26).

O sistema classificatório da HISCO está disponível on-line na base alimentada dinamicamente (<http://historyofwork.iisg.nl/>). No endereço do projeto é possível consultar os manuais detalhados com relação aos princípios metodológicos para classificação das ocupações e também, os códigos para cada profissão - inclusive em português. Cada ocupação é identificada por seis algarismos, sendo os três últimos àqueles associados à inserção da ocupação nos grupos unitários, os dois primeiros associados à inserção nos grupos secundários e o primeiro identificando o grupo principal, em que determinada ocupação pode ser classificada, que se aproxima dos setores econômicos (LEEUVEN; MAAS, 2014, p. 26), como mostra o quadro a seguir:

**QUADRO 3** - Grupos Principais da HISCO

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>
0/1	Profissionais técnicos especializados e outros trabalhadores industriais.
2	Administradores e profissionais de gerência
3	Trabalhadores de serviços administrativos
4	Vendedores
5	Trabalhadores dos serviços
6	Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca
7/8/9	Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros

Fonte: Leeuwen; Maas e Botelho (2010).

Por conta do aperfeiçoamento constante, muitos trabalhos interessados no desenvolvimento econômico e urbano de diversas populações entre os séculos XIX e XX e que contam com fontes históricas seriadas em que a ocupação é variável presente têm recorrido à HISCO para a elaboração de uma forma de classificação. Isso porque ela pode ser ao mesmo tempo, internacional e histórica, e permitir a comparação entre diversas populações, abordando as mudanças nos mercados de trabalho para explicar, por exemplo, o desencadeamento de processos migratórios que alimentam o crescimento urbano (PALLOLTRIGUEROS, 2014, p. 20). Em 2014, a Revista de Demografia Histórica, editada pela Associação Ibérica de Demografia Histórica (ADEH), apresentou um conjunto de artigos sob a forma de dossiê a respeito do mercado de trabalho e ocupações na península Ibérica, tratando, em sua maioria, da segunda metade do século XIX aos primeiros trinta anos do século XX e focando na aplicação da HISCO e suas potencialidades e limitações na obtenção de resultados.

No Brasil, a HISCO enquanto forma de codificação das ocupações encontradas no passado econômico brasileiro foi aplicada inicialmente nas informações disponíveis na documentação pré-censitária<sup>21</sup>: composta pelas listas de habitantes de Minas Gerais e São Paulo de 1831 e 1836, respectivamente (BOTELHO et al., 2006). Embora não tenha sido elaborada inicialmente a partir de padrões brasileiros ou sul americanos, a classificação aos casos brasileiros pareceu aos pesquisadores ser bastante satisfatória, na

<sup>21</sup> Podemos citar, principalmente, os trabalhos de Tarcísio R. Botelho; Marco H.D. van Leeuwen; InekeMaas e Andrew Miles. LEEUWEN, Marco H.D. van; MAAS, Ineke e BOTELHO, Tarcísio R. **Os estudos de estratificação social e de mobilidade social: uma introdução.**In: BOTELHO, Tarcísio R., LEEUWEN, Marco H.D. van (Org.). Desigualdade social na América do Sul: perspectivas históricas. Belo Horizonte, MG: Veredas e Cenários, 2010. BOTELHO, Tarcísio R.; LEEUWEN, Marco H.D. van; MAAS, Ineke; MILES, Andrew. HISCO (Historical International Standard Classification of Occupation): construindo uma codificação de ocupações para o passado Brasileiro. **Revista da ABET**,v. VI, n. 2, jul/dez.2006.

medida em que estão pressupostos princípios metodológicos aplicáveis quando se conhece o contexto econômico, social e histórico de onde são extraídas as informações ocupacionais. De modo geral, os desafios apresentados tendem a ser os mesmos desafios postos pelos estudos internacionais:

Como agregar o enorme universo de ocupações encontradas na documentação de caráter censitário e pré-censitário em um esquema lógico, útil e comparável. Alguns problemas comuns detectados pelos pesquisadores foram: como adaptar os sistemas de classificação disponíveis contemporaneamente a uma realidade muito diferente, marcada por ocupações de caráter pré- ou proto-industriais; como solucionar os problemas com as duplas, triplas ou mais ocupações; como preservar informações sobre o status social ou sobre as relações sociais que muitas vezes acompanham e explicam as ocupações. Nesse sentido, a HISCO parece garantir a menor perda de acurácia nas informações ao mesmo tempo em que permite ganhos em termos de comparabilidade no tempo e entre países (BOTELHO et al., 2006, p.6).

Os esforços para desenvolvimento e aplicação da HISCO deram origem, por fim, à HISCLASS, e a HISCAM: a primeira, uma proposta de classificação social a fim de ajudar a compreender melhor as estruturas de classes e classificação social das populações do passado, e a segunda, uma escala de status social para compreender a estratificação ocupacional, por exemplo, em relações inter-geracionais, em arranjos de matrimônios e entre pais e filhos.

Por conta de todos os elementos considerados, optou-se por adotar a HISCO na classificação das ocupações declaradas pelos contraentes no momento de seu casamento em primeiras núpcias, nos distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas entre 1890 e 1920. A grande maioria das ocupações encontradas nos registros civis já estava catalogada, inclusive em português, e possuía códigos detalhados próprios. Exemplificamos algumas delas: dentista (código 06310), enfermeira (o) (código 07110), engenheiro (02000), farmacêutico(06710), médico (06105), administrador/administrador agrícola (21230), industrial (23000), empresário (21240), empregado da estrada de ferro (36000), escrevente (32190), escrivão (32120), guarda livros (33110), negociante (41020), comerciante (41030), agente comercial (43200), barbeiro(57030), cozinheira(o) (53100), criado (54010), agricultor (61110), lavrador (61110), trabalhador agrícola/da lavoura (62105), açougueiro (77310), chapeleiro (79310), fundidor (72100), metalúrgico (72000), carpinteiro (81000), maquinista (84970), marceneiro (81120), mecânico (84910), operário (99930), ajudante (99998).

Para aquelas não encontradas na HISCO exatamente como foram declaradas, utilizou-se dos princípios metodológicos de aplicação do próprio sistema de classificação, procurando observar: a natureza da atividade profissional, procedendo segundo a estrutura lógica dos grupos principais da HISCO e agrupando as ocupações de acordo com o pertencimento a estes grupos; se a ocupação descrevia tanto uma atividade de produção quanto de comercialização, privilegiou-se classificá-la de acordo com a atividade de produção; por fim, se a informação existente não se relacionava diretamente com uma atividade ocupacional (como é o caso de “estudante”, “proprietário”, “capitalista (kapitalist)”, “bacharel”, “vive de suas rendas”), agrupou-se estas informações sob o signo -1, descrevendo-os como: “Considerados como não ocupação”.

Por fim, para a apresentação dos resultados, optou-se por apreciar os Grupos Principais da HISCO (Quadro 3). Considerou-se que seria interessante providenciar, pelo menos temporariamente, a abertura do último grande grupo, que abriga os “Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros”. Além dos Grupos Principais, adotou-se a criação de um grupo em que estivessem informações a respeito dos estudantes, proprietários, capitalistas e bacharéis e por fim, um grupo que abrigou as informações a respeito daqueles cujas profissões não foram declaradas ou registradas pelos escrivães no momento do ato civil de casamento, como mostra o Quadro 4.

**QUADRO 4 - Classificação em grandes grupos das ocupações dos noivos solteiros que se casaram em Campinas entre 1890 e 1920, baseada na HISCO**

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>
0/1	Profissionais técnicos especializados e outros trabalhadores industriais.
2	Administradores e profissionais de gerência
3	Trabalhadores de serviços administrativos
4	Vendedores
5	Trabalhadores dos serviços
6	Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca
7	Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros (ênfase na produção e trato de minérios, metal, papel, químicos, tecidos, alimentação e bebida, tabaco, alfaiates, costureiros e trabalhadores relacionados).
8	Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros (ênfase nas atividades dos sapateiros, marceneiros, trato com pedra e escultores, ferreiros e fabricante de ferramentas, instaladores elétricos, encanadores, soldadores, joalheiros e trabalhadores com metal precioso, trato com vidro e similares).
9	Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros (trabalhadores no trato com borracha e plásticos, impressores e trabalhadores similares, pintores, pedreiros, carpinteiros e outros trabalhadores da construção, trabalhadores relacionados à operação de motores estacionários, alguns trabalhadores de transporte e demais trabalhadores não classificados nas demais categorias).
	Considerados como não ocupação
	Ocupações não declaradas

**Fonte:** Elaboração da autora baseada em Leeuwen;Maas e Botelho (2010).

Finalmente, outras duas preocupações metodológicas tidas no trato com as variáveis disseram respeito: em como subdividir o período de 1890 a 1920, dados os acontecimentos demográficos, econômicos e sociais que marcam a cidade de Campinas neste período e também olhar em conjunto e separadamente quando possível, as informações disponíveis para os distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas - dadas às dimensões destes distritos e as informações disponíveis para cada um deles. Em linhas gerais, considerou-se viável tratar as informações ao longo de todo período, e englobando os dois distritos.

Porém, com o objetivo de verificar as mudanças ocorridas no decorrer do tempo, optou-se em determinado momento por agregar as informações em períodos de 10 a 10 anos, sendo que o último período (de 1910 a 1920) seria composto por um ano a mais. De tal forma, é possível verificar o impacto da imigração estrangeira na cidade entre 1890 e 1899 (dado que a imigração estrangeira para Campinas assume importância a partir de meados da década de 1880, recebendo a maior parte dos imigrantes entre 1887 e 1900), o impacto da epidemia de febre amarela também durante a década de 1890, e a retomada da imigração no século XX, com bastante força entre 1910 e o início da I Guerra Mundial e em menor intensidade no pós-guerra.

No capítulo seguinte, apresentam-se os resultados conseguidos pela metodologia de trabalho adotada para a compressão das relações entre imigração e ocupação em

Campinas entre os anos de 1890 e os primeiros vinte anos do século XX, no qual o leitor pode melhor visualizar as potencialidades e limitações da fonte privilegiada e da classificação das ocupações segundo o modelo adotado para a pesquisa.

### **CAPÍTULO 3**

#### **IMIGRANTES E SUAS OCUPAÇÕES NA TERRA HOSPEDEIRA**

Tendo como pano de fundo o contexto histórico do município de Campinas na última década do século XIX e nas primeiras décadas do século XX - apresentado no primeiro capítulo deste trabalho- e conhecidas: a fonte privilegiada e a metodologia de trabalho adotada - exaustivamente mostradas anteriormente - o presente capítulo tem como objetivo verificar a inserção dos imigrantes vis a vis a brasileiros, e sua importância, no mercado de trabalho de Campinas entre 1890 e 1920, de modo a responder, se não na sua totalidade, uma parcela importante das questões propostas inicialmente.

Este capítulo começa por traçar o perfil de um segmento específico da população, considerada em idade economicamente ativa: noivos e noivas que se casaram em primeiras núpcias no município de Campinas naquele período. O perfil (ou perfis) é (são) traçado(s) contemplando as variáveis: nacionalidade, naturalidade, local de residência, idade e grau de alfabetização dos contraentes cujas núpcias foram registradas pelos cartórios dos Distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas.

Em seguida, são analisadas as ocupações exercidas por esses homens e mulheres e suas nacionalidades, buscando verificar a existência de configurações específicas em relação à ocupação segundo a origem dos contraentes. Procura-se observar a distribuição dos trabalhadores (estrangeiros e brasileiros) e suas ocupações de acordo com o sistema de classificação HISCO e também, as mudanças nas ocupações exercidas pelos imigrantes no decorrer do tempo, analisando as informações por décadas ao longo dos 30 anos.

#### **3.1 O perfil dos noivos: um segmento em idade economicamente ativa**

Os 20.597 indivíduos (homens e mulheres) que se casaram em primeiras núpcias em Campinas entre 1890 e 1920 - independentemente se estavam contraindo matrimônio com um cônjuge solteiro ou viúvo<sup>22</sup> - constituem uma amostra importante

---

<sup>22</sup> Cabe lembrar que durante 1890 e 1920, ocorreram nos distritos de Conceição e de Santa Cruz 11.218 casamentos, dos quais: 9.770 ambos os cônjuges eram solteiros, 615 o noivo era viúvo e a noiva solteira, 419 o noivo era solteiro e a noiva viúva e 288 ambos os cônjuges eram viúvos. Além disso, havia 70 casamentos em que ambos não tiveram estado civil declarado e 56 casamentos em que um dos contraentes (ou noivo ou a noiva) não tiveram o estado civil declarado.

da população economicamente ativa em Campinas, e por isso foram escolhidos como objeto de análise da relação entre imigração e ocupação.

Pouco mais da metade destes contraentes era brasileira (57,7%), mas uma parcela importante entre os homens e mulheres era composta por estrangeiros (41,8%) de diversas nacionalidades: italianos, portugueses, espanhóis, alemães e austríacos, além de outras nacionalidades diversificadas (englobando sírios, suíços, franceses, suecos, poloneses, dinamarqueses, russos, chineses, argentinos, africanos, norte americanos, ingleses, árabes, húngaros, uruguaios, turcos, belgas, chilenos, escoceses, dentre outros).

Embora houvesse mais mulheres do que homens se casando em primeiras núpcias em Campinas, a maioria dos contraentes estrangeiros eram homens, ao que se soma o fato de que, quando não privilegiada a imigração familiar, os homens são os que mais imigram sozinhos (de acordo com a tendência do movimento migratório internacional da época). Entre os homens (10.204 contraentes) os estrangeiros representavam 47,8%, e entre as mulheres 35,9%, o que por si só demonstra a importância do segmento estrangeiro no contexto econômico e social e no mercado de trabalho em Campinas. Vale ressaltar que entre os brasileiros também estão presentes muitos filhos de estrangeiros, que de acordo com a norma do *jus solis*, foram considerados brasileiros por terem nascido nestas terras. Bassanezi (1990), por exemplo, em sua pesquisa sobre nupcialidade no município cafeeiro de Rio Claro, aferiu que entre 1890 e 1930, 14,2% dos noivos e 15,8% das noivas eram filhos de ambos os pais estrangeiros e que 8,1% dos noivos e 7,9% das noivas tinham pelo menos um pai ou uma mãe estrangeira. É possível então que em Campinas no período analisado essa porcentagem fosse ainda maior, pois a proporção de estrangeiros na população total era maior que a rio-clarense, como atesta o recenseamento do Brasil de 1920.

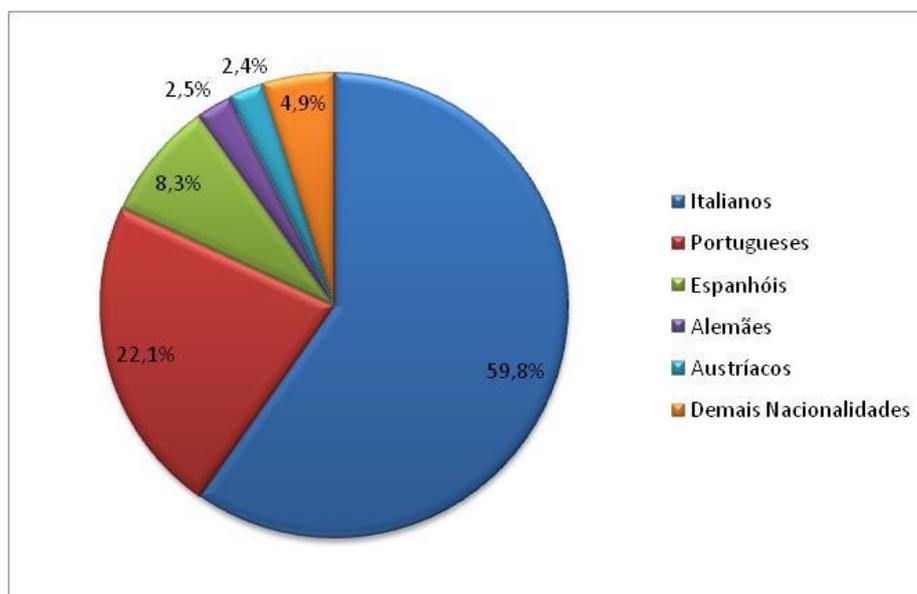
Vale ressaltar ainda que poucos foram os contraentes (tanto homens quanto mulheres) cuja nacionalidade no momento de seu casamento não foi declarada, o que torna a amostra de fato, bastante representativa desta população (Tabela 9):

**TABELA 9** -Nacionalidade dos cônjuges (1890-1920)

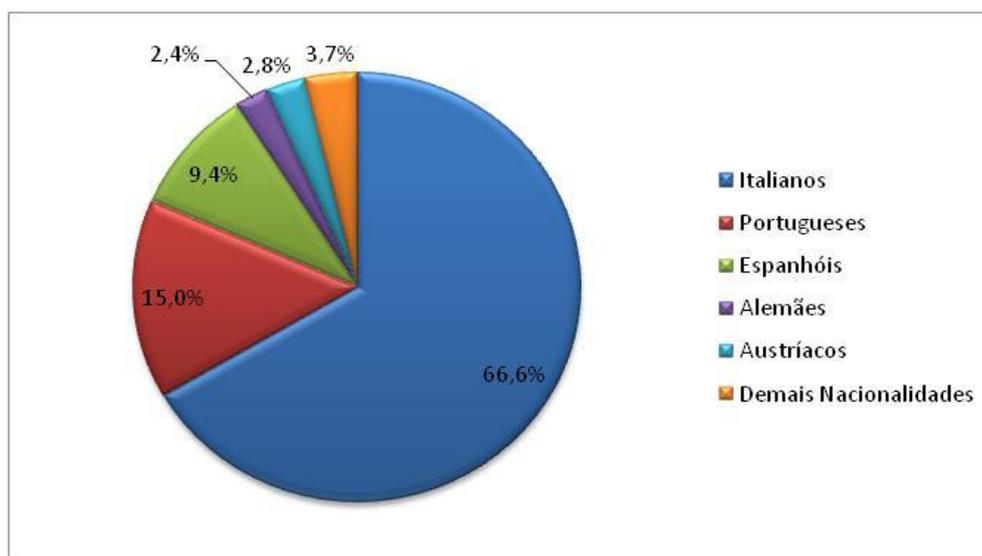
Nacionalidade dos Cônjuges						
Nacionalidade	Homens	%	Mulheres	%	Total	% em relação ao total
Brasileira	5.284	51,8%	6.610	63,6%	11.894	57,7%
Estrangeira	4.878	47,8%	3.730	35,9%	8.608	41,8%
Não declarada	42	0,4%	53	0,5%	95	0,5%
<b>Total</b>	<b>10.204</b>	<b>100%</b>	<b>10.393</b>	<b>100%</b>	<b>20.597</b>	<b>100%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Entre os contraentes estrangeiros mais da metade (59,8% dos homens e 66,6% das mulheres) era composta por italianos (reflexo do maior contingente populacional imigrado para o Estado de São Paulo, inclusive para Campinas no contexto de imigração de massa). Seguidos a estes estavam, entre os homens: portugueses (22,1%), espanhóis (8,3%), alemães (2,5%) e austríacos (2,4%), e entre as mulheres, as mesmas nacionalidades estrangeiras, apenas com a proporção de austríacas (2,8%) um pouco superior à proporção de alemãs (2,4%) (Gráficos 4 e 5).

**GRÁFICO 4** - Principais nacionalidades dos noivos estrangeiros (1890-1920)

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

**GRÁFICO 5** - Principais nacionalidades das noivas estrangeiras (1890-1920)

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Entre os noivos e noivas brasileiros, por sua vez, a grande maioria era natural da cidade de Campinas ou ainda do Estado de São Paulo. Apesar disso, era possível encontrar na cidade neste período, indivíduos nascidos em quase todos os estados da federação. Depois dos paulistas, eram significativos os vindos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e aqueles cuja naturalidade não foi declarada no momento de seu casamento – 13,7% entre os noivos e 35,9% entre as noivas. Essa porcentagem relativamente alta para as mulheres seria um indicativo de que não era tão importante saber seu local de nascimento, por que eram mulheres? (Tabela 10).

Entre os nascidos no Estado de São Paulo, 66% dos homens eram nascidos em Campinas, 3% na capital e 31% em outros municípios; e entre as mulheres, estas porcentagens não eram muito distintas: 66,2%, 3,2% e 30,5% respectivamente. Dentre aqueles naturais de outros municípios do Estado, a maioria era oriunda de localidades relativamente próximas a Campinas: das cidades de Indaiatuba, Monte Mor, Itatiba, Jundiaí, Santa Bárbara do Oeste, Pedreira, Limeira, Itu, Amparo e Mogi-Mirim, localizadas num raio de 20 a 70 km de Campinas; e das cidades de Piracicaba, Rio Claro, São Carlos localizadas num raio de 71 a 131 km de Campinas. Além destes, os restantes dos contraentes eram oriundos de 103 municípios paulistas mais distantes (Tabela 11).

Tais informações permitem inferir de modo geral que Campinas também atraía uma migração interna em função da expansão do mercado de trabalho local. Não é um fluxo característico pelo deslocamento de amplas massas, porém, é interessante observá-

lo na medida em que existe e pode ser visualizado a partir das informações existentes nestes registros. Diga-se de passagem, também é um fluxo muito pouco explorado pela historiografia relativa ao período analisado.

**TABELA 10 - Origem dos cônjuges brasileiros por região, principais cidades e Unidades da Federação (1890-1920)**

Região	Principais Cidades e UFs	Homens	% Subtotal	Mulheres	% Subtotal	Total	% Subtotal
<b>Sudeste</b>	Cidade de Campinas	2.748	63,4%	2.562	63,5%	5.310	63,4%
	São Paulo, Capital	125	2,9%	125	3,1%	250	3,0%
	Estado de São Paulo	1.292	29,8%	1.181	29,3%	2.473	29,5%
	Minas Gerais	68	1,6%	73	1,8%	141	1,7%
	Rio de Janeiro	102	2,4%	92	2,3%	194	2,3%
	Espírito Santo	2	0,0%	1	0,0%	3	0,0%
	<b>Subtotal</b>		<b>4.337</b>	<b>82,1%</b>	<b>4.034</b>	<b>61,0%</b>	<b>8.371</b>
<b>Nordeste</b>	Bahia	60	40,0%	65	45,1%	125	42,5%
	Ceará	21	14,0%	17	11,8%	38	12,9%
	Pernambuco	25	16,7%	21	14,6%	46	15,6%
	Sergipe	6	4,0%	2	1,4%	8	2,7%
	Alagoas	5	3,3%	5	3,5%	10	3,4%
	Maranhão	19	12,7%	19	13,2%	38	12,9%
	Paraíba	5	3,3%	8	5,6%	13	4,4%
	Rio Grande do Norte	7	4,7%	5	3,5%	12	4,1%
	Piauí	2	1,3%	2	1,4%	4	1,4%
<b>Subtotal</b>		<b>150</b>	<b>2,8%</b>	<b>144</b>	<b>2,2%</b>	<b>294</b>	<b>2,5%</b>
<b>Sul</b>	Rio Grande do Sul	23	35,9%	19	34,5%	42	35,3%
	Santa Catarina	29	45,3%	23	41,8%	52	43,7%
	Paraná	12	18,8%	13	23,6%	25	21,0%
	<b>Subtotal</b>		<b>64</b>	<b>1,2%</b>	<b>55</b>	<b>0,8%</b>	<b>119</b>
<b>Centro Oeste</b>	Goiás	3	75,0%	2	66,7%	5	71,4%
	Mato Grosso do Sul	1	25,0%	1	33,3%	2	28,6%
	<b>Subtotal</b>		<b>4</b>	<b>0,1%</b>	<b>3</b>	<b>0,0%</b>	<b>7</b>
<b>Norte</b>	Pará	4	100,0%	0	0,0%	4	100,0%
	<b>Subtotal</b>		<b>4</b>	<b>0,1%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>4</b>
<b>Não declarada ou não sabida</b>		<b>725</b>	<b>13,7%</b>	<b>2.374</b>	<b>35,9%</b>	<b>3.099</b>	26,1%
<b>Total</b>		<b>5.284</b>	<b>100,%</b>	<b>6.610</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.894</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

**TABELA 11-** Origem dos cônjuges paulistas (exceto nascidos em Campinas e na capital do Estado) 1890-1920

Municípios	Homens	%	Mulheres	%	Total	% em relação ao total
Amparo (SP)	120	9,3%	107	9,1%	227	9,2%
Jundiaí (SP)	77	6,0%	76	6,4%	153	6,2%
Itatiba (SP)	72	5,6%	65	5,5%	137	5,5%
Mogi-Mirim (SP)	69	5,3%	66	5,6%	135	5,5%
Limeira (SP)	61	4,7%	56	4,7%	117	4,7%
Pedreira (SP)	44	3,4%	40	3,4%	84	3,4%
Santa Bárbara d'Oeste (SP)	42	3,3%	41	3,5%	83	3,4%
Itu (SP)	40	3,1%	39	3,3%	79	3,2%
Rio Claro (SP)	40	3,1%	36	3,0%	76	3,1%
Monte Mor (SP)	38	2,9%	34	2,9%	72	2,9%
Santos (SP)	34	2,6%	32	2,7%	66	2,7%
São Carlos (SP)	33	2,6%	29	2,5%	62	2,5%
Piracicaba (SP)	27	2,1%	24	2,0%	51	2,1%
Indaiatuba (SP)	26	2,0%	25	2,1%	51	2,1%
Demais Municípios	569	44,0%	511	43,3%	1.080	43,7%
<b>Total</b>	<b>1.292</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.181</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.473</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Com relação ao local em que residiam os contraentes no momento do casamento, pode-se observar que a imensa maioria dos que se casaram nos distritos de Santa Cruz e Conceição residiam efetivamente, no município de Campinas – mais de 90% de ambos os cônjuges (excluídos aqueles cujo local de residência não foi declarado). Daqueles não residentes na cidade, a maioria residia na capital do Estado, na cidade portuária de Santos e em cidades do interior, algumas bem próximas e outras mais distantes de Campinas (Indaiatuba, Monte Mor, Itatiba, Jundiaí, Limeira, Itu, Amparo, Atibaia, Mogi-Mirim, Cordeirópolis, Serra Negra, Rio Claro, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista, Casa Branca, São Carlos, Jaú, Ribeirão Preto, Jaboticabal e Barretos) (Tabela 12).

Dos 19.461 residentes na cidade, a grande maioria foi registrada como “residente no distrito” de Santa Cruz ou Conceição. Conforme visto em capítulo anterior, estes distritos abrangiam os espaços e bairros mais urbanos, mas também uma parcela das zonas rurais. Contudo, faltam informações detalhadas para essa espacialização - apenas 2% dos contraentes foram registrados como residindo em fazendas, sítios ou chácaras, porém, sabendo da importância das áreas agrícolas e das pequenas e médias propriedades rurais na cidade neste período, acredita-se que uma porcentagem maior de contraentes efetivamente residia nessas propriedades, abrangidas pelos distritos de Santa Cruz e Conceição (Tabela 13). Cerca de 3% do total dos contraentes por sua vez, residia entre outros distritos de Campinas, ou ainda, dentro da comarca.

**TABELA 12-** Local de residência dos cônjuges (1890-1920)

Local de Residência	Homens	%	Mulheres	%	Total	% em relação ao total
Cidade de Campinas	9.630	94,4%	9.831	94,6%	19.461	94,5%
São Paulo, Capital	126	1,2%	23	0,2%	149	0,7%
Demais localidades	311	3,0%	83	0,8%	394	1,9%
Não declarado	137	1,3%	456	4,4%	593	2,9%
<b>Total</b>	<b>10.204</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.393</b>	<b>100,0%</b>	<b>20.597</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

**TABELA 13 -**Local de residência dos cônjuges no município de Campinas (1890-1920)

Local de Residência	Homens	%	Mulheres	%	Total	% em relação ao total
Distrito de Santa Cruz	4.464	46,4%	4.765	48,5%	9.229	47,4%
Distrito de Conceição	4.513	46,9%	4.571	46,5%	9.084	46,7%
Campinas (cidade, comarca, outros distritos)	329	3,4%	278	2,8%	607	3,1%
Fazendas	220	2,3%	173	1,8%	393	2,0%
Demais Bairros	97	1,0%	38	0,4%	135	0,7%
Sítios, Chácaras	7	0,1%	6	0,1%	13	0,1%
<b>Total</b>	<b>9.630</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.831</b>	<b>100,0%</b>	<b>19.461</b>	<b>100%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

As informações, principalmente a respeito da naturalidade, mas também do local de residência dos contraentes apontam para um deslocamento inter-regional. De modo geral, esses dados mostram que Campinas recebeu, além de imigrantes estrangeiros diretamente direcionados da Hospedaria de Imigrantes em São Paulo para o município, imigrantes (e seus descendentes) inicialmente destinados a outras regiões do Estado.

Os registros de casamento trazem também a idade dos cônjuges no momento do matrimônio. As mulheres, como de costume no período, casavam-se em idades mais precoces que os homens e, no caso dos estrangeiros, ambos mais jovens que seus conterrâneos que permaneceram em seus países europeus de origem, como mostram estudos realizados no exterior e no país (BASSANEZI, 1990). A maioria dos homens casou-se entre os 20 a 24 anos de idade (53,1%) e 25 a 29 anos de idade (25,9%), enquanto que as mulheres entre os 15 a 19 anos de idade (48,9%) e entre 20 e 24 anos de idade (32,5%). No caso das mulheres, especificamente, 853 contraentes não tiveram a idade declarada no momento de seu casamento (quem seriam essas mulheres, não queriam revelar sua idade ou simplesmente os escrivães deixaram de anotar sua idade, pois se tratavam de mulheres?), e 180 jovens mulheres casaram-se em primeiras núpcias entre os 10 e 14 anos, o que não chega a 2% do total (Tabela 14). Os números e a

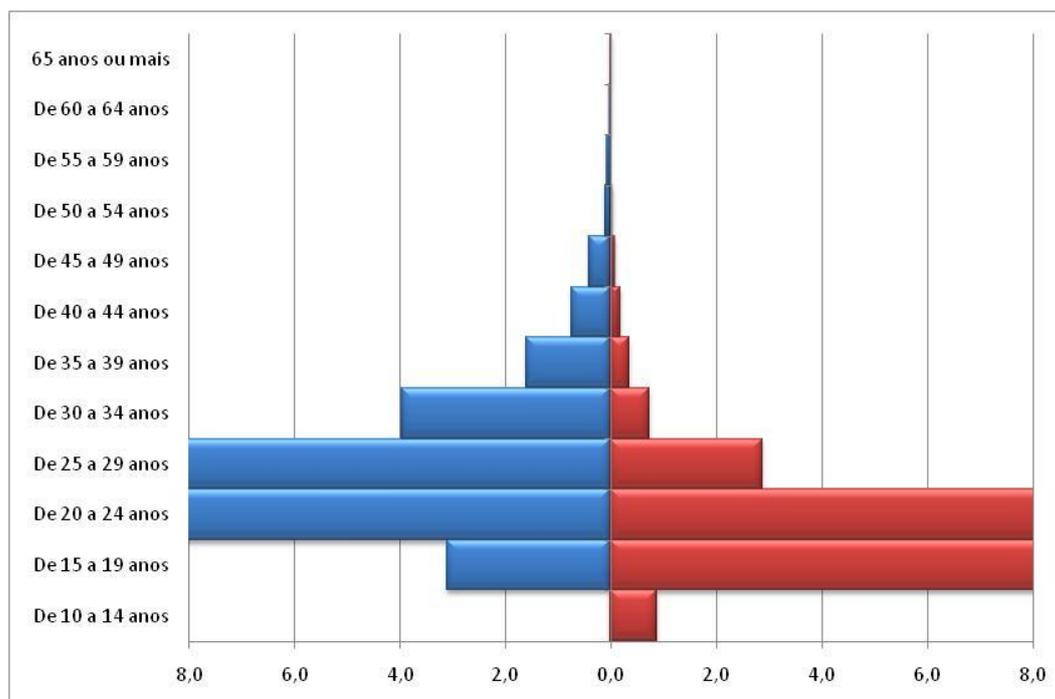
pirâmide etária (Figura 13) mostram como era de se esperar uma população concentrada, sobretudo, entre os primeiros grupos de idades economicamente ativas – o que é importante para análise sobre o mercado de trabalho e o desenvolvimento das atividades econômicas desenvolvidas por estes indivíduos.

**TABELA 14 - Distribuição dos cônjuges por grupos de idade (1890-1920)**

<b>Idade dos Cônjuges ao Casar</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>% em relação ao total</b>
De 10 a 14 anos	1	0,0%	180	1,7%	181	0,9%
De 15 a 19 anos	637	6,2%	5.086	48,9%	5.723	27,8%
De 20 a 24 anos	5.420	53,1%	3.381	32,5%	8.801	42,7%
De 25 a 29 anos	2.646	25,9%	592	5,7%	3.238	15,7%
De 30 a 34 anos	814	8,0%	151	1,5%	965	4,7%
De 35 a 39 anos	328	3,2%	74	0,7%	402	2,0%
De 40 a 44 anos	153	1,5%	36	0,3%	189	0,9%
De 45 a 49 anos	84	0,8%	17	0,2%	101	0,5%
De 50 a 54 anos	22	0,2%	6	0,1%	28	0,1%
De 55 a 59 anos	16	0,2%	0	0,0%	16	0,1%
De 60 a 64 anos	4	0,0%	1	0,0%	5	0,0%
65 anos ou mais	2	0,0%	1	0,0%	3	0,0%
Maior de 21 anos <sup>23</sup>	28	0,3%	15	0,1%	43	0,2%
Idade não declarada	49	0,5%	853	8,2%	902	4,4%
<b>Total</b>	<b>10.204</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.393</b>	<b>100,0%</b>	<b>20.597</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

<sup>23</sup> Em alguns registros de casamento, a informação a respeito idade dos contraentes foi registrada apenas como “maior de 21 anos”, não sendo possível conhecer a idade exata destes no momento de seu casamento.

**FIGURA 13** - Pirâmide etária por grupos de idade. Campinas (1890-1920)\*

**Fonte:**Bassanezi (Coord.) (2015).Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

**\*Nota:** Nesta figura estão ausentes os homens e mulheres que não tiveram idade anotada nos registros de casamento.

No que diz respeito à alfabetização dos contraentes, pode-se observar que dentre os 9.770 casamentos em que ambos se casavam em primeiras núpcias, em 48,4% deles os noivos e noivas assinaram o registro civil de casamento – o que permite classificá-los de certa forma como alfabetizados, 27% dos registros foram assinados apenas pelo noivo e 5% apenas pela noiva. Por fim, 19,3% dos contraentes (noivos e noivas), eram analfabetos (aqui mais uma vez aparece uma questão de gênero que, no entanto, está fora do escopo deste trabalho, mas que é importante chamar a atenção) (Tabela 15).

**TABELA 15** -Alfabetização dos cônjuges (1890-1920)

Alfabetização		% em relação ao total
Noivos analfabetos	1.882	19,3%
Apenas o noivo alfabetizado	2.655	27,2%
Noivo e Noiva alfabetizados	4.732	48,4%
Apenas a noiva alfabetizada	477	4,9%
Não declarado	24	0,2%
<b>Total</b>	<b>9.770</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:**Bassanezi (Coord.) (2015).Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Dentre os brasileiros, pouco mais da metade dos contraentes assinaram conjuntamente o registro civil no momento de seu casamento, o mesmo ocorrendo com alemães e em menor escala, com os portugueses. Entre os italianos e espanhóis cerca de 1/3 de ambos os cônjuges assinaram os registros de casamento. E entre os austríacos, essa proporção é um pouco maior, mas não chega à 50%. Entre os homens, mais de 70% de todos eles - nacionais ou estrangeiros - eram alfabetizados (essa proporção variava numa escala entre 72,3% para italianos e 90,5% para alemães), enquanto as mulheres alcançavam porcentagens menores de alfabetização: as italianas e espanholas eram menos alfabetizadas que as alemãs, brasileiras e portuguesas. Novamente chama atenção a questão relacionada às mulheres (Tabela 16).

A informação sobre as assinaturas dos noivos e noivas nos registros é importante, e embora não se tenha abordado detalhes sobre a maturidade da escrita presente nestas assinaturas, é possível inferir que certamente interferem nas atividades econômicas exercidas por esses indivíduos, como será visto adiante.

**TABELA 16** - Alfabetização dos cônjuges de acordo com as principais nacionalidades (1890-1920)\*\*

Principais Nacionalidades	Noivos analfabetos		Apenas o noivo alfabetizado		Noivo e noiva alfabetizados		Apenas a noiva alfabetizada		Não declarada		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Brasileiros	992	19,4%	974	19,1%	2.912	57,0%	211	4,1%	18	0,4%	5.107	100,0%
Italianos	601	21,3%	1.115	39,6%	921	32,7%	175	6,2%	4	0,1%	2.816	100,0%
Portugueses	150	15,1%	285	28,6%	501	50,3%	59	5,9%	1	0,1%	996	100,0%
Espanhóis	78	20,3%	168	43,6%	124	32,2%	15	3,9%	0	0,0%	385	100,0%
Austríacos	12	10,7%	49	43,8%	46	41,1%	5	4,5%	0	0,0%	112	100,0%
Alemães	9	8,6%	25	23,8%	70	66,7%	1	1,0%	0	0,0%	105	100,0%
Demais Nacionalidades	40	16,1%	39	15,7%	158	63,5%	11	4,4%	1	0,4%	249	100,0%
<b>Total</b>	<b>1.882</b>	<b>19,3%</b>	<b>2.655</b>	<b>27,2%</b>	<b>4.732</b>	<b>48,4%</b>	<b>477</b>	<b>4,9%</b>	<b>24</b>	<b>0,2%</b>	<b>9.770</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

\*\*Nota: foi considerada como matriz para obtenção dos resultados, a nacionalidade dos noivos (trazendo também as informações sobre as noivas agregadas a esta).

As variáveis existentes nos registros civis de casamento de Campinas permitiram traçar um perfil mais detalhado desses brasileiros e imigrantes que se casaram no município entre 1890 e 1920. População em sua maioria solteira e jovem – em idade economicamente ativa –, em que brasileiros e estrangeiros eram numericamente equivalentes. Também chama a atenção a diversidade de origens quanto à nacionalidade e à naturalidade. Mais de 90% destes indivíduos (brasileiros e estrangeiros) residia de fato em Campinas e uma parcela significativa pelo que tudo indica sabia pelo menos ler

e escrever, sobretudo, entre os estrangeiros. Estes são indicadores importantes da contribuição destes indivíduos nas atividades sociais, econômicas e na dinâmica demográfica do município.

Estas informações, por fim, ajudam na compreensão mais apurada da estrutura e composição da população campineira e, sobretudo, no que diz respeito à relação entre imigração e ocupação na cidade entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, explorada a seguir.

### **3.2 Nacionalidade e ocupação**

Os registros civis arrolados nos distritos de Santa Cruz e Conceição de Campinas durante o período de 1890 e 1920 trazem a ocupação desempenhada pelos cônjuges no momento de seu casamento, variável importante aos objetivos deste trabalho. Além de revelar quais as principais atividades econômicas desempenhadas pelos noivos e noivas (estrangeiros e nacionais) ao longo de todo período, agregam novos ingredientes para a análise da economia e demografia de Campinas nos 30 anos que compõem a virada do século XIX-XX.

Dos registros de casamento de noivos solteiros que se casaram na cidade na época, 12,7% não contaram com a declaração – ou mesmo legibilidade – da informação a respeito da ocupação desempenhada por eles no momento de seu casamento. Dentre as mulheres, a informação sobre ocupação foi suprimida na maioria dos registros: de 10.393 mulheres, 8.589 não tiveram a informação sobre ocupação declarada no momento de seu casamento, e apenas 17,3% - entre brasileiras e estrangeiras – tiveram registradas suas ocupações, que deixam entrever que várias delas compunham unidades de trabalho familiar (no colonato, na pequena propriedade rural ou em negócios comerciais, artesanais e de prestação de serviços da família na cidade).

Mais uma vez, essas informações (ou na realidade, a ausência delas) despertam questões relacionadas às representações das mulheres no período. Adotando o sistema de classificação proposto pela HISCO, foi possível classificar brasileiros e estrangeiros nos nove grandes grupos de ocupações conhecidas. O que se observa, ao analisar a distribuição das ocupações de brasileiros e estrangeiros ao longo de todo período, é que predominou em Campinas muito daquilo que já se esperava ao contemplar a bibliografia sobre a história econômica deste município: a maior concentração de trabalhadores entre os Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e da pesca (Grupo 6 da HISCO), e entre os Trabalhadores da produção de bens, operadores

de equipamentos de transporte e outros (Grupos, 7, 8 e 9 da HISCO). Dentre os brasileiros, 24,5% estavam concentrados nas atividades relacionadas à agropecuária e outros 35,9% nas atividades relacionadas à pequena indústria, manufatura e operação em transportes; enquanto que, entre os estrangeiros, 34,2% atuavam principalmente no meio agropecuário – o que se espera, sobretudo entre uma população que imigrou em sua maioria com destino à atividade na grande lavoura e para uma cidade que, já a partir da segunda metade do século XIX, também oferece áreas de cultivo e plantio em pequenas e médias propriedades para imigrantes (Tabela 17).

Entre os brasileiros, no grupo 6, encontravam-se principalmente: lavradores, colonos, os identificados como trabalhadores agrícolas/da lavoura e agricultores, e entre os estrangeiros, colonos, lavradores, jardineiros e também trabalhadores agrícolas/da lavoura (Tabela 18). Vale ressaltar que as ocupações de lavrador e agricultor, muito presentes na historiografia e nos dados e levantamentos populacionais deste período, podem indicar tanto os trabalhadores braçais quanto os proprietários – principalmente de pequenas e médias propriedades. Truzzi e Bassanezi (2010) já haviam levantado essa questão usando a mesma classificação para as ocupações que aparecem no censo de 1907 realizado em São Carlos (SP), atentando que: “(...) a categoria ‘lavador’ pode denotar, ao mesmo tempo, o proprietário de terras ou simplesmente o trabalhador agrícola, remunerado como assalariado, parceiro ou colono” ou em outras palavras compreendendo “todos os indivíduos responsáveis por decisões envolvendo o cultivo de terras” (TRUZZI; BASSANEZI, 2010, p. 157).

**TABELA 17 - Ocupações dos contraentes classificadas de acordo com HISCO  
Campinas (1890-1920)**

<b>Grandes Grupos (HISCO)</b>	<b>Brasileiros</b>	<b>%</b>	<b>Estrangeiros</b>	<b>%</b>	<b>Não declarada</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
0/1 - Profissionais técnicos especializados e outros trabalhadores industriais.	307	5,8%	160	3,3%	1	2,4%	468	4,6%
2 - Administradores e profissionais de gerência	49	0,9%	33	0,7%	1	2,4%	83	0,8%
3 - Trabalhadores de serviços administrativos	576	10,9%	168	3,4%	2	4,8%	746	7,3%
4 - Vendedores	375	7,1%	520	10,7%	0	0,0%	895	8,8%
5 - Trabalhadores dos serviços	119	2,3%	61	1,3%	1	2,4%	181	1,8%
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	1.292	24,5%	1.669	34,2%	7	16,7%	2.968	29,1%
7 - Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros	165	3,1%	225	4,6%	1	2,4%	391	3,8%
8 - Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros	319	6,0%	372	7,6%	2	4,8%	693	6,8%
9 - Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros	1.414	26,8%	1.036	21,2%	4	9,5%	2.454	24,0%
Não declarado	643	12,2%	626	12,8%	23	54,8%	1.292	12,7%
Considerados como não ocupação	25	0,5%	8	0,2%	0	0,0%	33	0,3%
<b>Total</b>	<b>5.284</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.878</b>	<b>100,0%</b>	<b>42</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.204</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Apesar de propiciar uma interessante visualização conjunta, a classificação da HISCO, ao reunir diversas ocupações de um determinado grupo impede que muitas ocupações importantes ou mais numerosas se diluam no geral. Portanto, julgou-se oportuno dentro de cada grupo, chamar a atenção para as atividades que mais empregaram os noivos brasileiros e estrangeiros dentro de todo período (Tabela 18).

**TABELA 18 - Principais ocupações dos contraentes em cada grande grupo Campinas (1890-1920)**

<b>Grandes Grupos (HISCO)</b>	<b>Principais Ocupações em cada Grande Grupo</b>	<b>Brasileiros (Homens)</b>	<b>Principais Ocupações em cada Grande Grupo</b>	<b>Estrangeiros (Homens)</b>
1 - Profissionais técnicos especializados e outros trabalhadores industriais	Artista	117	Artista	115
	Professor	37	Professor	16
	Advogado	33	Engenheiro	6
	Farmacêutico	27	Farmacêutico	4
	Médico	19	Engenheiro Civil	3
	Demais Profissões	74	Demais Profissões	16
	<b>Subtotal</b>	<b>307</b>	<b>Subtotal</b>	<b>160</b>
2 – Administradores e profissionais de gerência	Administrador ou administrador agrícola	25	Industrial	15
	Industrial	8	Administrador/ Administrador	9
	Contador	5	Agrícola	
	Demais profissões	11	Empreiteiro Agrícola	4
	<b>Subtotal</b>	<b>49</b>	Demais Profissões	5
<b>Subtotal</b>	<b>49</b>	<b>Subtotal</b>	<b>33</b>	
3 – Trabalhadores de serviços administrativos	Empregado da estrada de ferro	129	Empregado da Estrada de Ferro	60
	Escriturário	124	Empregado da Companhia Paulista	31
	Empregado Público	66	Empregado na Companhia Mogiana	14
	Guarda livros	62	Escriturário	11
	Empregado da Companhia Paulista	51	Empregado Público	9
	Empregado na Companhia Mogiana	49	Guarda Livros	6
	Demais Profissões	95	Demais Profissões	37
	<b>Subtotal</b>	<b>576</b>	<b>Subtotal</b>	<b>168</b>
	<b>Subtotal</b>	<b>576</b>	<b>Subtotal</b>	<b>168</b>
4 – Vendedores	Negociante	145	Negociante	347
	Empregado do Comércio	141	Empregado do Comércio	87
	Comerciante	73	Comerciante	60
	Viajante	4	Viajante	7
	Demais Profissões	12	Demais Profissões	19
	<b>Subtotal</b>	<b>375</b>	<b>Subtotal</b>	<b>520</b>
<b>Subtotal</b>	<b>375</b>	<b>Subtotal</b>	<b>520</b>	
5 – Trabalhadores dos serviços	Militar	27	Barbeiro	34
	Barbeiro	20	Cozinheiro(a)	10
	Cozinheiro(a)	16	Guarda	6
	Demais Profissões	56	Demais Profissões	11
	<b>Subtotal</b>	<b>119</b>	<b>Subtotal</b>	<b>61</b>
<b>Subtotal</b>	<b>119</b>	<b>Subtotal</b>	<b>61</b>	
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	Lavrador	1.009	Colono ou colono agrícola	1.127
	Colono ou colono agrícola	133	Lavrador	474
	Trabalhador agrícola/da lavoura	36	Jardineiro	22
	Agricultor	35	Trabalhador agrícola/da lavoura	15
	Demais Profissões	79	Demais Profissões	31
	<b>Subtotal</b>	<b>1.292</b>	<b>Subtotal</b>	<b>1.669</b>
	<b>Subtotal</b>	<b>1.292</b>	<b>Subtotal</b>	<b>1.669</b>

(Continua)

*(Continuação)*

7 – Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros.	Alfaiate	35	Alfaiate	76
	Fundidor	25	Padeiro	46
	Ajustador	22	Ajustador	18
	Eletricista	18	Fundidor	14
	Demais Profissões	65	Demais Profissões	71
	<b>Subtotal</b>	<b>165</b>	<b>Subtotal</b>	<b>225</b>
8 - Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros	Mecânico	95	Carpinteiro	73
	Carpinteiro	71	Sapateiro	58
	Marceneiro	56	Mecânico	45
	Ferreiro	23	Maquinista	43
	Maquinista	14	Ferreiro	42
	Demais Profissões	60	Demais Profissões	111
	<b>Subtotal</b>	<b>319</b>	<b>Subtotal</b>	<b>372</b>
9 - Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros	Trabalhador	512	Trabalhador	495
	Empregado	355	Operário	116
	Operário	162	Empregado	112
	Pedreiro	91	Pedreiro	104
	Carroceiro	86	Carroceiro	66
	Demais Profissões	208	Demais Profissões	143
	<b>Subtotal</b>	<b>1.414</b>	<b>Subtotal</b>	<b>1.036</b>
<b>Total</b>	<b>4.616</b>	<b>Total</b>	<b>4.244</b>	

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

No que diz respeito ao grupo 6, os colonos como era de se esperar são maioria, principalmente entre os estrangeiros. Mas mesmo entre os brasileiros, não se pode desprezar a presença dos filhos de imigrantes nascidos no Brasil, enquadrados ali como brasileiros. Considerando o movimento de imigração em massa, tem-se que a grande maioria dos imigrantes destinados a São Paulo, principalmente no final do século XIX, tinha como destino inicial a lavoura cafeeira, sob o regime do colonato. Não diferente teria sido para o município de Campinas, cujos dados demonstram os volumes de trabalhadores encaminhados diretamente da Hospedaria dos Imigrantes para este município. Há ainda de se considerar que Campinas recebeu muitos outros imigrantes que, inicialmente direcionados para outras localidades do complexo cafeeiro paulista, emigraram para Campinas, ou ainda, imigrantes não subsidiados, muitos deles que não passaram pela Hospedaria de Imigrantes e que acabaram no trabalho das fábricas, do comércio e dos serviços ou que adquiriram uma pequena propriedade rural.

Ainda considerando aqueles que estavam inicialmente inseridos no regime de colonato, há de se retomar alguns aspectos importantes. Como visto anteriormente, o ambiente das fazendas propiciava ao trabalhador estrangeiro relações de trabalho de natureza bastante específicas: além dos rendimentos monetários, os colonos contavam também com elementos não monetários de seus rendimentos. Privilegiada a unidade familiar, os rendimentos dos colonos provinham também da redução dos custos com

moradia – visto que moravam na própria fazenda – e com alimentação – na medida em que eram a eles destinadas pequenas porções de terras para plantação de culturas diversificadas. A princípio não-monetários, esses rendimentos (sobretudo as porções de terras destinadas ao cultivo diversificado), exerceram peso importante para retenção dos colonos sob o regime da lavoura cafeeira – o que não os impedia de migrarem para outras fazendas em que essas condições fossem mais favoráveis (HOLLOWAY, 1972).

Como já salientado, fica difícil saber se na categoria “agricultor” e “lavrador” encontrada nos registros de casamento estavam alocados os proprietários de terra ou trabalhadores em terras que não lhe pertenciam. Na impossibilidade de quantificar e qualificar os noivos donos de estabelecimentos rurais julgou-se oportuno se valer de estatísticas do período e inserir aqui algumas considerações sobre a presença estrangeira nesse nicho importante da economia campineira.

De acordo com a *Estatística Agrícola e Zootécnica de Campinas*, referente ao ano agrícola de 1904-1905, das 641 propriedades agrícolas contabilizadas no município, 212 (33,1%) pertencia a estrangeiros. Os italianos contabilizavam o maior número, seguidos pelos alemães. No entanto, a área média (e, conseqüentemente, o valor) dos estabelecimentos rurais pertencentes aos estrangeiros era muito baixa se comparada a dos nacionais. Entre os estrangeiros os italianos eram os que tinham o maior número de propriedades, com a área média das mesmas similares as das propriedades de portugueses e superior a dos espanhóis (Tabela 19).

**TABELA 19** - Estabelecimentos agrícolas de Campinas 1904-1905

Nacionalidade do proprietário	Número de estabelecimentos	%	Área em alqueires	Área em hectares <sup>24</sup>
Brasileiros	429	66,9%	49.934	120.840
Italianos	87	13,6%	1.680	4.066
Portugueses	38	5,9%	1.672	4.046
Alemães	40	6,2%	1.528	3.698
Espanhóis	13	2,0%	125	303
Diversos	34	5,3%	402	973
<b>Total</b>	<b>641</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.407</b>	<b>13.085</b>

Fonte: Bassanezi e Francisco (2003).

O cenário rural de Campinas no começo do século XX contemplava a grande lavoura com trabalho imigrante e a existência das pequenas e médias propriedades que garantiam a vários dos estrangeiros a posse de suas próprias terras. Considerando que

<sup>24</sup> Para encontrar o tamanho das áreas médias das propriedades em hectares, partiu-se da medida em alqueires paulistas. Um alqueire paulista correspondia em média a 24.200m<sup>2</sup>, e um hectare a 10 000 m<sup>2</sup>.

houve em Campinas a conformação de uma base econômica fortemente rural, no século XIX, fica evidente o peso de trabalhadores agropecuários diversificados.

Estas propriedades (de brasileiros e estrangeiros) – centradas na produção de café, algodão, arroz, milho, feijão, outras culturas e pastagens – empregaram, para aquele ano segundo aquela estatística, 12.757 trabalhadores estrangeiros e quase quatro mil trabalhadores nacionais. É possível que este número fosse ainda maior se considerarmos que em algumas propriedades foi considerado apenas o chefe da família e não o núcleo familiar apto para o trabalho. Além dos que trabalhavam nas grandes fazendas, havia também aqueles que labutavam nas pequenas propriedades de suas famílias.

Passados 15 anos, o Recenseamento de 1920, realizado 1º. de setembro de 1920, levantou também dados sobre Agricultura (Vol. III, 1ª parte). Para Campinas contabilizou um total de 837 estabelecimentos rurais<sup>25</sup> dos quais 450 estavam em mãos de “pessoas nascidas no estrangeiro” (53,7%) e 90 pertenciam a diversos proprietários, dos quais alguns poderiam ser estrangeiros (o censo de 1920 não identifica a nacionalidade específica dessas pessoas). Não se pode descartar também que entre os brasileiros estivessem presentes alguns filhos de imigrante nascidos no Brasil. Isto pode ser inferido através da *Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado de São Paulo*, do referido censo. Nessa *Relação* encontram-se além do nome de todos os proprietários, o nome da fazenda, do sítio que lhes pertenciam ou o nome do local onde se inseriam muitas propriedades. Dessa forma, foi possível identificar que do total de nomes arrolados mais da metade (56,5%) tinham sobrenomes que puderam ser reconhecidos como de origem italiana, germânica ou do norte ou do leste europeu. Nessa contagem não foi possível identificar com segurança os portugueses e espanhóis, cujos nomes tinham semelhança com o de brasileiros de longa data – portanto eles ficaram fora da contagem realizada. Entre aqueles estabelecimentos identificados como *fazenda*, o que pode ser um indicativo de propriedades maiores ou mais importantes, 18,9% tinha sobrenomes com aquelas características.

O fato é que para o começo do século XX, ocorreu uma diminuição do tamanho das propriedades, uma maior diversificação de culturas e uma maior participação do estrangeiro na posse da terra a partir do desmembramento das grandes unidades

---

<sup>25</sup>É preciso lembrar que, por conta dos critérios adotados, o Censo de 1920 não contabilizou algumas propriedades, tais como pequenos sítios da zona rural em que a produção anual não atingia Rs500\$000 e em que as culturas se destinavam apenas ao consumo doméstico.

cafeeiras e/ou da criação de Núcleos Coloniais. Por tratar-se do período em que se consolidam essas transformações no meio rural (SEMEGHINI, 1991), acredita-se que parte dos trabalhadores que se casaram em Campinas, brasileiros e principalmente estrangeiros – cuja ocupação declarada no momento do casamento era tipicamente rural - já atuava como lavradores em terras de suas famílias. Enfim, uma parcela pequena das muitas centenas de estrangeiros estabelecidos em Campinas conseguiu se tornar pequenos (muito poucos, grandes) proprietários de terra. Aqueles que não conseguiram ou mesmo aqueles que não se interessaram pela propriedade da terra encontraram seu ganha-pão no colonato, no comércio, na manufatura, nos transportes e nos serviços em expansão dentro do município campineiro, como mostram a documentação de época trabalhada e também a própria bibliografia consultada.

Os estrangeiros que atuavam nas atividades relacionadas à indústria, manufatura e transportes também eram numerosos, representando 33,5% de todos os estrangeiros que tiveram ocupação declarada no momento de seu casamento (Tabela 17). Separados nos grupos 7, 8 e 9 da HISCO, basicamente de acordo com o enfoque da produção específica de alguns setores, eles eram principalmente: alfaiates, padeiros, ajustadores e fundidores no grupo 7 (onde estavam os trabalhadores com enfoque na produção e trato de minérios, metal, papel, químicos, tecidos, alimentação e bebida, tabaco, alfaiataria, costura e trabalhadores relacionados); carpinteiros, sapateiros, mecânicos, maquinistas e ferreiros no grupo 8 (onde concentravam-se os trabalhadores com enfoque nas atividades de sapateiros, marceneiros, trato com pedra e escultores, ferreiros e fabricante de ferramentas, instaladores elétricos, encanadores, soldadores, joalheiros e trabalhadores com metal precioso, trato com vidro e similares); e por fim, trabalhadores, operários, empregados, pedreiros e carroceiros no grupo 9 (onde eram classificados os trabalhadores no trato com borracha e plásticos, impressores e trabalhadores similares, pintores, pedreiros, carpinteiros e outros trabalhadores da construção, trabalhadores relacionados à operação de motores estacionários, alguns trabalhadores de transporte e demais trabalhadores não classificados nas demais categorias).

Dentre os brasileiros, atuavam principalmente alfaiates, fundidores, ajustadores e eletricitistas (grupo 7), mecânicos, carpinteiros, marceneiros, ferreiros e maquinistas (grupo 8) e trabalhadores, empregados, operários, pedreiros e carroceiros (grupo 9) (Tabela 18). Vale ressaltar que, as ocupações descritas como trabalhadores, empregados e operários – algumas das mais numerosas no Grupo 9 da HISCO – podem ter tido sua classificação neste grupo comprometida, uma vez que as informações trazidas pelos

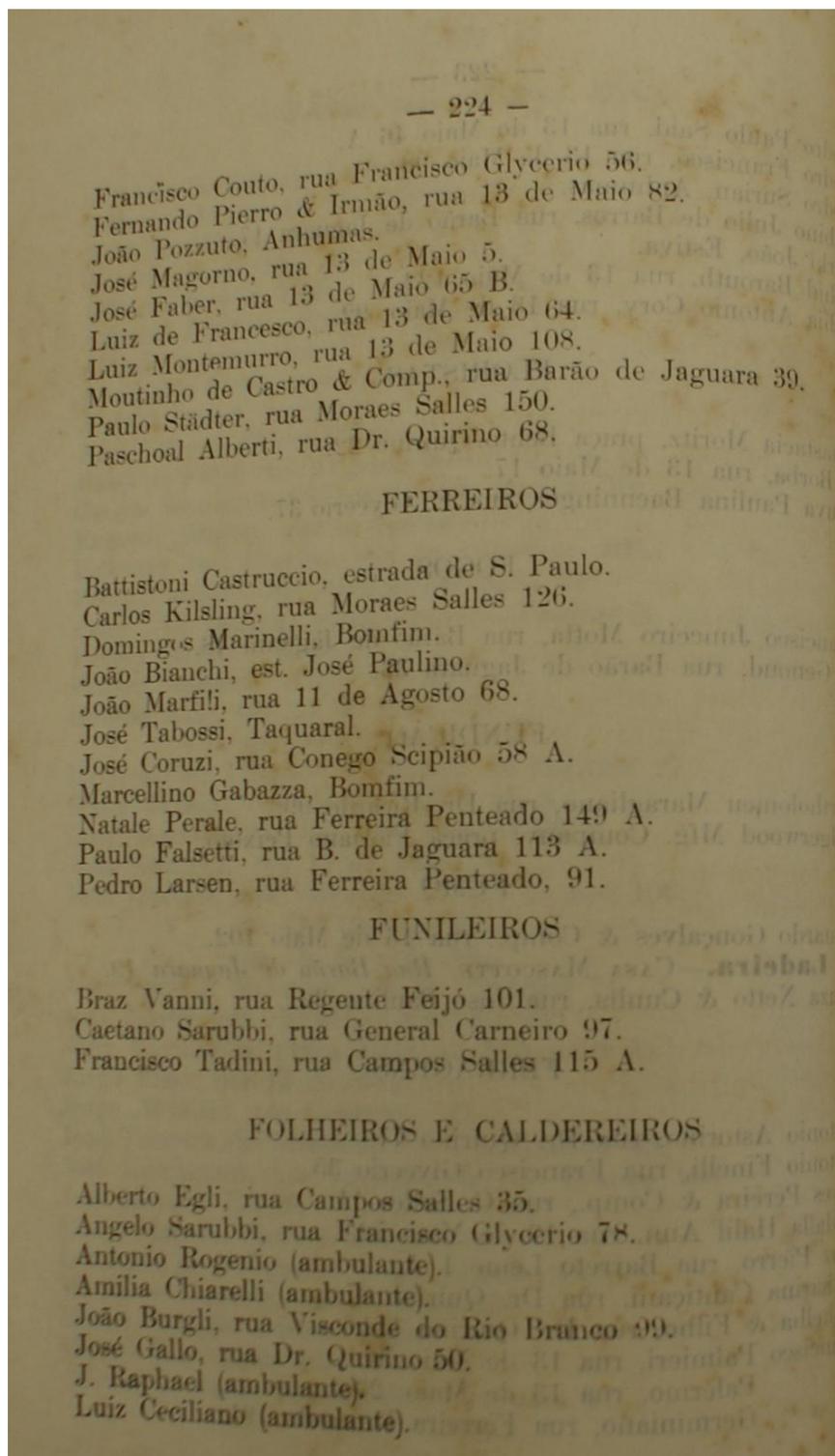
registros civis não especificam a natureza de referidas atividades, ou a quais setores pertencem ou ainda, se tratam-se de trabalhadores ou operários mais especializados, por exemplo.

As primeiras indústrias e manufaturas, como salientado no capítulo primeiro, surgem em Campinas logo no começo da segunda metade do século XIX – entre 1857 e 1887 (CAMILLO, 1998). Na sua maioria, estavam relacionadas à produção de bens de consumo, ao beneficiamento do café e à produção de gêneros alimentícios – setores representados pelos grupos 7, 8 e 9 da HISCO. As ferrovias – que também contemplam alguns destes trabalhadores, conjuntamente com alguns pertencentes ao grupo 3, como será visto mais adiante – surgem em Campinas entre o final da década de 1860 e os primeiros anos da década de 1870. Ao mesmo tempo, emergem novas atividades econômicas relacionadas à montagem de oficinas e à manutenção das linhas férreas e dos trens que contemplam uma mão de obra cada vez mais especializada e diversificada.

Os Almanques da Cidade de Campinas para os anos de 1886, 1908 e 1914, entre muitas informações sobre o município, trazem um item intitulado “Comércio e Indústria” (1886) ou “Indústria e Profissões” (1908 e 1914) – que contém informações importantes sobre a participação estrangeira nos setores de indústria e comércio em Campinas no período analisado. Trata-se de listas das ocupações e os respectivos nomes, sobrenomes e endereços daqueles envolvidos nestas atividades nos referidos anos (Figura 14). Em alguns casos, discriminam as fábricas e seus proprietários (Figura 15).

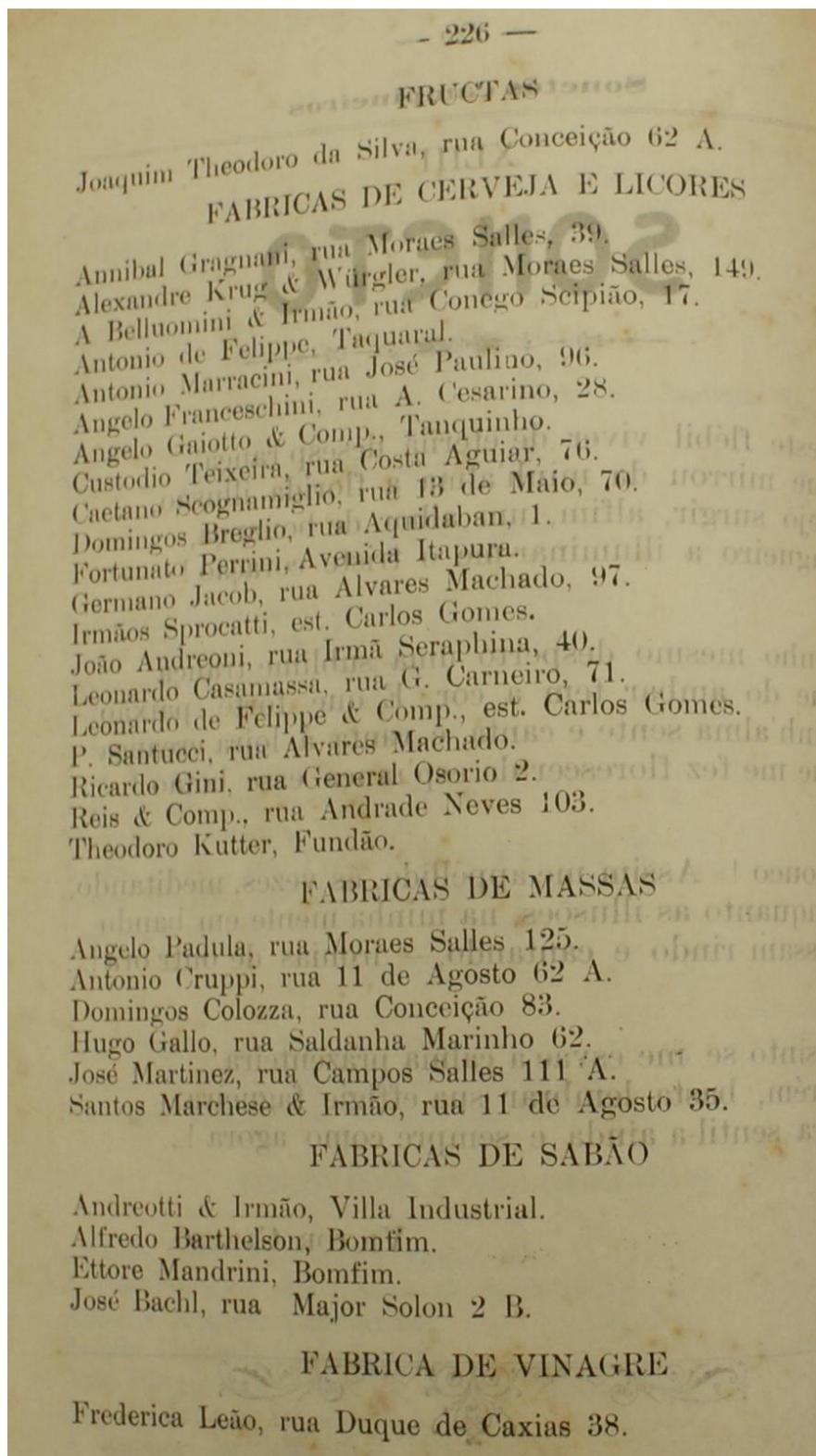
Além disso, nos almanques encontram-se propagandas de estabelecimentos comerciais, de fábricas, manufaturas e de serviços que ilustram a diversidade das atividades econômicas do município na época e a presença estrangeira nas mesmas, confirmando de certa forma o revelado na análise das ocupações dos noivos através do registro de casamento. (Figuras 16 e 17).

**FIGURA 14** - Lista de principais ferreiros, funileiros, folheiros e caldeireiros em Campinas de acordo com Almanaque do ano de 1908



Fonte: Ladeira e Octavio (1908, p.224).

**FIGURA 15** - Lista de principais fábricas de cerveja e licores, massas, sabão e vinagre em Campinas de acordo com Almanaque de 1908



Fonte: Ladeira e Octavio (1908, p.226).

**FIGURA 16** - Propaganda da Companhia Mac Hardy no Almanaque de Campinas de 1908

**COMPANHIA M.<sup>c</sup>-HARDY**

Officinas e escriptorio central  
**CAMPINAS**

**Serraria e Carpintaria**  
com machinismos perfeitos para todos os trabalhos de esquadrias: tem prompto: VIGAMENTOS, SOALHOS, BATENTES, MOLDURAS, etc.

**MATERIAES**  
Como telhas, cal virgem e extincta, cimento, etc.

**Tintas**  
Oleo de linhaça, alvaiade de zinco e chumbo, agua-raz, occas, vernizes e tintas preparadas

**Ferragens para construcção**  
Completo sortimento de tudo.

**Peçam informaç**

Agencia em S. Paulo  
Rua da Quitanda n. 4 (Sobrado)

**Officinas de mechanica**  
para todo e qualquer serviço.

**OFFICINAS DE FUNDIÇÃO**  
grades, ventiladores, columnas, etc.

**Officinas de ferreiro e serralheiro, para todos os serviços.**

Construcções de carros e vagões para estradas de ferro e bonds.

Completo sortimento de ferro em barras e chapas; zineos de todas as númerações.

**ções e preços**

**Fonte:** Ladeira e Octavio (1908, p. 226).

**Nota:** Constam nesta época que estavam localizados em Campinas as oficinas e escritórios centrais de Companhia, e uma agência em São Paulo capital.

**FIGURA 17** - Propagandas da Relojoaria e ourivesaria de Germano Zink e do Armazém de Secos e Molhados de Rossi e Borghi no Almanaque de Campinas de 1914



Fonte: Octavio e Merillo (1914).

Nestas listas, através dos nomes e sobrenomes é possível realizar um exercício que permita identificar a origem estrangeira de muitos destes trabalhadores, principalmente de origem italiana ou germânica (estes últimos, abrangendo alemães propriamente ditos, austríacos e suíços alemães) e outras origens cujos sobrenomes são marcadamente estrangeiros. Como não há especificação de nacionalidade nas informações dos almanaques, fica difícil saber se essas pessoas são estrangeiras, filhas ou netas de estrangeiros.

Em 1886, dos 396 estabelecimentos industriais ou manufactureiros diversos e ocupações existentes em Campinas, 148 eram de propriedade ou eram indivíduos estrangeiros (de origem italiana ou germânica). Entre os de origem italiana, predominavam sapateiros (e sapatarias), alfaiates (e alfaiatarias), padeiros, cervejeiros, marcenaria e móveis – ocupações que podem ser enquadradas nos grupos 7 e 8 da HISCO, de acordo com a natureza da atividade. Entre os de origem germânica, por sua vez, estavam principalmente os açougues, máquinas agrícolas, padeiros, cervejarias,

fundições e ferreiros. Foi possível identificar mais indivíduos de origem germânica do que italiana, nesse período, e os germânicos estavam mais espalhados em atividades de diversas naturezas, inclusive de comércio. É preciso lembrar que a imigração de alemães e suíço-alemães na região inicia-se antes da de italianos, que começam a chegar ao estado de São Paulo em maior volume a partir da segunda metade dos anos 1880, quando da implantação da imigração subsidiada.

Mais de 20 anos depois, o Almanaque de 1908 contabilizou 2.366 estabelecimentos industriais, manufatureiros e comerciais em Campinas ou pessoas ocupadas nos serviços, dos quais mais de mil puderam ser identificados como de origem estrangeira - 89 dos de origem italiana e 13 germânica tinham ocupações relacionadas a gêneros alimentícios (não é possível saber se indústria ou comércio, mas acredita-se que haja grande peso da manufatura, pois também aparecem nos almanaques outros trabalhadores relacionados à comercialização destes gêneros). Dentre os italianos, os mais numerosos, predominaram para aquele ano sapateiros, açougueiros, alfaiates, fábricas de cerveja e licores e outros descritos como “carroça” – carroceiros, na HISCO, podem ser classificados no grupo 9 como operadores de equipamento de transporte. Menos numerosos, mas não menos importantes, aparecem indivíduos de origem estrangeira atuantes em empresas de beneficiamento de café e arroz, por exemplo, e também um expressivo peso deles nas atividades tidas como comerciais.

O Almanaque de 1914, por sua vez, listou na Cidade 1.075<sup>26</sup> estabelecimentos ou trabalhadores ocupados dos quais 589 puderam ser identificados como de origem estrangeira. Neste ano foram identificados 440 estabelecimentos ou ocupações de origem italiana e 85 de origem germânica. Dentre os primeiros, mais numerosos, estavam novamente açougueiros, alfaiates, carpinteiros e marceneiros, ferreiros e ferradores, e trabalhadores nas ferragens. Uma importante novidade, comparando com os almanaques anteriores, está na diversidade de fábricas de alimentos e bens de consumo em Campinas naquele ano: havia fábricas de doces, salames, vassouras, cadeiras, carros, biscoitos, massas, vinagre, farinha, anil e louças de barro, dentre tantas outras e em algumas (como nas fábricas de vassouras, cadeiras e carros) foi possível identificar a origem estrangeira através do sobrenome de seus proprietários.

---

<sup>26</sup> É importante ressaltar que, os critérios adotados pelos Almanques para contabilizar indústrias, comércios e trabalhadores eram diferenciados de acordo com cada publicação.

Comparando as informações existentes nos registros civis com estes breves relatos sobre as informações trazidas nos almanaques é possível crer que, ao longo de todo período, o setor industrial e de manufatura cresceu muito. Isto se deveu, principalmente, ao desenvolvimento das pequenas e médias indústrias nos setores têxteis, de beneficiamento e tratamento de culturas agrícolas diversificadas, da fabricação de bens de consumo e transformação de matérias primas, como terminou mostrando a estatística industrial para Campinas em 1920 (Tabela 20).

Naquele ano, o município de Campinas contava com pelo menos 91 estabelecimentos puramente industriais, que empregavam cerca de 2.800 operários. Entre 1900 e 1920 também se deve ressaltar a redução no setor metal/mecânico, em que grandes companhias, fundadas durante as décadas de 1860 e 1870, perdem importância em números de operários:

A Companhia MacHardy, que em 1900 tinha 320 operários, empregava apenas 200 em 1920; a Companhia Lidgerwood tinha em Campinas 47 operários, estando o grosso da produção em São Paulo. As demais empresas eram pequenas, havendo uma fábrica de pregos com 55 operários e uma fundição com 18 (naturalmente, se agregadas as oficinas da Mogiana, a importância do setor aumentaria muito) (SEMEGHINI, 1991, p. 77).

**TABELA 20** - Estrutura industrial em Campinas em 1920

<b>Tipos de Estabelecimentos</b>	<b>Número de estabelecimentos</b>	<b>Percentual em relação ao total (%)</b>	<b>Número de operários</b>	<b>Percentual em relação ao total (%)</b>
Indústrias rurais	22	24,2%	757	26,4%
Fabricação de máquinas	3	3,3%	267	9,3%
Produtos alimentares	5	5,5%	19	0,7%
Bebidas	6	6,6%	144	5,0%
Fumo	3	3,3%	100	3,5%
Metalúrgica	7	7,7%	88	3,1%
Têxtil	2	2,2%	765	26,7%
Móveis	7	7,7%	60	2,1%
Material de transportes	3	3,3%	24	0,8%
Sabão	2	2,2%	112	3,9%
Vestuário e calçados	5	5,5%	103	3,6%
Couros e peles	3	3,3%	62	2,2%
Tipografias	5	5,5%	99	3,5%
Madeira	3	3,3%	120	4,2%
Diversos	15	16,5%	145	5,1%
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.865</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: São Paulo (Estado) 1920 *apud* Semeghini (1991, p. 77).

Para os demais trabalhadores, deve-se ressaltar, remontando aos dados disponíveis nas tabelas 17 e 18, a presença de brasileiros dentre os Trabalhadores de serviços administrativos (Grupo 3), e dentre os estrangeiros, daqueles cujas ocupações podiam ser classificadas como ocupações de Vendedores (Grupo 4). Entre os Vendedores, os estrangeiros apareciam como: negociantes, empregados do comércio, comerciantes e viajantes. Os Almanques, como ressaltado anteriormente, também trazem informações sobre o setor do comércio. Em 1886 havia na cidade pelo menos 3 bancos e casas de desconto, 10 comissários e compradores de café, 40 depósitos de bens de consumo e atacadistas, 7 locais de comercialização de artigos americanos, armazéns de secos e molhados, lojas de fazendas e armarinhos, 4 joalheiras e ourivesarias, 5 agências comerciais e leilões e outros estabelecimentos comerciais diversos, em muitos dos quais, participavam como proprietários ou trabalhadores indivíduos de origem estrangeira (principalmente de origem germânica).

Em 1908, dentre os que detinham sobrenomes estrangeiros havia pelo menos 60 vendedores de quitandas (38 de origem italiana e 22 de origem germânica), 20 vendedores de batatas, 32 vendedores de lenha (23 de origem italiana, 6 de origem germânica e pelo menos outros 3 de origens estrangeiras), 23 lojas de fazenda e modas, em que aparecem pela primeira vez em maior número indivíduos cujo sobrenome pode ter origem sírio-libanesa (eram pelo menos 14), 6 casas de jóias e ourives, 16 vendedores de hortaliças (a maioria de origem italiana), 12 vendedores ambulantes de carne, 16 possíveis italianos vendedores de aves, ovos e frutas, alguns vendedores de artigos diversificados (areia, cestas e balaios, queijos) e pelo menos 2 agentes de loteria e 2 agência bancárias).

Por fim, em 1914 segundo os almanques, a estrutura de comércio e serviços aumentou e se diversificou ainda mais, passando Campinas a contar em média com: 56 lojas de fazendas e modas (10 eram possivelmente de proprietários italianos, 6 germânicos e 21 de outros estrangeiros), 14 quitandas, 9 agências de seguro (pelo menos 3 sendo propriedade de estrangeiros), 6 agências bancárias, 11 agências de negócio e outros.

Do que se conhece dessa estrutura de comércio em Campinas, de acordo com a bibliografia, sabe-se que seu desenvolvimento também remonta ao desenvolvimento de atividades paralelas à economia cafeeira – e subsidiadas a esta, a fim de viabilizar seu sustento. O primeiro mercado urbano da cidade para comercialização de gêneros alimentícios data de 1861 e partir da década de 1880, o comércio de gêneros torna-se

mais descentralizado (MARTINS, 2010). Em 1914, segundo o Almanaque daquele ano, havia no mercado de Campinas pelo menos 45 trabalhadores e proprietários responsáveis pela comercialização de carnes, aves, ovos, frutas, bilhetes de loteria, comidas (quentes e frias), doces, cafés, verduras, fazendas e armarinhos (em que todos eram de origem sírio-libanesa), peixes e outros gêneros alimentícios. E ainda, pelo menos um restaurante, uma selaria e um barbeiro (em prestação de serviços). Destes, 25 poderiam, por conta de seu sobrenome, ter origem estrangeira e 16 provavelmente seriam italianos.

Com relação aos noivos Trabalhadores dos serviços administrativos, 10,9% dos brasileiros e 3,4% dos estrangeiros, eles muito provavelmente trabalhavam em uma das diversas companhias fundadas em Campinas a partir de 1880, como por exemplo: a Companhia Paulista de Carris de Ferro (em 1881), a Companhia de Serviços de Água e Esgotos (entre 1887 e 1890), a Companhia Telefônica Campineira e a Estação da Estrada de Ferro (ambas em 1884), além das próprias ferrovias – companhias Paulista e Mogiana – que perpassam o município, e empregam trabalhadores. Dentre as principais ocupações classificadas neste grupo, podemos citar: os empregados da estrada de ferro, os empregados da Companhia Paulista e da Companhia Mogiana, os escriturários, empregados públicos e guarda livros. A Companhia Mogiana, em 1920, teria sido a principal empregadora da cidade, segundo Semeghini (1991).

Sabe-se que as ferrovias em Campinas foram fundamentais para a conformação urbana do município e também para a diversificação de suas atividades econômicas. Hogan (1986), ao propor uma análise do processo de urbanização em Rio Claro (SP) a partir da expansão cafeeira e da relação desta atividade com as ferrovias e a cidade levanta que, embora tenha vindo ao encontro das necessidades dos fazendeiros de café – para o escoamento da produção das lavouras - o significado da ferrovia esteve muito mais, “nas suas implicações para a expansão do mercado de trabalho e a consequente demanda de bens e serviços da cidade” (HOGAN, 1986, p. 17). Ou seja, embora as ferrovias tenham desempenhado papel importante na extensão dos limites econômicos, no encurtamento das distâncias, no transporte de bens e pessoas e na importância dos núcleos urbanos recortados por estas, ressalta-se que o desenvolvimento urbano da cidade de Rio Claro e a estrutura diferenciada da cidade antecedem a própria chegada da ferrovia – e foram diretamente impulsionados pelo desenvolvimento das atividades econômicas necessárias a cafeeicultura e pela presença de um mercado interno sempre aquecido por um contingente de consumidores (HOGAN, 1986). Esta observação é

pertinente para o contexto de Campinas: é possível ver o surgimento de uma estrutura econômica diversificada já no início da segunda metade do século XIX (antes da chegada da ferrovia), como aponta Camilo (1998) com relação às primeiras indústrias e manufaturas, e o crescimento acentuado de setores diversificados da economia e a participação econômica de trabalhadores brasileiros e estrangeiros nestes diversos setores com o passar do tempo (SEMEGHINI, 1991). Esses elementos apontam para a função das ferrovias no sentido de potencializar e expandir o mercado de trabalho e a consequente demanda de bens e serviços na cidade, principalmente, dentro do período estudado.

Retomando as demais ocupações desempenhadas pelos contraentes no momento de seu casamento, tem-se que 5,8% dos brasileiros e 3,3% dos estrangeiros eram tidos como profissionais técnicos e especializados e outros trabalhadores industriais. Predominavam, entre os brasileiros: artistas, professores, advogados, farmacêuticos e médicos e entre estrangeiros: artistas, professores, engenheiros, farmacêuticos e engenheiros civis (Tabela 18). Neste grupo específico, cabem algumas observações importantes. Sabe-se que entre os “Artistas”, não estavam apenas os profissionais dedicados às chamadas “belas artes”, mas na época, sobretudo, era como eram chamados os artesãos ou artífices bastante qualificados – o que significa, em termos reais, maior participação de profissionais relacionados também à produção de bens. Esta problemática na categorização destes profissionais, ou na realidade, sob a forma com as ocupações são apresentadas nos censos e coletas deste período já havia sido tratada por Furtado; Botelho e Castro (2010). Estes autores atentaram para o fato de que dentre os artistas poderiam estar além de artesãos: trabalhadores especializados da construção civil (FURTADO; BOTELHO; CASTRO, 2010, p. 229).

Por fim, observou-se a presença de trabalhadores dos serviços – 2,3% dentre os brasileiros e 1,3% dentre os estrangeiros - em que estavam presentes de maneira geral: militares, guardas, barbeiros e cozinheiros. Sobre os militares, também vale atentar para o fato de que as ocupações militares presentes nos registros civis de casamento podem não se tratar de ocupações propriamente ditas, mas estarem relacionadas a títulos honoríficos, havendo o peso de uma informação muito mais associada ao status destes indivíduos do que à sua ocupação propriamente dita (BOTELHO et al., 2006, p. 9).

Além destes, estavam presentes em menor número administradores e profissionais de gerência (Grupo 2), e aqueles cuja ocupação declarada no momento de seu casamento foi considerada, de acordo com a HISCO, como “não ocupação”:

estudantes, proprietários, capitalistas e bacharéis. Sobre os capitalistas, poucos aparecem dentre os contraentes que se casaram em Campinas no período, mas vale o levantamento trazido pelos Almanques: em 1886, havia na cidade pelo menos 56 capitalistas, todos provavelmente de origem brasileira. Em 1908 eram pelo menos 73 indivíduos: 48 de possível origem italiana, 22 de origem germânica e outros 03 provavelmente de origem sírio-libanesa.

Com relação às contraentes, poucas foram aquelas cuja ocupação foi declarada, ou perguntada, ou até mesmo anotada pelo escrivão no momento de seu registro civil de casamento, como já salientado. O que não se deve compreender como “não ocupação”, ou como uma suposição de que muitas mulheres não estavam ocupadas, sobretudo sabendo da importância e do papel da mulher na economia familiar. Muitos foram os trabalhos que, ao contemplarem estatísticas populacionais diversas para o período de XIX a XX mostraram a pequena proporção de mulheres declaradas em atividades produtivas, na economia cafeeira ou mesmo fora dela. Bassanezi (1992) chamou a atenção para a pouca expressividade dos dados de ocupação sobre as mulheres que se casaram em Rio Claro entre 1890 e 1930; Martínez Martín; Martínez Lopez e Moya García (2014) também atentaram para o subregistro da atividade feminina ao observar a estrutura ocupacional na Andaluzia oriental (Espanha) entre o final do século XIX e os anos 1930. Ambos os trabalhos, no entanto, apontam para a importância da participação feminina além daquilo que os dados mostram: de mulheres participando do mercado informal de trabalho ou participando ativamente nos negócios ou ofícios do marido e reconhecendo a importância da atuação das mulheres em atividades e tarefas fundamentais ao mecanismo social e que garantiam a vida dos membros de suas famílias (MARTÍNEZ MARTÍN; MARTÍNEZ LOPEZ; MOYA GARCÍA, 2014, p.90) (BASSANEZI, 1992; 2012b).

Nos poucos registros civis de casamento em que as ocupações das mulheres aparecem, a maioria delas estava relacionada aos serviços, grupo 5 da HISCO (Tabela 21). Com o número de brasileiras superior ao de estrangeiras, estas mulheres foram declaradas como domésticas, de serviços domésticos e cozinheiras (Tabela 22). Apesar da informação trazida pelos registros civis, que permitiram classificá-las de acordo com suas ocupações, não se tem informações suficientes para saber se estas mulheres – sobretudo domésticas e de serviços domésticos – eram donas de casa, ou do lar, ou se trabalhavam fora em casas de famílias. A literatura, no entanto, tem mostrado que muitas filhas de imigrantes (estrangeiras ou nascidas no Brasil) trabalhavam como

domésticas em casa de famílias de elite e de maior poder aquisitivo - e isso era uma forma de complementar o rendimento familiar (BASSANEZI, 2012b).

Também foram numericamente significativas – dado o elevado grau de não informação – aquelas mulheres cuja ocupação pode ser classificada como sendo de Trabalhadoras agropecuárias, florestais, da caça e da pesca (Grupo 6 da HISCO). Nesta categoria, havia 419 estrangeiras cuja ocupação, no momento de seu casamento, era de colona, lavradora ou empregada de fazenda, participando da força de trabalho familiar. Esse número é bem maior, no entanto, se pensarmos na importância da mão de obra feminina dentro da economia familiar agrícola, também na pequena e média propriedade.

Nos demais grupos cerca de 1% das contraentes foram classificadas como Profissionais técnicas e especializadas, atuavam como professoras e outro 1% representavam costureiras, modistas, engomadeiras, chapeleiras e parteiras, atividades tipicamente femininas na época. Ressalta-se que eram das ocupações e atividades femininas, no seio familiar ou fora dele, que provinham importantes recursos e valores monetários e materiais essenciais a subsistência familiar (MARTÍNEZ MARTÍN; MARTÍNEZ LOPEZ; MOYA GARCÍA, 2014).

**TABELA 21 - Ocupações das contraentes classificadas de acordo com a HISCO. Campinas (1890-1920)**

<b>Grandes Grupos (HISCO)</b>	<b>Brasileiras</b>	<b>%</b>	<b>Estrangeiras</b>	<b>%</b>	<b>Não declarada</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
0/1 – Profissionais técnicas e especializadas e outras trabalhadoras industriais	91	1,4%	5	0,1%	0	0,0%	96	0,9%
2 – Administradoras e profissionais de gerência	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
3 – Trabalhadoras de serviços administrativos	0	0,0%	1	0,0%	0	0,0%	1	0,0%
4 – Vendedoras	0	0,0%	1	0,0%	0	0,0%	1	0,0%
5 – Trabalhadoras dos serviços	729	11,0%	399	10,7%	5	9,4%	1133	10,9%
6 – Trabalhadoras agropecuárias, florestais, da caça e pesca	51	0,8%	418	11,2%	2	3,8%	471	4,5%
7 – Trabalhadoras da produção de bens, operadoras de equipamento de transporte e outras	55	0,8%	28	0,8%	0	0,0%	83	0,8%
8 - Trabalhadoras da produção de bens, operadoras de equipamento de transporte e outras	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
9 - Trabalhadoras da produção de bens, operadoras de equipamento de transporte e outras	9	0,1%	6	0,2%	0	0,0%	15	0,1%
Não declarado	5.671	85,8%	2.872	77,0%	46	86,8%	8.589	82,6%
Considerados como não ocupação	4	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	4	0,0%
<b>Total</b>	<b>6.610</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.730</b>	<b>100,0%</b>	<b>53</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.393</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de dados Eventos vitais: Campinas 1875 -1921.

Os registros civis também permitiram saber quais as nacionalidades estrangeiras em que eram mais numerosas em determinadas ocupações – segundo configuração proposta pela HISCO. Dentre os contraentes havia mais estrangeiros (italianos, portugueses, sírios, espanhóis e outros) do que brasileiros entre os vendedores (Grupo 4). O Almanaque de 1908 também apontou a presença de pelo menos 28 sírio-libaneses.

**TABELA 22** - Principais ocupações das contraentes em cada grande grupo  
Campinas (1890-1920)

<b>Grandes Grupos (HISCO)</b>	<b>Principais Ocupações</b>	<b>Brasileiras</b>	<b>Estrangeiras</b>
0/1 – Profissionais técnicas e especializadas e outras trabalhadoras industriais	Professora	74	4
	Professora Complementarista	8	1
	Professora Normalista	6	0
	Demais Profissões	3	0
	<b>Subtotal</b>	<b>91</b>	<b>5</b>
3 – Trabalhadoras dos serviços administrativos	Guarda Trem	0	1
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
4 – Vendedoras	Negociante	0	1
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
5 – Trabalhadoras dos serviços	Doméstica	495	295
	Serviços Domésticos	210	96
	Cozinheira(o)	14	2
	Demais Profissões	10	6
	<b>Subtotal</b>	<b>729</b>	<b>399</b>
6 – Trabalhadoras agropecuárias, florestais, da caça e pesca	Colona/colona agrícola	35	406
	Lavradora	8	10
	Empregada de fazenda	0	1
	Agricultora	2	0
	Demais Profissões	6	1
	<b>Subtotal</b>	<b>51</b>	<b>418</b>
7 – Trabalhadoras na produção de bens, equipamento de transporte e outras	Costureira	36	18
	Agricultora	11	9
	Engomadeira	7	0
	Chapeleira	1	0
	Parteira	0	1
	<b>Subtotal</b>	<b>55</b>	<b>28</b>
9 - Trabalhadoras na produção de bens, equipamento de transporte e outras	Empregada	9	0
	Trabalhadora	0	6
	<b>Subtotal</b>	<b>9</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>		<b>935</b>	<b>860</b>

**Fonte:**Bassanezi (Coord.) (2015).Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Também havia mais estrangeiros entre os trabalhadores agropecuários (com número de italianos superior ao de brasileiros e às demais nacionalidades, em que também estavam presentes espanhóis, portugueses, austríacos, alemães e outros) e entre os trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros (concentrados nos grupos 7 e 8 da HISCO) em que predominavam, dentre os estrangeiros: italianos, portugueses, espanhóis e alemães (Tabela 23).

**TABELA 23** - Principais nacionalidades dos noivos em cada grande grupo da HISCO  
Campinas (1890-1920)

<b>Nacionalidades</b>	<b>Grandes Grupos 0/1</b>
Brasileiros	307
Italianos	80
Portugueses	31
Alemães	14
Espanhóis	9
Demais Nacionalidades	27
<b>Subtotal</b>	<b>468</b>
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 2</b>
Brasileiros	49
Italianos	20
Portugueses	6
Demais Nacionalidades	8
<b>Subtotal</b>	<b>83</b>
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 3</b>
Brasileiros	576
Portugueses	76
Italianos	43
Espanhóis	23
Demais Nacionalidades	28
<b>Subtotal</b>	<b>746</b>
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 4</b>
Brasileiros	375
Italianos	218
Portugueses	203
Sírios	50
Espanhóis	21
Demais Nacionalidades	28
<b>Subtotal</b>	<b>895</b>
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 5</b>
Brasileiros	119
Italianos	28
Espanhóis	14
Portugueses	13
Demais Nacionalidades	7
<b>Subtotal</b>	<b>181</b>
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 6</b>
Italianos	1.355
Brasileiros	1.292
Espanhóis	110
Portugueses	87
Austríacos	44
Alemães	39
Demais Nacionalidades	41
<b>Subtotal</b>	<b>2.968</b>
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 7</b>
Brasileiros	165
Italianos	123
Portugueses	39
Espanhóis	31
Demais Nacionalidades	33
<b>Subtotal</b>	<b>391</b>
	<i>(Continua)</i>

<i>(Continuação)</i>	
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 8</b>
Brasileiros	319
Italianos	207
Portugueses	79
Espanhóis	27
Alemães	18
Demais Nacionalidades	43
<b>Subtotal</b>	<b>693</b>
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 9</b>
Brasileiros	1.414
Portugueses	435
Italianos	415
Espanhóis	131
Demais Nacionalidades	59
<b>Subtotal</b>	<b>2.454</b>
<b>Total</b>	<b>8.879</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Entre as trabalhadoras agropecuárias havia principalmente italianas (Grupo 6 da HISCO). Para os demais grupos, as brasileiras eram mais numerosas – com exceção dos grupos 3 e 4, em que as únicas trabalhadoras eram estrangeiras (Tabela 24).

**TABELA 24** - Principais nacionalidades das noivas em cada grande grupo da HISCO  
Campinas (1890-1920)

<b>Nacionalidades</b>	<b>Grandes Grupos 0/1</b>
Brasileiras	91
Italianas	2
Demais Nacionalidades	3
<b>Subtotal</b>	<b>96</b>
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 3</b>
Italianas	1
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 4</b>
Portuguesa	1
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 5</b>
Brasileiras	729
Italianas	206
Portuguesas	87
Espanholas	48
Demais Nacionalidades	63
<b>Subtotal</b>	<b>1.133</b>
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 6</b>
Italianas	384
Brasileiras	51
Austríacas	11
Demais Nacionalidades	25

*(Continua)*

<i>(Continuação)</i>	
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 7</b>
Brasileiras	55
Italianas	15
Espanholas	5
Demais Nacionalidades	8
<b>Subtotal</b>	<b>83</b>
<b>Nacionalidades</b>	<b>Grande Grupo 9</b>
Brasileiras	9
Portuguesas	2
Espanholas	2
Italianas	2
<b>Subtotal</b>	<b>15</b>
<b>Total</b>	<b>1.800</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Como abordado exaustivamente, acredita-se que exista ainda dentre os brasileiros muitos filhos de estrangeiros nascidos no Brasil – o que denota a importância na economia e demografia de Campinas ao longo destes 30 anos não apenas dos imigrantes aqui chegados, mas também de seus descendentes. Tendo acesso, nos registros civis de casamento, ao nome e sobrenome dos contraentes, foram selecionados os noivos brasileiros com sobrenomes estrangeiros passíveis de serem identificados de acordo com sua origem – principalmente se italiana ou germânica (alemã, austríaca e suíça - alemã).

Este exercício – já aplicado para identificar os trabalhadores e donos de estabelecimentos comerciais e industriais contabilizados pelos Almanques de Campinas – permitiu identificar descendentes de estrangeiros principalmente de italianos, alemães, europeus do leste e sírios. Vale lembrar que aqueles de origem portuguesa e espanhola não são identificados com precisão, dado que os sobrenomes podem ser muito parecidos com nomes de nativos brasileiros. O que não quer dizer que não estivessem presentes, mas ficaram de fora deste exercício a menos que no registro de casamento estivesse colocada a nacionalidade de seus pais. Mesmo não sendo uma amostra representativa ela revela a tendência seguida, no que tange à ocupação, dos noivos brasileiros de descendência estrangeira.

Assim, dentre os noivos brasileiros que se casaram em Campinas dentro do período analisado, pelo menos 1.309 puderam ser identificados como brasileiros de origem estrangeira: cerca de 25% de todos os brasileiros que se casaram no município entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Destes, a maioria tinha (passível de identificação) origem italiana ou germânica. Entre aqueles de possível

origem germânica (395 noivos), 31,6% estavam entre os trabalhadores agropecuários e outros 33,7% entre os trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros (nos grupos 7,8 e 9 da HISCO). Também possuíam destaque os trabalhadores dos serviços administrativos e vendedores.

Os sobrenomes também permitiram identificar pelo menos 789 brasileiros de origem italiana e 125 de origens estrangeiras diversificadas. Dentre os prováveis descendentes de italianos, 49% estavam entre os trabalhadores agropecuários, seguindo as preferências ocupacionais de muitos de seus pais ou avós. Outros 33,7% estavam entre os trabalhadores da indústria e transportes. Por fim, dentre aqueles de demais origens estrangeiras, notou-se a predominância entre os trabalhadores agropecuários, entre os trabalhadores da indústria e manufatura e entre os trabalhadores dos serviços administrativos, como mostram os dados da Tabela 25:

**TABELA 25-** Noivos brasileiros de possíveis origens estrangeiras - Campinas 1890-1920

HISCO	Origem						Total	%
	Germânica	%	Italiana	%	Demais nacionalidades	%		
0/1 – Profissionais técnicos e especializadas e outras trabalhadoras industriais	24	6,1%	28	3,5%	7	5,6%	59	4,5%
2 – Administradores e profissionais de gerência	2	0,5%	4	0,5%	3	2,4%	9	0,7%
3 – Trabalhadores de serviços administrativos	45	11,4%	21	2,7%	21	16,8%	87	6,6%
4 – Vendedores	33	8,4%	58	7,4%	9	7,2%	100	7,6%
5 – Trabalhadores dos serviços	2	0,5%	13	1,6%	3	2,4%	18	1,4%
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	125	31,6%	387	49,0%	34	27,2%	546	41,7%
7 – Trabalhadores da produção de bens, equipamentos de transporte e outros	32	8,1%	40	5,1%	5	4,0%	77	5,9%
8 - Trabalhadores da produção de bens, equipamentos de transporte e outros	64	16,2%	66	8,4%	11	8,8%	141	10,8%
9 - Trabalhadores da produção de bens, equipamentos de transporte e outros	37	9,4%	160	20,3%	18	14,4%	215	16,4%
Considerados como não ocupação	2	0,5%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,2%
Ocupação não declarada	29	7,3%	12	1,5%	14	11,2%	55	4,2%
<b>Total</b>	<b>395</b>	<b>100,0%</b>	<b>789</b>	<b>100,0%</b>	<b>125</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.309</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Como já salientado, dos 20.597 noivos e noivas que se casaram em Campinas dentre o período analisado, mais de 94% teve como local de residência declarado os Distritos de Santa Cruz e Conceição – sendo impossível com a documentação disponível até o momento, delimitar em quais bairros, regiões rurais ou urbanas residiam. Apesar disso, considerou-se oportuno verificar se existiu algum padrão diferenciado de ocupações de acordo com o local de residência (Distrito de Conceição e Santa Cruz) dos cônjuges homens. O que se pode observar é que havia proporcionalmente mais noivos cujas ocupações estavam centradas nas atividades técnicas/especializadas, de administração e gerência, aos serviços administrativos e nas ocupações em vendas residindo dentro do perímetro do distrito de Conceição, do que no Distrito de Santa Cruz (Gráfico 6). Em sua maioria, eram brasileiros e italianos, mas também havia portugueses, alemães e austríacos (Tabela 26).

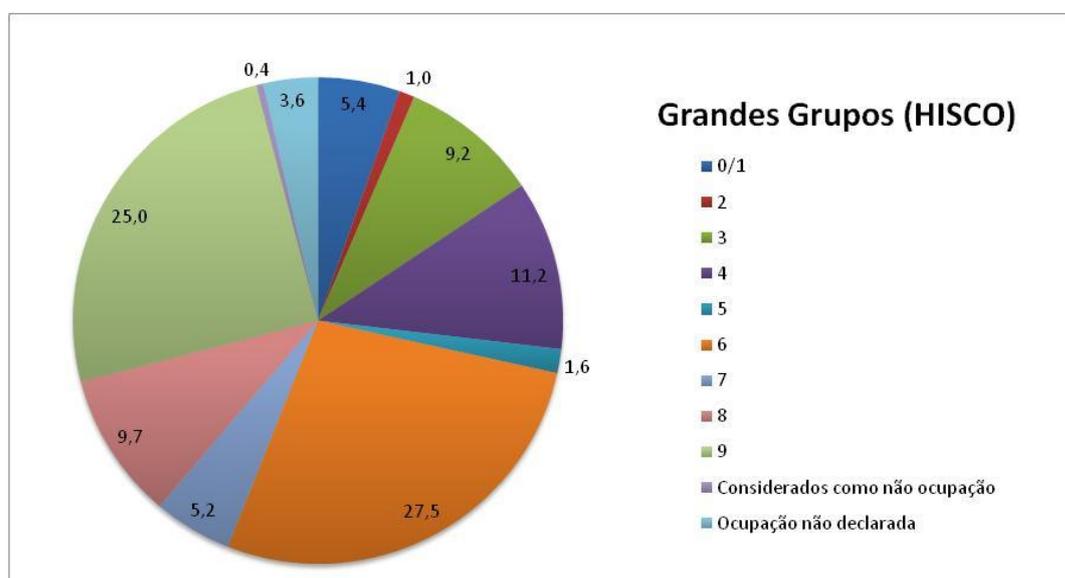
**TABELA 26** - Ocupação e nacionalidade segundo local de residência dos contraentes - Distrito de Conceição, Campinas (1890-1920)

HISCO	Brasileiros	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Alemães	Austríacos	Demais Nacionalidades	Não declarada	Total
0/1 – Profissionais técnicos e especializados e outros trabalhadores industriais	138	56	21	4	8	3	13	1	244
2 – Administradores e profissionais de gerência	24	13	3	0	1	2	3	0	46
3 – Trabalhadores dos serviços administrativos	325	22	41	13	4	5	5	1	416
4 – Vendedores	197	124	126	11	1	0	48	0	507
5 – Trabalhadores dos serviços	43	18	3	5	0	0	2	1	72
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	551	542	43	42	25	20	18	2	1243
7 – Trabalhadores da produção de bens, equipamentos de transporte e outros	96	83	19	14	8	7	7	0	234
8 – Trabalhadores	206	125	47	15	15	11	21	0	440

da produção de bens, equipamentos de transporte e outros									
9 - Trabalhadores da produção de bens, equipamentos de transporte e outros	617	203	223	52	9	11	12	1	1128
Considerados como não ocupação	17	0	3	0	0	0	0	0	20
Ocupação não declarada	74	50	26	6	1	2	4	0	163
<b>Total</b>	<b>2.288</b>	<b>1.236</b>	<b>555</b>	<b>162</b>	<b>72</b>	<b>61</b>	<b>133</b>	<b>6</b>	<b>4.513</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

**GRÁFICO 6 - Ocupação e Nacionalidade segundo local de residência dos contraentes - Distrito de Conceição, Campinas (1890-1920)**



Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

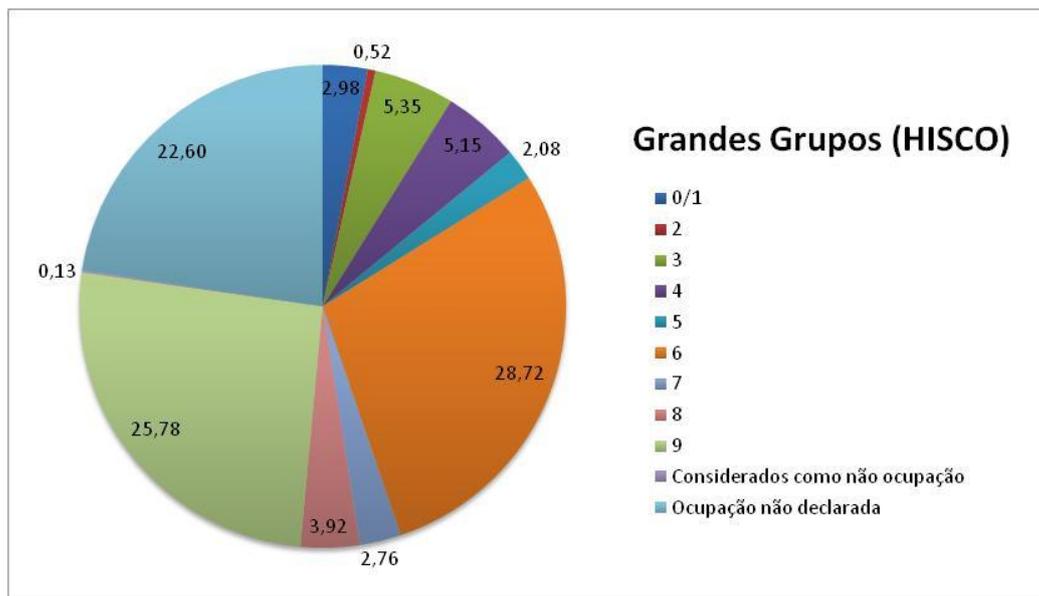
No Distrito de Santa Cruz, por sua vez, proporcionalmente, residia a maioria dos contraentes cujas ocupações englobavam o setor de serviços e o setor agrícola (Gráfico 7). Um bom indicativo de que a maior área rural de Campinas estivesse justamente nos perímetros deste distrito. Mais uma vez, eram mais numerosos brasileiros e italianos e, em comparação aos residentes nos distritos de Conceição, havia mais espanhóis residindo em Santa Cruz (Tabela 27).

**TABELA 27 - Ocupação e nacionalidade segundo local de residência - Distrito de Santa Cruz, Campinas (1890-1920)**

HISCO	Brasileiros	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Alemães	Austríacos	Demais Nacionalidades	Não declarada	Total
0/1 – Profissionais técnicos especializados e outros trabalhadores industriais	94	18	8	3	3	0	7	0	133
2 – Administradores e profissionais de gerência	18	4	1	0	0	0	0	0	23
3 – Trabalhadores dos serviços administrativos	182	15	24	10	1	1	5	1	239
4 – Vendedores	101	66	39	10	2	0	12	0	230
5 – Trabalhadores dos serviços	67	9	6	8	0	0	3	0	93
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	525	636	37	56	5	16	7	0	1282
7 – Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros	57	28	17	14	3	3	1	0	123
8 – Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros	76	53	27	11	1	2	4	1	175
9 – Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros	688	181	192	69	1	5	12	3	1151
Considerados como não ocupação	2	0	3	1	0	0	0	0	6
Ocupação não declarada	511	349	70	30	14	11	12	12	1009
<b>Total</b>	<b>2.321</b>	<b>1359</b>	<b>424</b>	<b>212</b>	<b>30</b>	<b>38</b>	<b>63</b>	<b>17</b>	<b>4.464</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

**GRÁFICO 7** - Ocupação e nacionalidade segundo local de residência dos contraentes - Distrito de Santa Cruz, Campinas (1890-1920)



Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Com relação aos trabalhadores da indústria e operadores de equipamentos de transporte, quando considerados em conjunto os grupos 7,8 e 9 da HISCO, também é visto que a proporção dos que residiam no distrito de Conceição era maior que entre os que residiam no distrito de Santa Cruz.

Como dito anteriormente, ainda que seja difícil dimensionar os territórios pertencentes a cada um destes distritos, as informações mostram que, dentre as ocupações dos contraentes que se casam em Campinas ao longo de todo período, a expressiva proporção de ocupações cujo caráter é predominantemente urbano tende a revelar a importância da concentração populacional urbana ao longo do período. O recenseamento de 1918, realizado em Campinas, mostrou que a população urbana em Campinas<sup>27</sup> era correspondente a 55,9% da população total, e estava concentrada nos distritos de Santa Cruz e Conceição (Tabela 28).

<sup>27</sup> Entendemos neste recenseamento, que Campinas correspondia aos distritos de Santa Cruz e Conceição, já que as informações estão desmembradas para os demais distritos.

**TABELA 28** - População rural e urbana em Campinas em 1918

<b>Distritos</b>	<b>População Urbana</b>	<b>% em relação a população total</b>	<b>População Rural</b>	<b>% em relação a população total</b>	<b>População Total</b>
Campinas	41.004	55,9%	32.291	44,1%	73.295
Souzas	749	7,6%	9.045	92,4%	9.794
Vila Americana	2.211	32,8%	4.525	67,2%	6.736
Cosmópolis	822	15,9%	4.282	82,9%	5.164
Valinhos	800	14,6%	4.684	85,4%	5.484
Rebouças (Sumaré)	422	9,0%	4.265	91,0%	4.687
<b>Total</b>	<b>46.068</b>	<b>43,8%</b>	<b>59.092</b>	<b>56,2%</b>	<b>105.160</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas (1918).

Ainda segundo este recenseamento os estrangeiros representavam cerca de 23% da população total de Campinas, 20% da população urbana e 25% da população rural (SEMEGHINI, 1991, p. 35).

O Censo de 1920, em consonância, mostrou que a maior parte da população campineira estava de fato, concentrada nos distritos de Santa Cruz e Conceição (Tabela 29).

**TABELA 29** - População segundo censo de 1920

<b>Distritos</b>	<b>População Total</b>	<b>% de distribuição populacional segundo distritos</b>
Santa Cruz	39.908	34,5%
Conceição	38.897	33,6%
Americana	9.083	7,9%
Cosmópolis	5.707	4,9%
Valinhos	6.140	5,3%
Rebouças	5.964	5,2%
Souzas	9.903	8,6%
<b>Total</b>	<b>115.602</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Brasil (1930). Recenseamento de 1920.

Como o de Censo 1920 não distribuiu a população por municípios de acordo com o rural e urbano, optou-se por visualizar essas informações no Censo Regional de 1934. De acordo com este censo, a população de Campinas<sup>28</sup> era de 132.829, e 52% residia especificamente em áreas urbanas (Tabela 30).

<sup>28</sup> Lembrando que o município de Americana desmembra-se de Campinas em 1924.

**TABELA 30** - Distribuição da população em Campinas segundo nacionalidade e local de residência em 1934

Nacionalidade	População Urbana	% em relação a população total	População Rural	% em relação a população total	Total
Brasileira	60.108	51,7%	56.103	48,3%	116.211
Estrangeira	8.894	53,7%	7.655	46,3%	16.549
Não declarada	8	11,6%	61	88,4%	69
<b>Total</b>	<b>69.010</b>	<b>52,0%</b>	<b>63.819</b>	<b>48,0%</b>	<b>132.829</b>

Fonte: Bassanezi e Francisco (2002). Censo 1934.

Dentre os estrangeiros, 12% da população total do município, a maioria estava concentrada nas áreas urbanas, com exceção dos italianos (que eram, até 1920, os principais trabalhadores das zonas agrícolas e da lavoura do município). Merecem destaque, nas áreas urbanas, espanhóis, portugueses e alemães (Tabela 31). Essas informações sobre a distribuição populacional de Campinas (sobretudo estrangeira) que mostra a concentração de alguns desses grupos nas zonas urbanas do município em 1934 permite inferir que o crescimento e ocupação das zonas urbanas pelos estrangeiros em determinadas áreas é resultado do processo de concentração urbana iniciado no começo do século XX e intensificado ao longo de duas décadas, como mostram os dados até então explorados.

**TABELA 31** – População estrangeira, rural e urbana - Campinas, 1934

Nacionalidades	Rural	Urbana	Total
Italianos	4.775	4.152	8.927
Espanhóis	556	896	1.452
Portugueses	1.069	2.403	3.472
Alemães	213	237	450
Sírios	124	329	453
Demais Nacionalidades	918	877	1.795
<b>Total</b>	<b>7.655</b>	<b>8.894</b>	<b>16.549</b>

Fonte: Bassanezi e Francisco (2002). Censo 1934.

Por fim, julgou-se oportuno verificar, de acordo com os grupos ocupacionais e principais nacionalidades dos contraentes, o grau de alfabetização dos noivos. Dentre os contraentes cuja ocupação foi declarada no momento do casamento, a maioria dos noivos era considerada como alfabetizada. Apenas os trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte relacionados no Grupo 9 da HISCO, trabalhadores agropecuários e trabalhadores dos serviços tiveram grau de alfabetização inferior a 90% (entre os trabalhadores agropecuários e do grupo 9 66,6% e 69% respectivamente). Entre os trabalhadores elencados nos setores de serviços, o grau de alfabetização foi de 83,1% (Tabela 32).

**TABELA 32 - Alfabetização dos contraentes de acordo com ocupação - Campinas 1890 a 1920**

HISCO	Noivos analfabetos		Apenas o noivo alfabetizado		Noivo e Noiva alfabetizados		Apenas a noiva alfabetizada		Não declarada		Total	
0/1 – Profissionais técnicos e especializados e outros trabalhadores industriais	8	1,8%	48	10,8%	380	85,4%	8	1,8%	1	0,2%	445	100,0%
2 – Administradores e profissionais de gerência	2	2,6%	16	21,1%	58	76,3%	0	0,0%	0	0,0%	76	100,0%
3 – Trabalhadores de serviços administrativos	21	2,9%	91	12,6%	598	82,8%	9	1,2%	3	0,4%	722	100,0%
4 – Vendedores	45	5,3%	106	12,5%	675	79,8%	20	2,4%	0	0,0%	846	100,0%
5 – Trabalhadores dos serviços	16	9,0%	37	20,9%	110	62,1%	14	7,9%	0	0,0%	177	100,0%
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	828	28,6%	1213	41,9%	713	24,7%	137	4,7%	1	0,0%	2892	100,0%
7 – Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros	10	2,7%	66	18,0%	279	76,0%	10	2,7%	2	0,5%	367	100,0%
8 - Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros	30	4,6%	145	22,2%	456	69,7%	20	3,1%	3	0,5%	654	100,0%
9 - Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros	550	23,4%	621	26,4%	1002	42,6%	179	7,6%	1	0,0%	2353	100,0%
Considerados como não ocupação	1	3,3%	2	6,7%	25	83,3%	2	6,7%	0	0,0%	30	100,0%
Ocupação não declarada	371	30,7%	310	25,7%	436	36,1%	78	6,5%	13	1,1%	1208	100,0%
<b>Total</b>	<b>1.882</b>	<b>19,3%</b>	<b>2.655</b>	<b>27,2%</b>	<b>4.732</b>	<b>48,4%</b>	<b>477</b>	<b>4,9%</b>	<b>24</b>	<b>0,2%</b>	<b>9.770</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Como já salientado a instrução aqui está relacionada apenas ao fato de os cônjuges assinarem ou não o registro de seu casamento. Os que assinaram foram contabilizados como alfabetizados e os que tiveram uma assinatura “a rogo” foram considerados analfabetos.

Dentre os brasileiros, a proporção de alfabetizados segundo o grupo ocupacional variou entre 97,5% (dentre os trabalhadores vendedores) e 67% (trabalhadores industriais e dos transportes elencados no grupo 9 da HISCO). Os portugueses mais alfabetizados por sua vez estavam entre os profissionais técnicos e especializados, trabalhadores dos serviços administrativos, vendedores, trabalhadores industriais (elencados no grupo 8 da HISCO) e administradores e profissionais de gerência. Os menos alfabetizados, dentre os de origem lusa, eram os trabalhadores agropecuários e agrícolas (Grupo 6).

Espanhóis e austríacos possuíam porcentagens de alfabetizados semelhantes de acordo com as ocupações que exerciam. Todos os profissionais técnicos e especializados e trabalhadores dos serviços oriundos dessas nacionalidades eram alfabetizados e porcentagem entre trabalhadores de serviços administrativos estava em torno de 80%. Havia algumas diferenças, por sua vez, entre os trabalhadores da indústria e transporte e trabalhadores agropecuários: proporcionalmente, os austríacos eram mais alfabetizados que os espanhóis.

Italianos – os mais numerosos dentre os estrangeiros em diversos grupos ocupacionais – apresentavam uma porcentagem de alfabetização mais baixa (64,7%) entre os trabalhadores agropecuários, o que era de se esperar. Contudo, eram tão alfabetizados quanto os demais estrangeiros dentre administradores e profissionais de gerência e entre profissionais técnicos e especializados. Dentre os trabalhadores da indústria, eram proporcionalmente alfabetizados – com grau de alfabetização entre 72,6% no grupo 9 da HISCO e 93,7% no grupo 7.

Por fim, todos os alemães presentes nos grupos 2,3,4,7, 8 e 9 da HISCO eram alfabetizados. Dentre aqueles com proporção de alfabetizados mais baixa, estavam principalmente profissionais técnicos especializados (90,9%) e trabalhadores agropecuários (78,9%) (Tabela 33).

**TABELA 33 - Alfabetização dos noivos considerando nacionalidade e ocupação  
Campinas 1890-1920**

HISCO	Nacionalidades	Noivos analfabetos		Apenas o noivo alfabetizado		Noivo e Noiva alfabetizados		Apenas a noiva alfabetizada		Não declarada		Total	
0/1 – Profissionais técnicos especializados e outros trabalhadores industriais	Brasileiros	8	2,7%	17	5,7%	270	90,3%	3	1,0%	1	0,3%	299	100,0%
	Portugueses	0	0,0%	8	26,7%	21	70,0%	1	3,3%	0	0,0%	30	100,0%
	Espanhóis	0	0,0%	1	11,1%	8	88,9%	0	0,0%	0	0,0%	9	100,0%
	Alemães	0	0,0%	0	0,0%	10	90,9%	1	9,1%	0	0,0%	11	100,0%
	Italianos	0	0,0%	18	24,0%	54	72,0%	3	4,0%	0	0,0%	75	100,0%
	Austríacos	0	0,0%	2	50,0%	2	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
	Demais	0	0,0%	2	11,8%	15	88,2%	0	0,0%	0	0,0%	17	100,0%
	Nacionalidades												
<b>Subtotal</b>		<b>8</b>	<b>1,8%</b>	<b>48</b>	<b>10,8%</b>	<b>380</b>	<b>85,4%</b>	<b>8</b>	<b>1,8%</b>	<b>1</b>	<b>0,2%</b>	<b>445</b>	<b>100,0%</b>
2 – Administradores e profissionais de gerência	Brasileiros	2	4,3%	7	15,2%	37	80,4%	0	0,0%	0	0,0%	46	100,0%
	Portugueses	0	0,0%	1	16,7%	5	83,3%	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
	Alemães	0	0,0%	1	100,0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
	Italianos	0	0,0%	7	%	10	58,8%	0	0,0%	0	0,0%	17	100,0%
	Austríacos	0	0,0%	0	41,2%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
	Demais	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
	Nacionalidades				0,0%								
<b>Subtotal</b>		<b>2</b>	<b>2,6%</b>	<b>16</b>	<b>21,1%</b>	<b>58</b>	<b>76,3%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>76</b>	<b>100,0%</b>
3 – Trabalhadores dos serviços administrativos	Brasileiros	13	2,3%	44	7,8%	499	88,3%	6	1,1%	3	0,5%	565	100,0%
	Portugueses	3	4,3%	24	34,8%	42	60,9%	0	0,0%	0	0,0%	69	100,0%
	Espanhóis	2	9,1%	9	40,9%	10	45,5%	1	4,5%	0	0,0%	22	100,0%
	Alemães	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
	Italianos	3	7,1%	13	31,0%	25	59,5%	1	2,4%	0	0,0%	42	100,0%
	Austríacos	0	0,0%	0	0,0%	6	85,7%	1	14,3%	0	0,0%	7	100,0%
	Demais	0	0,0%	1	7,7%	12	92,3%	0	0,0%	0	0,0%	13	100,0%
Nacionalidades													100,0%
<b>Subtotal</b>		<b>21</b>	<b>2,9%</b>	<b>91</b>	<b>12,6%</b>	<b>598</b>	<b>82,8%</b>	<b>9</b>	<b>1,2%</b>	<b>3</b>	<b>0,4%</b>	<b>722</b>	<b>100,0%</b>
4 – Vendedores	Brasileiros	6	1,6%	30	8,2%	327	89,3%	3	0,8%	0	0,0%	366	100,0%
	Portugueses	6	3,2%	28	14,9%	152	80,9%	2	1,1%	0	0,0%	188	100,0%
	Espanhóis	1	5,0%	1	5,0%	17	85,0%	1	5,0%	0	0,0%	20	100,0%
	Alemães	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
	Italianos	14	6,9%	37	18,3%	143	70,8%	8	4,0%	0	0,0%	202	100,0%
	Demais	18	26,9%	10	14,9%	33	49,3%	6	9,0%	0	0,0%	67	100,0%
	Nacionalidades												
<b>Subtotal</b>		<b>45</b>	<b>5,3%</b>	<b>106</b>	<b>12,5%</b>	<b>675</b>	<b>79,8%</b>	<b>20</b>	<b>2,4%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>846</b>	<b>100,0%</b>
5 – Trabalhadores dos serviços	Brasileiros	15	12,9%	25	21,6%	65	56,0%	11	9,5%	0	0,0%	116	100,0%
	Portugueses	0	0,0%	4	30,8%	7	53,8%	2	15,4%	0	0,0%	13	100,0%
	Espanhóis	0	0,0%	5	35,7%	9	64,3%	0	0,0%	0	0,0%	14	100,0%
	Italianos	0	0,0%	2	7,4%	24	88,9%	1	3,7%	0	0,0%	27	100,0%
	Austríacos	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
	Demais	1	20,0%	1	20,0%	3	60,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%
	Nacionalidades	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%			0	0,0%	1	100,0%
Não declarada													100,0%
<b>Subtotal</b>		<b>16</b>	<b>9,0%</b>	<b>37</b>	<b>20,9%</b>	<b>110</b>	<b>62,1%</b>	<b>14</b>	<b>7,9%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>177</b>	<b>100,0%</b>
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	Brasileiros	347	27,9%	414	33,3%	435	35,0%	47	3,8%	1	0,1%	1244	100,0%
	Portugueses	25	31,3%	29	36,3%	21	26,3%	5	6,3%	0	0,0%	80	100,0%
	Espanhóis	39	35,8%	59	54,1%	8	7,3%	3	2,8%	0	0,0%	109	100,0%
	Alemães	8	21,1%	16	42,1%	14	36,8%	0	0,0%	0	0,0%	38	100,0%
	Italianos	393	29,3%	658	49,1%	209	15,6%	80	6,0%	0	0,0%	1.340	100,0%
	Austríacos	10	23,3%	27	62,8%	4	9,3%	2	4,7%	0	0,0%	43	100,0%
	Demais	5	15,6%	9	28,1%	18	56,3%	0	0,0%	0	0,0%	32	100,0%
	Nacionalidades	1	16,7%	1	16,7%	4	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
Não declarada													100,0%
<b>Subtotal</b>		<b>828</b>	<b>28,6%</b>	<b>1.213</b>	<b>41,9%</b>	<b>713</b>	<b>24,7%</b>	<b>137</b>	<b>4,7%</b>	<b>1</b>	<b>0,0%</b>	<b>2.892</b>	<b>100,0%</b>

7 – Trabalhadores da produção de bens, equipamentos de transporte e outros	Brasileiros	3	1,9%	25	15,5%	130	80,7%	1	0,6%	2	1,2%	161	100,0%
	Portugueses	3	8,1%	6	16,2%	24	64,9%	4	10,8%	0	0,0%	37	100,0%
	Espanhóis	1	3,6%	9	32,1%	17	60,7%	1	3,6%	0	0,0%	28	100,0%
	Alemães	0	0,0%	2	18,2%	9	81,8%	0	0,0%	0	0,0%	11	100,0%
	Italianos	3	2,7%	20	18,0%	84	75,7%	4	3,6%	0	0,0%	111	100,0%
	Austríacos	0	0,0%	3	27,3%	8	72,7%	0	0,0%	0	0,0%	11	100,0%
	Demais	0	0,0%	1	14,3%	6	85,7%	0	0,0%	0	0,0%	7	100,0%
	Nacionalidades Não declarada	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
	<b>Subtotal</b>	<b>10</b>	<b>2,7%</b>	<b>66</b>	<b>18,0%</b>	<b>279</b>	<b>76,0%</b>	<b>10</b>	<b>2,7%</b>	<b>2</b>	<b>0,5%</b>	<b>367</b>	<b>100,0%</b>
8 - Trabalhadores da produção de bens, equipamentos de transporte e outros	Brasileiros	11	3,6%	45	14,6%	241	78,2%	8	2,6%	3	1,0%	308	100,0%
	Portugueses	1	1,4%	28	38,9%	40	55,6%	3	4,2%	0	0,0%	72	100,0%
	Espanhóis	2	8,0%	12	48,0%	10	40,0%	1	4,0%	0	0,0%	25	100,0%
	Alemães	0	0,0%	3	18,8%	13	81,3%	0	0,0%	0	0,0%	16	100,0%
	Italianos	14	7,2%	50	25,8%	125	64,4%	5	2,6%	0	0,0%	194	100,0%
	Austríacos	1	8,3%	3	25,0%	6	50,0%	2	16,7%	0	0,0%	12	100,0%
	Demais	1	3,8%	4	15,4%	20	76,9%	1	3,8%	0	0,0%	26	100,0%
	Nacionalidades Não declarada	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
	<b>Subtotal</b>	<b>30</b>	<b>4,6%</b>	<b>145</b>	<b>22,2%</b>	<b>456</b>	<b>69,7%</b>	<b>20</b>	<b>3,1%</b>	<b>3</b>	<b>0,5%</b>	<b>654</b>	<b>100,0%</b>
9 - Trabalhadores da produção de bens, equipamentos de transporte e outros	Brasileiros	356	25,9%	275	20,0%	648	47,1%	97	7,0%	1	0,1%	1.377	100,0%
	Portugueses	93	23,2%	123	30,7%	149	37,2%	36	9,0%	0	0,0%	401	100,0%
	Espanhóis	27	22,3%	53	43,8%	33	27,3%	8	6,6%	0	0,0%	121	100,0%
	Alemães	0	0,0%	1	11,1%	8	88,9%	0	0,0%	0	0,0%	9	100,0%
	Italianos	71	17,8%	153	38,4%	136	34,2%	38	9,5%	0	0,0%	398	100,0%
	Austríacos	1	5,9%	8	47,1%	8	47,1%	0	0,0%	0	0,0%	17	100,0%
	Não declarada	2	50,0%	1	25,0%	1	25,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
	Demais	0	0,0%	7	26,9%	19	73,1%	0	0,0%	0	0,0%	26	100,0%
	<b>Subtotal</b>	<b>550</b>	<b>23,4%</b>	<b>621</b>	<b>26,4%</b>	<b>1.002</b>	<b>42,6%</b>	<b>179</b>	<b>7,6%</b>	<b>1</b>	<b>0,0%</b>	<b>2.353</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

As informações sobre as ocupações e nacionalidades dos contraentes que se casaram em Campinas entre 1890 e 1920, comparadas com as demais fontes disponíveis (estatísticas, censos, almanaques) que englobam o município de Campinas mostraram que a participação estrangeira no mercado de trabalho, de maneira geral, foi bastante diversificada entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, acompanhando o desenvolvimento econômico nos setores rurais e urbanos no município no período. Muito embora fosse difícil separar proprietários e trabalhadores pelos registros civis de casamento nas áreas rurais, as estatísticas agrícolas e zootécnicas mostraram que uma parcela desses estrangeiros tornou-se pequenos proprietários de terra em cultivos diversificados.

As informações sobre a presença de estrangeiros atuantes como trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros (correspondentes aos grupos 7,8 e 9 da HISCO) revela a importância de sua participação na indústria e manufatura em Campinas no período analisado. As indústrias e manufaturas campineiras, concentradas na fabricação de bens de consumo, gêneros alimentícios, manutenção de ferrovias e em menor escala, ao longo do tempo, no setor metal-

mecânico, empregaram cerca de 33% de todos os estrangeiros que se casaram em Campinas entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Entre estes estrangeiros, estão muitos daqueles empregados nos setores de transporte: na estrada de ferro das companhias Paulista e Mogiana - a maior parte destes trabalhadores residentes nas áreas urbanas do município.

Com relação à alfabetização dos noivos, observa-se elevada proporção dos que assinaram o registro de seu casamento, sobretudo daqueles em exercício de atividades ocupacionais tipicamente urbanas, administrativas e industriais.

### **3.3 Permanências e mudanças entre 1890 e 1920**

Com objetivo de verificar o que aconteceu com a relação entre nacionalidade e ocupação no decorrer do tempo, as permanências e mudanças, optou-se por analisar as informações, dividindo-as em três períodos: de 1890 a 1899, 1900 a 1909 e 1910 a 1920. Estes períodos correspondem, grosso modo e respectivamente: 1. Ao momento de grande entrada de estrangeiros no estado de São Paulo e, conseqüentemente em Campinas e aos surtos epidêmicos de febre amarela no município; 2. Ao declínio da imigração italiana e de portugueses e espanhóis (em menor escala de imigrantes do leste europeu), subsidiada e espontânea e também à entrada de imigrantes italianos de forma espontânea, oriundos não só do norte da Itália, mas também do sul da península majoritariamente; 3. Ao momento que congrega a Primeira Guerra Mundial, o declínio da imigração internacional, a chegada de um maior número de migrantes brasileiros vindos de outras regiões do país (em especial do nordeste), a maior participação dos filhos de estrangeiros chegados crianças e nascidos no Brasil no mercado de trabalho e de casamento, ao aumento a concentração urbana da população e de um maior desenvolvimento e crescimento urbano, econômico e populacional na cidade.

Como visto anteriormente, existe uma discrepância no levantamento das informações sobre ocupação referente a homens e mulheres, e por isso optou-se por analisar a relação entre ocupação e nacionalidade apenas dos noivos ao longo daqueles três períodos. De pronto o que se observa é o expressivo aumento de brasileiros nos diferentes grupos ocupacionais no decorrer do tempo, mas principalmente na última década analisada. Isto se deve ao declínio do fluxo imigratório de um lado e de outro à entrada no mercado de casamento e no mercado de trabalho dos filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, considerados, portanto, brasileiros. E em menor escala, também, à

migração interna de brasileiros de outras cidades ou estados do país. Outro aspecto a considerar ainda é que com o decorrer do tempo diminui consideravelmente o número de registros de casamento que não anotam a ocupação do noivo, o que significa uma melhor cobertura desta variável nos registros. Dentre aqueles contraentes cuja ocupação não foi declarada no momento do casamento, os portugueses no último período permanecem com a maior porcentagem no que diz respeito a não declaração da ocupação, seguidos pelos brasileiros (Tabela 34).

**TABELA 34** - Nacionalidade dos noivos cuja ocupação não foi declarada no momento de seu casamento Campinas 1890-1920

Principais Nacionalidades	1890-1899		1900-1909		1910-1920		Total
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números absolutos
Brasileiros	522	81,2%	86	13,4%	35	5,4%	643
Portugueses	68	65,4%	26	25,0%	10	9,6%	104
Espanhóis	28	75,7%	8	21,6%	1	2,7%	37
Alemães	17	94,4%	1	5,6%	0	0,0%	18
Italianos	352	82,6%	55	12,9%	19	4,5%	426
Demais	30	73,2%	9	22,0%	2	4,9%	41
Nacionalidades Não declarada	22	95,7%	1	4,3%	0	0,0%	23
<b>Total</b>	<b>1.039</b>	<b>80,4%</b>	<b>186</b>	<b>14,4%</b>	<b>67</b>	<b>5,2%</b>	<b>1.292</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Entre os profissionais técnicos e especializados e outros trabalhadores industriais (Grupo 0/1 da HISCO), observa-se o aumento proporcional na participação de brasileiros, em detrimento da participação de estrangeiros: os brasileiros passam de 41,2% de profissionais nesta área, em 1890, para mais de 80% do total de trabalhadores desempenhando estas atividades em 1920 (Tabela 35). Deste comportamento, levantam-se duas das hipóteses anteriormente citadas: primeiro, da queda dos fluxos migratórios entre as décadas de 1900 e 1909 – quando comparada à intensidade dos fluxos na década de 1890 – e segundo, de que dentre os brasileiros pode haver, como já dito, muito filhos de estrangeiros nascidos no Brasil. Estas hipóteses são válidas, de maneira geral, também para a diminuição da presença de estrangeiros em outros grupos ocupacionais: principalmente entre administradores e profissionais de gerência (Grupo 2) e entre trabalhadores dos serviços administrativos (Grupo 3), como mostram as tabelas 36 e 37, respectivamente.

**TABELA 35** - Principais nacionalidades entre profissionais técnicos e especializados e outros trabalhadores industriais

Principais Nacionalidades	1890-1899		1900-1909		1910-1920		Total
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos
Brasileiros	49	41,2%	100	64,9%	158	81,0%	307
Portugueses	17	14,3%	6	3,9%	8	4,1%	31
Espanhóis	4	3,4%	3	1,9%	2	1,0%	9
Alemães	6	5,0%	3	1,9%	5	2,6%	14
Italianos	28	23,5%	37	24,0%	15	7,7%	80
Demais	14	11,8%	5	3,2%	7	3,6%	26
Nacionalidades Não declarada	1	0,8%	0	0,0%	0	0,0%	1
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>100,0%</b>	<b>154</b>	<b>100,0%</b>	<b>195</b>	<b>100,0%</b>	<b>468</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

**TABELA 36** - Principais nacionalidades entre administradores e profissionais de gerência Campinas 1890-1920

Principais Nacionalidades	1890-1899		1900-1909		1910-1920		Total
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos
Brasileiros	16	48,5%	18	69,2%	15	62,5%	49
Portugueses	3	9,1%	1	3,8%	2	8,3%	6
Alemães	1	3,0%	0	0,0%	0	0,0%	1
Italianos	10	30,3%	5	19,2%	5	20,8%	20
Demais	3	9,1%	2	7,7%	2	8,3%	7
Nacionalidades							
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100,0%</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>	<b>24</b>	<b>100,0%</b>	<b>83</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

**TABELA 37** - Principais nacionalidades entre trabalhadores dos serviços administrativos Campinas 1890-1920

Principais Nacionalidades	1890-1899		1900-1909		1910-1920		Total
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos
Brasileiros	128	66,0%	193	72,3%	255	89,5%	576
Portugueses	20	10,3%	36	13,5%	20	7,0%	76
Espanhóis	8	4,1%	13	4,9%	2	0,7%	23
Alemães	3	1,5%	4	1,5%	0	0,0%	7
Italianos	22	11,3%	14	5,2%	7	2,5%	43
Demais	11	5,7%	7	2,6%	1	0,4%	19
Nacionalidades Não declarada	2	1,0%	0	0,0%	0	0,0%	2
<b>Total</b>	<b>194</b>	<b>100,0%</b>	<b>267</b>	<b>100,0%</b>	<b>285</b>	<b>100,0%</b>	<b>746</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Daqueles classificados como militares, barbeiros e cozinheiros – dentre outras profissões associadas aos serviços – os estrangeiros passam de 26,1% entre 1890 e 1899 (principalmente italianos, portugueses e espanhóis) para quase 60% entre 1900 e 1909 (com destaque para o aumento do peso relativo dos espanhóis neste segundo período).

Entre 1910 e 1920, os brasileiros passam novamente a compor maior peso relativo, embora a participação dos portugueses seja a maior registrada em relação aos períodos anteriores (Tabela 38).

**TABELA 38** - Principais nacionalidades entre trabalhadores dos serviços - Campinas 1890-1920

Principais Nacionalidades	1890-1899		1900-1909		1910-1920		Total
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos
Brasileiros	17	73,9%	21	40,4%	81	76,4%	119
Portugueses	1	4,3%	2	3,8%	10	9,4%	13
Espanhóis	1	4,3%	11	21,2%	2	1,9%	14
Italianos	3	13,0%	13	25,0%	12	11,3%	28
Demais	0	0,0%	5	9,6%	1	0,9%	6
Nacionalidades Não declarada	1	4,3%	0	0,0%	0	0,0%	1
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>	<b>52</b>	<b>100,0%</b>	<b>106</b>	<b>100,0%</b>	<b>181</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Entre os vendedores (trabalhadores relacionados ao comércio), os estrangeiros são maioria ao longo dos três períodos, com destaque para portugueses e italianos. Entre 1890 e 1899, os estrangeiros representavam 62,2% dos trabalhadores nesta categoria, entre 1910 e 1920, embora ganhe importância os brasileiros, eles ainda representam mais de 50% de todos os trabalhadores englobados ao comércio (Tabela 39). Por fim, o aumento em números absolutos das ocupações características dos vendedores aponta diretamente para a intensificação da circulação de bens e pessoas, do aumento das casas de comércio, armazéns e outros espaços de comercialização e do aumento da própria demanda por bens de consumo (por conta do aumento populacional) na cidade de Campinas ao longo do período, como visto anteriormente.

**TABELA 39** - Principais nacionalidades entre vendedores - Campinas 1890-1920

Principais Nacionalidades	1890-1899		1900-1909		1910-1920		Total
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos
Brasileiros	85	37,8%	111	37,5%	179	47,9%	375
Portugueses	61	27,1%	66	22,3%	76	20,3%	203
Espanhóis	3	1,3%	8	2,7%	10	2,7%	21
Alemães	1	0,4%	0	0,0%	2	0,5%	3
Italianos	65	28,9%	87	29,4%	66	17,6%	218
Demais	10	4,4%	24	8,1%	41	11,0%	75
Nacionalidades							
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>100,0%</b>	<b>296</b>	<b>100,0%</b>	<b>374</b>	<b>100,0%</b>	<b>895</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Também aumentou, ao longo das décadas, a participação de imigrantes entre os trabalhadores da produção de bens e operadores de equipamentos de transporte, condizente com a intensificação das atividades industriais e manufatureiras na cidade e do estabelecimento de um sistema de transporte baseado nas linhas férreas e nos sistemas de tração e bonde desde os anos de 1870. Dentre os trabalhadores cujo enfoque das atividades englobava a produção e trato de minérios, metal, papel, químicos, tecidos, alimentação e bebida, tabaco, alfaiates, costureiros e relacionados (Grupo 7 da HISCO), italianos e demais nacionalidades somavam 47,4% do total destes trabalhadores entre 1890 e 1899, quase 50% entre 1900 e final da década e 25,1% entre 1910 e 1920. Nota-se, principalmente, o aumento na participação relativa de portugueses e espanhóis (dentre estes, principalmente entre 1890 e 1909) (Tabela 40).

**TABELA 40** - Principais nacionalidades entre os trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros (Grupo 7 da HISCO) - Campinas 1890-1920

Principais Nacionalidades	1890-1899		1900-1909		1910-1920		Total
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos
Brasileiros	31	32,6%	28	28,9%	106	53,3%	165
Portugueses	6	6,3%	7	7,2%	26	13,1%	39
Espanhóis	6	6,3%	10	10,3%	15	7,5%	31
Alemães	6	6,3%	4	4,1%	2	1,0%	12
Italianos	34	35,8%	42	43,3%	47	23,6%	123
Demais Nacionalidades	11	11,6%	6	6,2%	3	1,5%	20
Não declarada	1	1,1%	0	0,0%	0	0,0%	1
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>100,0%</b>	<b>97</b>	<b>100,0%</b>	<b>199</b>	<b>100,0%</b>	<b>391</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Dentre aqueles em que as ocupações descrevem as atividades de sapateiros, marceneiros, escultores, ferreiros e fabricante de ferramentas, instaladores elétricos, encanadores, soldadores entre outros e que como visto anteriormente, observou-se dentre os noivos que se casaram em Campinas entre 1890 e 1920 a presença maciça de mecânicos, carpinteiros, marceneiros, ferreiros e maquinistas, destacam-se dentre os estrangeiros principalmente os italianos. Entre 1890 e 1899, 36,4% dos noivos cuja ocupação era condizente com algumas destas acima descritas era de nacionalidade italiana, acompanhados por portugueses, alemães e demais nacionalidades como significativamente numerosos. Entre 1900 e 1909, a proporção de italianos aumentou – em relação aos demais trabalhadores desta categoria que se casaram naquela década – para 38,2%. A participação destes e dos demais diminuiu no período de 1910 a 1920, sobretudo pelo aumento do peso relativo dos brasileiros, passando os estrangeiros a

compor 39% dos noivos que se casaram neste período e estavam enquadrados dentre estas ocupações (Tabela 41):

**TABELA 41** - Principais nacionalidades entre os trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros (Grupo 8 da HISCO). Campinas 1890-1920

Principais Nacionalidades	1890-1899		1900-1909		1910-1920		Total
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos
Brasileiros	73	32,0%	68	39,3%	178	61,0%	319
Portugueses	29	12,7%	18	10,4%	32	11,0%	79
Espanhóis	11	4,8%	7	4,0%	9	3,1%	27
Alemães	12	5,3%	3	1,7%	3	1,0%	18
Italianos	83	36,4%	66	38,2%	58	19,9%	207
Demais	18	7,9%	11	6,4%	12	4,1%	41
Nacionalidades Não declarada	2	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	2
<b>Total</b>	<b>228</b>	<b>100,0%</b>	<b>173</b>	<b>100,0%</b>	<b>292</b>	<b>100,0%</b>	<b>693</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Por conseguinte, dentre os demais trabalhadores da produção de bens e relacionados à operação de equipamentos de transporte, em que estavam principalmente aqueles cuja ocupação declarada apresentava caráter mais genérico – tornando difícil especificar o ramo ou setor de suas atividades – como trabalhadores, empregados e operários – e além destes, pedreiros e carroceiros, destacaram-se, na primeira década analisada, portugueses, italianos e espanhóis. O aumento do peso relativo da participação de brasileiros, ao longo dos períodos seguintes fez com que os estrangeiros passassem a representar pouco menos da metade nesta amostra: portugueses passaram de 17,7% entre 1900 e 1909 para 15,5% entre 1910 e 1920; italianos de 21% entre 1900 e 1909 para 12,4% entre 1910 e 1920 e espanhóis, cuja representatividade proporcional era de 9,1% entre 1890 a 1899 chegaram a cerca de 4% nos períodos seguintes (Tabela 42):

**TABELA 42** - Principais nacionalidades entre os trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros (Grupo 9 da HISCO). Campinas 1890-1920

Principais Nacionalidades	1890-1899		1900-1909		1910-1920		Total
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos
Brasileiros	173	40,3%	417	53,1%	824	66,5%	1.414
Portugueses	104	24,2%	139	17,7%	192	15,5%	435
Espanhóis	39	9,1%	36	4,6%	56	4,5%	131
Alemães	3	0,7%	6	0,8%	1	0,1%	10
Italianos	96	22,4%	165	21,0%	154	12,4%	415
Demais	12	2,8%	20	2,5%	13	1,0%	45
Nacionalidades Não declarada	2	0,5%	2	0,3%	0	0,0%	4
<b>Total</b>	<b>429</b>	<b>100,0%</b>	<b>785</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.240</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.454</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

Dentre os trabalhadores agrícolas e agropecuários, a presença de estrangeiros remete muito caracteristicamente aos fluxos migratórios internacionais, considerando que como visto anteriormente, Campinas recebeu muitos trabalhadores estrangeiros com destino principalmente à lavoura cafeeira. Assim, entre 1890 e 1899 – momento de maior intensidade dos fluxos migratórios a Campinas – os estrangeiros compunham 64,5% daqueles que se relacionavam, através de suas ocupações, ao setor agrícola. Para se ter ideia do peso da imigração italiana destinada à Campinas e ao setor rural e agrícola, destes 60% mais de 54% eram italianos. Entre 1900 e 1909, a participação relativa de italianos foi de 59,6% - o que aponta tanto para a retomada dos fluxos migratórios no início do século XX quanto para o fato de que, muitos daqueles chegados na década anterior poderiam estar contraindo núpcias entre 1900 e 1909. A presença dos italianos foi menor apenas entre 1910 e 1920, quando a participação relativa de brasileiros chegou a 59,5% dentre os quais muitos eram possivelmente, filhos de estrangeiros (Tabela 43).

**TABELA 43** - Principais nacionalidades entre os trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e da pesca. Campinas 1890-1920

Nacionalidades	1890-1899		1900-1909		1910-1920		Total
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	
Brasileiros	286	35,5%	266	28,9%	740	59,5%	1.292
Portugueses	16	2,0%	18	2,0%	53	4,3%	87
Espanhóis	11	1,4%	36	3,9%	63	5,1%	110
Alemães	18	2,2%	16	1,7%	5	0,4%	39
Italianos	437	54,3%	548	59,6%	370	29,7%	1.355
Demais	31	3,9%	34	3,7%	13	1,0%	78
Nacionalidades Não declarada	6	0,7%	1	0,1%	0	0,0%	7
<b>Total</b>	<b>805</b>	<b>100,0%</b>	<b>919</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.244</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.968</b>

Fonte: Bassanezi (Coord.) (2015). Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875 -1921.

O que se observa, de maneira geral, é que o comportamento relativo da participação de estrangeiros nos setores industriais, de transporte e nas atividades de comércio ao longo de todo período (mesmo considerando o aumento do peso relativo de brasileiros em quase todos estes setores) apontam para a diversificação das ocupações dos estrangeiros, mesmo em virtude das mudanças em termos de fluxos populacionais (com a diminuição dos fluxos migratórios internacionais a partir do século XX, quando comparado ao que ocorre entre 1890 e 1899). Também é possível acreditar que houve mudanças na trajetória ocupacional daqueles trabalhadores inicialmente chegados para trabalhar na lavoura cafeeira e da chegada de tantos outros – não subsidiados – vindos diretamente para exercer uma ocupação característica dentro de outros setores (muitas vezes empregando uma mão de obra mais qualificada e permitindo aos estrangeiros a possibilidade de exercerem uma ocupação dentro da economia campineira similar a ocupação exercida nas terras de origem).

É importante ressaltar, como colocou Bassanezi (1992) em um estudo sobre imigração e oportunidades de trabalho no município de Rio Claro dentro do período cafeeiro, que diversos fatores puderam influenciar os distintos graus de participação e integração dos estrangeiros nas economias em que se inseriam nas cidades do interior paulista e que englobam, sobretudo, as experiências pré-migratórias:

A participação e o grau de integração de cada grupo étnico na sociedade e economia local variavam de acordo com a sua experiência pré-emigratória, o seu volume; composição, estratégia migratória adotada (familiar ou individual, subsidiada ou por conta própria), momento histórico e as condições de vida e trabalho oferecidas através do complexo cafeeiro pela terra hospedeira. Por outro lado, é preciso igualmente lembrar a importância que tiveram as relações de parentesco e amizade nas respostas dadas pelos imigrantes às oportunidades que se lhe apresentaram (BASSANEZI, 1992, p. 66).

Ao mesmo tempo em que foram importantes para a conformação deste mercado de trabalho diversificado, os estrangeiros contribuíram evidentemente também para aquecer e fomentar o desenvolvimento do mercado interno como consumidores. A experiência do trabalho assalariado – seja na fazenda, no comércio ou na pequena indústria – colaborou, em diversos aspectos para o desenvolvimento e diversificação dessas atividades; ajudou a consolidar uma camada na sociedade campineira com real poder aquisitivo para consumo, aumentou conseqüentemente a demanda por bens de consumo e aqueceu o mercado interno. Deste modo, é possível entender que aos estrangeiros coube aproveitar as janelas de oportunidades econômicas abertas pelo desenvolvimento econômico de Campinas nascido na economia cafeeira, mas ainda dialeticamente, os estrangeiros – fomentando o mercado interno de produção e consumo - contribuíram para dinamizar a economia campineira em seus diferentes setores.

As ocupações dos noivos e noivas classificadas de acordo com a codificação proposta pela HISCO merecem aqui algumas considerações. Tendo em vista que a HISCO constitui uma proposta de sistemas de classificação considerando, na medida do possível, as inúmeras questões que envolvem a variável ocupação nas fontes históricas – suas variações ao longo do tempo, espaços e traduções linguísticas – e considerando-a também uma “variável chave em muitos campos da história” (LEEUWEN; MAAS; BOTELHO, 2010), uma classificação que preza por padronizar informações visualizando comparações em termos nacionais e históricos oferece diversas vantagens para um trabalho cujo cerne esteja em observar a relação entre imigração e ocupação num período em que a imigração é elemento essencial para transformações demográficas, econômicas e sociais em determinada população.

Na análise das nacionalidades e ocupações dos contraentes que se casaram em Campinas entre 1890 e 1920, a utilização da HISCO permitiu visualizar a estrutura do mercado de trabalho em Campinas ao longo dos 30 anos estudados – sobretudo no desenvolvimento dos setores em que havia ocupações tipicamente urbanas. Estes elementos mostram o processo acelerado de incremento dos setores urbanos,

manufatureiros, industriais e de transportes na cidade, discutidos pela bibliografia estudada, e em consonância com outras fontes de dados, a importância da participação de estrangeiros na propriedade e aproveitamento de terras de pequeno e médio porte oriundas do desmembramento da atividade cafeeira. Como apontado por Dubert e Muñoz Abeledo<sup>29</sup> (2014), a utilização da HISCO aplicada a diversas fontes de dados sobre ocupação – sejam levantamentos municipais, censos nominativos ou registros civis, como é o caso desta pesquisa – permite conhecer estruturas profissionais e ocupacionais, sobretudo urbanas (mas também rurais), além de ajudar a identificar a velocidade com que ocorrem transformações econômicas, sociais e produtivas da vida laboral urbana (DUBERT; MUÑOZ ABELEDO, 2014).

A HISCO também contribuiu, dentro dessa mesma perspectiva, para o conhecimento acerca das mudanças no tamanho e na estrutura ocupacional em Campinas num período claramente intenso de transformações econômicas – em que, embora continue sendo importante o tamanho e principalmente a diversificação da produção no meio rural – cresce a participação de trabalhadores, nacionais, estrangeiros e filhos de estrangeiros na produção de bens, atuação em meio de transportes e no comércio. Essa mesma contribuição que, para certificar sua potencialidade, já havia sido percebida em estudos sobre a estrutura ocupacional na Andaluzia durante o primeiro terço do século XX (MARTÍNEZ MARTÍN; MARTÍNEZ LOPEZ; MOYA GARCÍA, 2014).

Por se tratar de uma codificação que tem como objetivo padronizar ocupações em níveis internacionais e históricos há de se levar em conta algumas limitações impostas pela aplicação HISCO, já observadas em exercícios de aplicação anteriores e repetidas neste trabalho. Como por exemplo, as categorias ocupacionais genéricas (trabalhadores, empregados, operários, agricultores, colonos e artistas, por exemplo) e as posições ocupadas por esses indivíduos dentro do sistema econômico e social e no mercado de trabalho. Como apontado por Dubert e Muñoz Abeledo (2014), esta limitação é na realidade, imposta pelas próprias fontes e pela forma que foram colhidas as informações referente à ocupação, mas podem ocorrer problemas na categorização quando não se conhecem trajetórias, espaços socioeconômicos e contextos históricos específicos, o que torna extremamente importante a comparação de dados primários

---

<sup>29</sup> A utilização da HISCO para classificar as ocupações presentes nos padrões municipais e censos nominativos na população da Galícia entre o final do século XIX e começo do século XX permitiu identificar a lentidão das transformações econômicas, sociais e produtivas no desenvolvimento da vida laboral urbana espanhola na segunda metade do século XIX.

com outras fontes e com outros recursos e métodos de investigação e análise que informem ao pesquisador a natureza e lógica interna existente no âmbito dos mercados laborais considerados (DUBERT; MUÑOZ ABELEDO, 2014, p. 54).

Outras dificuldades apontadas pela bibliografia são com relação à divisão setorial (entre os setores primário, secundário e terciário da economia) e com a dificuldade em manter informações sobre estratégias de pluriatividade ou múltiplas ocupações – que não foi o caso dos registros civis de casamento em Campinas, já que traziam apenas uma ocupação declarada para seus contraentes, mas que é realidade presente em muitas fontes históricas. Para lidar com essas dificuldades, o sistema de classificação HISCO propôs, através da aplicação de códigos de classificação auxiliares e ainda, através da HISCLASS E HISCAM – aqui não empregadas, mas apresentadas no capítulo anterior deste trabalho – oferecer possibilidades de classificação social e de estruturas de classe destas populações do passado.

Por fim, acredita-se que utilizando a HISCO, tenha sido possível, ou parcialmente possível, apresentar para o caso de Campinas novas evidências aos processos de transformação econômica ocorridos na cidade ao longo do período estudado e principalmente, o peso da imigração internacional e de sua descendência neste processo.

## CONCLUSÃO

A análise das ocupações exercidas pelos trabalhadores estrangeiros e brasileiros no município de Campinas - com base principalmente nas informações sobre ocupação presentes nos registros civis de casamento entre o final do século XIX e os vinte primeiros anos do século XX – agrega, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, novas informações e amplia o conhecimento sobre a participação dos trabalhadores imigrantes no desenvolvimento econômico e no mercado de trabalho no município de Campinas nesse período.

Em que se pese, a pesquisa realizada debruça-se sobre as ocupações exercidas por um segmento específico da população em idade produtiva e reprodutiva – noivos e noivas que se casaram em primeiras núpcias em Campinas entre 1890 e 1920. A documentação trabalhada permitiu mensurar com riqueza de detalhes as ocupações exercidas por imigrantes na terra hospedeira (também pelos nativos), sua nacionalidade, naturalidade e local de residência.

A análise aqui empreendida deteve-se nos casamentos realizados nos distritos mais populosos e importantes do município: Conceição e Santa Cruz. Ambos abarcavam a área mais urbanizada e também uma parcela importante da área rural do município. No conjunto desses distritos, foi possível observar a presença de estrangeiros em praticamente em todos os setores econômicos existentes na cidade: atuavam como profissionais técnicos e especializados, como administradores e profissionais de gerência, como trabalhadores dos serviços administrativos, como trabalhadores dos serviços e principalmente, entre os vendedores, trabalhadores agropecuários e trabalhadores da operação de bens, operadores de equipamentos de transporte e demais ocupações nestas áreas.

De um modo geral, a presença estrangeira no mercado de trabalho de Campinas refletia também as características do movimento imigratório no Brasil - o volume e a composição do fluxo (subsidiado ou espontâneo) e o momento de chegada destes imigrantes. Os de origem germânica, em boa parte, chegaram a Campinas antes da década de 1880 e exerciam ocupações em geral agrícolas (eram numerosos no grupo 6 da HISCO) e também urbanas (estavam presentes entre os profissionais técnicos e especializados e outros trabalhadores industriais, no grupo 0/1 da HISCO). Os italianos, os mais numerosos entre os imigrantes chegados ao estado de São Paulo, eram na sua

maioria de origem camponesa, predominavam no setor agrícola, como colonos nas fazendas de café, e uma minoria na pequena propriedade rural. Uma parcela deles também se estabeleceu na área urbana como operários, proprietários de pequenas manufaturas, e como pequenos comerciantes. Os portugueses, de um modo geral preferiram as áreas urbanas e se dedicaram, assim como os sírios, principalmente às atividades comerciais, mas também às atividades técnicas e especializadas, aos serviços administrativos e à indústria (Grupos 4, 0/1, 3 e 7/8/9 da HISCO, respectivamente). Os espanhóis por sua vez, chegam ao Brasil em maior volume no período que antecede a primeira guerra mundial e de um modo geral se concentram nas atividades dos serviços administrativos, das vendas, agricultura, indústria e transportes.

Considerando que muitos dos brasileiros que se casaram em Campinas naquele período eram filhos de estrangeiros, o impacto da imigração estrangeira no mercado de trabalho de Campinas foi muito forte. Este fato, explica em grande parte, o aumento da participação de brasileiros nesse mercado no decorrer do tempo.

Também foi possível constatar que o mercado de trabalho em Campinas foi atrativo ao imigrante e à sua fixação no local. Por outro lado, o imigrante e seus descendentes tiveram um papel importante para a ampliação e dinamismo desse mercado, quer em áreas mais urbanas (como, por exemplo, o Distrito de Conceição, onde residia a maioria dos profissionais técnicos e especializados, profissionais administrativos, urbanos e industriais) ou quer nas zonas rurais (como, Santa Cruz, onde residia ampla maioria dos trabalhadores agropecuários).

A presença de noivos e noivas nascidos em outras localidades do estado ou do país aponta também para uma mobilidade interna de pessoas que se dirigiam a Campinas, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Pessoas estas que podiam ser filhos brasileiros de estrangeiros ou brasileiros propriamente ditos.

O esforço empregado no manuseio e no tratamento metodológico da fonte privilegiada na pesquisa merece algumas considerações finais. A fonte permitiu uma análise mais detalhada sobre a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho de Campinas em um momento de profundas transformações socioeconômicas e demográficas, quando os recenseamentos são falhos ou inexistem. Sobretudo, sua importância deveu-se ao fato de oferecer informações contínuas sobre nacionalidade, naturalidade, idade, ocupação, local de residência e grau de alfabetização dos homens que se casaram na cidade e por permitir a elaboração de cruzamentos dessas variáveis entre si, o que enriqueceu a análise. Porém, lamentavelmente, a fonte não permitiu que

se avançasse na análise das ocupações femininas. Além da variável ocupação, a naturalidade, a idade e o local de residência das noivas deixaram de ser anotados com certa frequência nos registros de casamento. Este fato abre pistas sobre questões de gênero, que escaparam ao escopo deste trabalho.

Além disso, não se pode desconsiderar que o uso da fonte deixou de fora uma grande parte dos imigrantes e seus descendentes inseridos no mercado de trabalho de Campinas que não se casaram nos distritos de Santa Cruz e Conceição, os que se casaram antes de 1890 ou depois de 1920 e os que permaneceram celibatários.

Com relação à classificação de ocupações, a escolha da HISCO pareceu mais adequada que a do Recenseamento de 1920, por permitir a padronização das ocupações e comparação em termos nacionais e históricos (para isso ela foi criada), por ser mais abrangente e por trazer consigo uma proposta de amplo alcance (ser capaz de adaptar-se ou permitir a padronização das ocupações em diversas sociedades e em distintos momentos do passado). Por outro lado, por ser abrangente impede que ocupações importantes em determinados contextos se percam no conjunto. As dificuldades encontradas neste trabalho com o uso da classificação foram, de modo geral, as mesmas já apontadas por outros pesquisadores que utilizaram a HISCO: como trabalhar e classificar categorias ocupacionais genéricas (como trabalhadores, empregados, operários, lavrador, colonos e artistas), o que pode ser solucionado na medida em que se conheçam os contextos históricos, econômicos e sociais específicos de cada população e na medida em que a utilização da HISCO não se faça tendo-a como um modelo de classificação acabado, mas sim como um norte que torne possível agrupar as diversas ocupações e suas variáveis encontrando naturezas econômicas de atividades similares. Os próprios pesquisadores empenhados na elaboração da HISCO, ao propor a HISCLASS e HISCAM, ampliam estes horizontes. Contudo, dado os limites temporais da elaboração deste trabalho não foi possível aplicar tais modelos.

De modo geral, acredita-se que este trabalho contribuiu para uma maior compreensão da relação entre imigração e ocupação, no município de Campinas, em que a historiografia explorou, sobretudo, os aspectos macros das transformações demográficas, econômicas e sociais características do final do século XIX e dos primeiros anos do século XX e não investiu em análises de caráter mais micro e refinado. Além disso, trouxe para o debate as possibilidades e as dificuldades de assumir os registros civis como fontes de pesquisas e adotar uma proposta de

classificação internacional das ocupações, o que certamente vai facilitar ou ajudar outros estudiosos em seus trabalhos.

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista**. Campinas, SP: CMU/UNICAMP, 1996. (Coleção Campineira, v.5).

\_\_\_\_\_. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista**. 1992. 215f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.

BALÁN, J. **Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa**. São Paulo, SP: CEBRAP, 1973.(Estudos CEBRAP, n. 5).

BASSANEZI, M. S. C. (Coord.) **Banco de Dados Eventos Vitais: Campinas 1875-1921**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2015.

\_\_\_\_\_. Imigração internacional e dinâmica demográfica no tempo do café. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2012a. p. 86-91.

\_\_\_\_\_. Mulheres que vem, mulheres que vão. In: PYNSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 2012b. p. 169-193.

\_\_\_\_\_. Uma fonte para o estudo da migração e do migrante: os registros dos eventos vitais. **Ideias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Campinas, SP, v. 1, n. 2, 2011.

\_\_\_\_\_. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. **O historiador e suas fontes**. São Paulo, SP: Contexto, 2009. p. 141-172.

\_\_\_\_\_; FRANCISCO, P. M. S. B. (Org.). **Estado de São Paulo: estatística agrícola e zootécnica 1904-1905**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_; BACELLAR, C. A. P. Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 113-129, jan./jun.2002.

\_\_\_\_\_; FRANCISCO, P. M. S. B. (Org.). **Estrangeiros no Estado de São Paulo: dados censitários 1854-1950**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp 2002.

\_\_\_\_\_. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2000.

\_\_\_\_\_. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, SP: FNUAP, 1995. p. 1-35.

\_\_\_\_\_. Imigração e oportunidades de trabalho no período cafeeiro. **Textos NEPO 21**, Campinas, SP, 1992.

\_\_\_\_\_. **A nupcialidade no período do café: o caso de Rio Claro**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp; CNPq, 1990. (Relatório de Pesquisa).

BOTELHO, T. R.; LEEUWEN, M. H. D. van (Org.). **Desigualdade social na América do Sul: perspectivas históricas**. Belo Horizonte, MG: Veredas e Cenários, 2010.

\_\_\_\_\_. Listas nominativas de habitantes e Censos Demográficos: fontes para o estudo da desigualdade social no Brasil, 1800-1940. In: \_\_\_\_\_; LEEUWEN, M. H. D. van (Org.). **Desigualdade social na América do Sul: perspectivas históricas**. Belo Horizonte, MG: Veredas e Cenários, 2010. p. 77-99.

\_\_\_\_\_ et al. HISCO (HistoricalInternational Standard ClassificationofOccupation): construindo uma codificação de ocupações para o passado Brasileiro. **Revista da ABET**, São Paulo, SP, v. 6, n. 2, p. 166-181, jul./dez.2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatística.**Recenseamento de 1920**. Rio de Janeiro, RJ: TYp. DaEstatistica, 1930. (Estatística Predial e Domiciliar do Brasil, v. IV 6a. Parte).

CAMILLO, E. E. R.**Guia histórico da indústria nascente em Campinas:(1850-1887)**. Campinas, SP: CMU/UNICAMP; Mercado de Letras, 1998.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**.Rio de Janeiro, RJ: DIFEL, 1977.

CEVA, M. Migración y movilidad social en Argentina: perspectivas marco y micro. In: BOTELHO, T. R.; LEEUWEN, M. H. D. van (Org.). **Desigualdade social na América do Sul: perspectivas históricas**. Belo Horizonte, MG: Veredas e Cenários, 2010.p. 165-189.

DEAN, W.A **industrialização de São Paulo (1880-1945)**.4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1991. (Corpo e Alma do Brasil, 33).

DUBERT, I.;MUÑOZ ABELEDO, L. M. Mercados laborales, profesiones y ocupacionesenlaGalicia urbana durante la segunda mitaddelsiglo XIX. **Revista de Demografía Histórica**, Madrid,v.XXXII, n. 1, p. 35-71, 2014.

FERREIRA, M. M. **Fontes históricas para o estudo da imigração**. Rio de Janeiro, RJ: CPDOC, 2000.

FURTADO, B. A.; BOTELHO, T. R.; CASTRO, J. F. M. Dimensões espaciais da desigualdade social: Minas Gerais (Brasil) no século XIX. In: BOTELHO, T. R.; LEEUWEN, M. H. D. van (Org.). **Desigualdade social na América do Sul: perspectivas históricas**. Belo Horizonte, MG: Veredas e Cenários, 2010. p.225-242.

GABRIEL, M. C. C. **Além das fronteiras do colonato: o ajustamento da coletividade italiana à sociedade local campineira durante a grande imigração – 1886-1920**. 1995. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1995.

GRAHAM, D. H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão de obra no crescimento econômico brasileiro - 1880-1930. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, Parte 2, v. 3, n. 1, p. 7-64, 1973.

HAKKERT, R. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 1996.

HALL, M.**The origins of mass immigration in Brazil 1871-1914**.1969. Tese (Doutorado) - Columbia University, 1969.

HENRY, L. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 1977.

HISTORY ofWorkInformation System. Disponível em: <<http://historyofwork.iisg.nl/>>. Acesso entre os meses de: agosto/setembro/outubro 2015.

HOGAN, D. J.; OLIVEIRA, M. C. F. A.; SYDENSTRICKER NETO, J. M. **Café, ferrovia e população: o processo de urbanização em Rio Claro. Textos NEPO 5**, Campinas, SP, 1986.

HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. **Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo:1885-1915: uma análise preliminar. Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 2, n. 06, p. 145-180, 1972.

IBGE. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2011. (Documentos para Disseminação, Memória Institucional, 17).

\_\_\_\_\_. **Monografia histórica do Município de Campinas**. Rio de Janeiro, RJ, 1952.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 1920**. Rio de Janeiro, RJ, 1920.

KLEIN, H. The integration of Italian immigrants into the United States and Argentina: a comparative analysis. **American Historical Review**, US, v. 88, n. 2, p. 306-329, 1983.

LADEIRA, J. M.; OCTAVIO, B. (Org.). **Almanach de Campinas para 1908**. Campinas, SP: Typ. e Stereotyp da Casa Mascotte, 1908. p. 226.

LAMOUNIER, M. L. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 37, n. 2, p. 353-372, abr./jun.2007.

LAPA, J. R. A. **A cidade:os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo, SP: Editora USP, 1996.

LEEUWEN, M. H. D. van; MAAS, I. Trabajo, títulos y códigos de profesiones, clase y rango en una perspectiva comparativa. Notas introductorias para un número especial sobre el uso de HISCO. **Revista de Demografía Histórica**, Madrid,v.XXXII, n. 1, p. 25-33, 2014.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. BOTELHO, T. R. Os estudos de estratificação social e de mobilidade social: uma introdução. In: BOTELHO, T. R.; LEEUWEN, M. H. D. van (Org.). **Desigualdade social na América do Sul: perspectivas históricas**. Belo Horizonte, MG: Veredas e Cenários, 2010. p. 17-38.

LEVY, M. S. F. O papel da imigração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 8, supl., p. 49-90, 1974.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Características da população em São Paulo no início do século XIX. **População e Família**, São Paulo, SP, n. 3, p. 71-91, 2000.

MARCILIO, M. L. Os registros paroquiais e a história do Brasil. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, MG, 31 jan. 2004.

MARTINS, V. **Mercados urbanos, transformações na cidade:abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.

MARTÍNEZ MARTÍN, M.; MARTÍNEZ LOPEZ, D.; MOYA GARCÍA, G. Estructura ocupacional y cambio urbano en la Andalucía oriental del primer tercio del siglo XX. **Revista de Demografía Histórica**, Madrid,v.XXXII, n. 1, p. 73-101, 2014.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. 11.ed. Campinas, SP: Editora UNESP; FACAMP, 2009.

- MONASTERIO, L.; REIS, E. Mudanças na concentração espacial das ocupações nas atividades manufatureiras do Brasil, 1872-1920. In: BOTELHO, T. R.; LEEUWEN, M. H. D. van (Org.). **Desigualdade social na América do Sul: perspectivas históricas**. Belo Horizonte, MG: Veredas e Cenários, 2010. p. 243-274.
- NOGUEIRA, O. **O desenvolvimento de São Paulo: imigração estrangeira e nacional e índices demográficos: demógrafo-sanitários e educacionais**. São Paulo, SP: CIBPU, 1964.
- OCTAVIO, B.; MERILLO, V. (Org.). **Almanach histórico e estatístico de Campinas 1914**. Campinas, SP: Typ. Casa Mascotte, 1914.
- OLIVEIRA, M. C. F. A. Mercantilização e urbanização em São Paulo. **Textos NEPO 14**, Campinas, SP, 1988.
- PATARRA, N. L. Transición demográfica: resumen histórico o teoría de población. **Demografia y Economía**, México, v. 3, n. 1, p. 86-95, 1973.
- PALLOL TRIGUEROS, R. HISCO Presentación. **Revista de Demografía Histórica**, Madrid, v. XXXII, n. 1, p. 19-24, 2014.
- PREFEITURA Municipal de Campinas. **Recenseamento de 1918**. Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Campinas, SP, 1918.
- REHER, D. S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1996.
- SEMEGHINI, U. C. **Do café à indústria: uma cidade e seu tempo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Campinas (1860 a 1980): agricultura, industrialização e urbanização**. 1988. 289f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1988.
- SIQUEIRA, C. G. Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2000). **Textos NEPO 59**, Campinas, SP, 2009.
- STOLKE, V. **Capitalismo, homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.
- TEIXEIRA, P. E. O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 75-93, jan./jun.2002.
- TOLEDO, F. A. **Uma história de Sumaré: da sesmaria à indústria**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado S.A./IMESP, 1995.
- TRUZZI, O. M. S.; BASSANEZI, M. S. C. B. Estrutura ocupacional de um município cafeeiro no início do século XX: o caso de São Carlos. In: BOTELHO, T. R.; LEEUWEN, M. H. D. van (Org.). **Desigualdade social na América do Sul: perspectivas históricas**. Belo Horizonte, MG: Veredas e Cenários, 2010. p. 149-163.
- VAINER, C. B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: FNUAP, v. 1, 1996. p.39-52.

VANGELISTA, C. **Os braços da lavoura:** imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). São Paulo, SP: Hucitec; Ist. Italiano di Cultura; ICIB, 1991. (Estudos Brasileiros, 29).

## ANEXOS

**TABELA 1** -Imigrantes de 1º Estabelecimento entrados no Brasil por períodos de maior e menor intensidade nos fluxos migratórios e por principais nacionalidades (1872-1929)

Períodos	Nacionalidades												Total
	Portuguese s	Percentu al em relação ao período	Italianos	Percentu al em relação ao período	Espanhois	Percentu al em relação ao período	Alemães	Percentu al em relação ao período	Japoneses	Percentu al em relação ao período	Outras Nacionalidades	Percentu al em relação ao período	
1872-1879	55.027	31,2%	45.467	25,8%	3.392	1,9%	14.325	8,1%	0	0,0%	58.126	33,0%	176.337
1880-1902	355.160	19,5%	1.079.140	59,3%	202.993	11,2%	37.633	2,1%	0	0,0%	144.418	7,9%	1.819.344
1903-1905	488.77	33,4%	43.187	29,6%	39.841	27,3%	2.678	1,8%	0	0,0%	11.552	7,9%	146.135
1906-1914	375.108	38,6%	181.846	18,7%	208.242	21,4%	35.223	3,6%	15.543	1,6%	156.693	16,1%	972.655
1915-1917	33.916	36,9%	16.597	18,1%	27.314	29,7%	734	0,8%	4.129	4,5%	9.165	10,0%	91.855
1918-1929	326.964	36,2%	113.116	12,5%	92.783	10,3%	76.268	8,5%	66.905	7,4%	226.431	25,1%	902.467
<b>Total</b>	<b>1.195.052</b>		<b>1.479.353</b>		<b>574.565</b>		<b>166.861</b>		<b>86.577</b>		<b>606.385</b>		<b>4.108.793</b>

Fonte: Levy (1974, p.71 e 72).

**TABELA 2** -Imigrantes estrangeiros entrados em São Paulo, segundo principais nacionalidades (1878-1929)

Períodos	Nacionalidades										
	Portugueses	Percentua l em relação ao período	Italianos	Percentual em relação ao período	Espanhois	Percentual em relação ao período	Japoneses	Percentual em relação ao período	Outras Nacionalidades	Percentual em relação ao período	Total
1878-1881	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	6.846
1882-1884	4.210	33,6%	7.077	56,5%	694	5,5%	0	0,0%	553	4,4%	12.534
1885-1889	18.486	11,0%	137.367	81,9%	4.843	2,9%	0	0,0%	6.968	4,2%	167.664
1890-1894	30.752	9,6%	210.910	66,0%	42.316	13,2%	0	0,0%	35.734	11,2%	319.712
1895-1899	28.259	6,8%	219.333	52,8%	44.678	10,8%	0	0,0%	122.983	29,6%	415.253
1900-1904	18.530	10,8%	111.039	64,8%	18.842	11,0%	0	0,0%	22.884	13,4%	171.295
1905-1909	38.567	19,6%	63.595	32,4%	69.682	35,5%	825	0,4%	23.870	12,1%	196.539
1910-1914	111.491	30,7%	88.692	24,4%	108.154	29,8%	14.465	4,0%	40.096	11,0%	362.898
1915-1919	21.191	25,3%	17.142	20,5%	27.172	32,5%	12.649	15,1%	5.530	6,6%	83.684
1920-1924	48.200	24,4%	45.306	23,0%	36.502	18,5%	6.591	3,3%	60.713	30,8%	197.312
1925-1929	65.166	22,5%	29.472	10,2%	27.312	9,4%	50.573	17,4%	117.418	40,5%	289.941
<b>Total</b>	<b>384.852</b>		<b>929.933</b>		<b>380.195</b>		<b>85.103</b>		<b>436.749</b>		<b>2.223.678</b>

Fonte: Levy (1974, p. 83).